# Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 2 de abril de 2025
Ano CVII ● Número 29.828
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

**GEOPOLÍTICA NO SÉC. 21: AMÉRICA LATINA**

Fragmentação latino-americana e impacto do neoliberalismo.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

**O TANGO DO DRAGÃO COM O ELEFANTE**

Parceria entre China e Índia marca 75º aniversário das relações diplomáticas.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

**'ADOLESCÊNCIA': POR QUE ASSUSTA TANTO?**

Minissérie tem suscitado debates sobre nossa impotência e vulnerabilidade.
Por Philipe Deschamps, **página 4**

## Na véspera de tarifaço, Senado aprova retaliação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira projeto que prevê medidas de resposta a barreiras comerciais impostas por outros países a produtos brasileiros.

A proposta mira o tarifaço que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, promete implantar a partir desta quarta-feira sobre diversos produtos de quase todos os páises. Várias nações vêm se mobilizando para impor reciprocidade.

O texto vai à Câmara dos Deputados, e deve ser votado esta semana, segundo o presidente da Casa, Hugo Motta.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) explica em seu relatório que o objetivo não é punir, mas oferecer uma alternativa ao que considera uma "paralisia do mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio" desde 2020 – o que seria o modo natural de evitar medidas de outros países para privilegiar a produção estrangeira em detrimento da brasileira. O projeto teve aprovação de 16 senadores, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

"Se o Brasil tiver os seus produtos sujeitos a retaliações desmedidas, hoje o governo passa a ter a possibilidade de adotar essas contramedidas na mesma base", enfatizou a senadora.

"Hoje, há um problema com a União Europeia devido a uma lei antidesmatamento, que afeta diretamente os produtos brasileiros, principalmente a agropecuária. São medidas que extrapolam a razoabilidade, pois ignoram o Código Florestal brasileiro. Amanhã, devemos ter um pacotaço tarifário dos EUA que vem sendo elaborado não só contra o Brasil, mas também contra outros países", disse Cristina.

Segundo o texto, as exigências estrangeiras de que produtos nacionais cumpram requisitos ambientais mais rígidos do que as proteções brasileiras, por exemplo, podem gerar imposição de taxas nas importações brasileiras de bens estrangeiros. Ao todo, são três medidas protecionistas que o projeto tem objetivo de evitar de outros países, por meio de três contramedidas que poderão ser adotadas por parte do Governo Federal.

O relatório aprovado é um substitutivo (versão alternativa) ao projeto original, do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA).

# Concentração: 15 bilionários têm tanto quanto 50% 'menos ricos'

### Riqueza dos 3 mil super-ricos só perde para EUA e China

A lista de bilionários da revista *Forbes* de 2025 é a primeira a ultrapassar o limite de 3 mil membros, já que um total de 3.028 pessoas de todo o mundo conseguiu acumular uma riqueza de pelo menos US$ 1 bilhão de dólares, um aumento de 247 em relação à classificação do ano passado.

Da mesma forma, o patrimônio líquido estimado pela revista para os mais ricos do mundo alcança um montante agregado de US$ 16,1 trilhões, um valor quase US$ 2 trilhões a mais do que há um ano e que supera o PIB de todos os países, exceto os Estados Unidos (US$ 27,7 trilhões) e a China (US$ 17,8 trilhões).

Essa explosão de riqueza fez com que, pela primeira vez nas 39 edições da lista, houvesse três pessoas com riqueza superior a US$ 200 bilhões de dólares, além de um total de 15 pessoas com riqueza de pelo menos US$ 100 bilhões de dólares, em comparação com 14 no ano passado e nenhuma em 2017.

Na verdade, a riqueza agregada das 15 pessoas mais ricas da lista da Forbes totalizaria US$ 2,4 trilhões, mais do que os 1.500 bilionários com o menor patrimônio líquido da lista, praticamente a segunda metade do ranking.

Os Estados Unidos, com um recorde de 902 cidadãos bilionários, ainda têm mais riqueza do que qualquer outro lugar do planeta, à frente da China, com 516, e da Índia, com 205. Assim, mais de 50% de todos os listados são cidadãos de um desses três países, embora a classificação inclua um total de 76 nações e dois territórios semiautônomos, incluindo a Albânia pela primeira vez na história.

Em comparação com a edição de 2024, a lista deste ano inclui um total de 288 novos rostos entre os bilionários, com celebridades como o astro do rock Bruce Springsteen, com cerca de US$ 1,2 bilhão, o ator Arnold Schwarzenegger, com US$ 1,1 bilhão, e o comediante Jerry Seinfeld, com US$ 1,1 bilhão, segundo a agência de notícias Europa Press.

Da mesma forma, entre os recém-chegados ao ranking, a Forbes destaca magnatas das criptomoedas como Justin Sun, com US$ 8,5 bilhões de dólares, além de vários empreendedores de IA ligados a empresas como Anthropic, CoreWeave e DeepSeek. Musk voltou ao topo do ranking e Donald Trump mais que duplicou sua riqueza. **Página 4**

## Ipea: pouca fiscalização pode explicar informalidade mesmo com baixo desemprego

Marcelo Camargo/ABr

A taxa de ocupação da população brasileira bate recordes, mas a taxa de emprego formal não se altera. Inédito no século 21, esse descolamento pode ser explicado pela queda da capacidade do Estado de garantir o cumprimento da legislação trabalhista. A conclusão é da nota técnica "Crescimento sem formalização do trabalho: déficit de capacidade fiscalizatória e necessidade de recomposição da burocracia especializada", publicada na última semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O trabalho mostra que, salvo em momentos excepcionais como o da pandemia, a redução do desemprego era acompanhada pela elevação da taxa de formalização do assalariamento, indicando que as empresas buscavam entre os assalariados informais os trabalhadores a serem formalizados.

Desde 2022, no entanto, a situação é diferente: dados do IBGE mostram que enquanto o desemprego atingiu, em 2024, os menores níveis desde 2012, a taxa de informalidade dos assalariados chegou a 31,77%, o maior percentual do período.

Um dos fatores que explicam a situação é a queda da capacidade de o Estado fiscalizar e garantir o cumprimento da legislação trabalhista. Enquanto, entre 2012 e 2024, o número de trabalhadores assalariados cresceu 11,4%, o número de auditores responsáveis pela inspeção do trabalho caiu 34,1%.

Desta forma, se em 2012 havia 19.038 trabalhadores assalariados por auditor, em 2024 esta proporção cresceu 79,95%, passando a 34.260 trabalhadores por auditor. O número é bastante inferior ao preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que recomenda um inspetor para cada 10 ou 15 mil trabalhadores, a depender da situação do país (no Brasil, isso representaria 6.372 ou 4.248 auditores do trabalho, a depender da caracterização do país como economia industrial de mercado ou economia em industrialização).

A chance de um estabelecimento com empregados ser fiscalizado caiu de 11,3% para 3,8% entre 2017 e 2023.

## Vendas da indústria paulista crescem 16,1%

As vendas da indústria paulista cresceram 16,1% no primeiro bimestre de 2025 em comparação a igual período do ano passado. O resultado mostra uma inversão em relação aos primeiros bimestres de 2024, 2023, e 2022, quando as vendas, comparadas com o ano anterior, tiveram retração de 7,4%, 3,3% e 9,2%, respectivamente.

Os dados, divulgados nesta terça-feira pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), mostram que, nos dois primeiros meses deste ano, as horas trabalhadas na indústria paulista aumentaram 3,8% em comparação com o acumulado de janeiro e fevereiro de 2024. Apesar das melhoras, os salários reais médios tiveram redução de 0,7% no período.

No acumulado em 12 meses, de março de 2024 a fevereiro de 2025, as vendas da indústria tiveram alta de 4,3%, terceiro resultado seguido em elevação. O indicador de horas trabalhadas na produção também registra avanço, de 2,6%. Os salários reais médios tiveram aumento de 0,7% no período.

Na comparação mês a mês, as vendas do setor industrial de São Paulo caíram 4,4% em fevereiro de 2025 em comparação a janeiro deste ano. O resultado, segundo a Fiesp, atenuou a forte variação positiva do primeiro mês do ano, de 14,5%. Outros dois componentes da pesquisa também caíram no mês em comparação a janeiro: horas trabalhadas na produção (-0,2%) e salários reais médios (-0,1%).

### COTAÇÕES

| | |
|---|---|
| Dólar Comercial | R$ 5,6923 |
| Dólar Turismo | R$ 5,9150 |
| Euro | R$ 6,1497 |
| Iuan | R$ 0,7816 |
| Ouro (gr) | R$ 575,85 |

### ÍNDICES

| | |
|---|---|
| IGP-M | |
| | -0,34% (março) |
| | 1,06% (fevereiro) |
| IPCA-E | |
| RJ (dezembro) | 0,36% |
| SP (dezembro) | 0,36% |
| Selic | 13,25% |
| Hot Money | 0,63% |

# Geopolíticas para o século 21: relacionamentos China e América Latina

***Por Pedro Augusto Pinho***

Os povos originários das Américas lá chegaram, vindos da Ásia, pela ponte de gelo existente onde atualmente está o Estreito de Bering. Porém, como ainda hoje, há pouca disponibilidade de recursos na costa oeste do Alasca aos Estados Unidos da América (EUA) ainda mais para manutenção do homem coletor, caçador, mesmo precariamente agricultor. O que os fez avançar até o Planalto do México, cerca de 6.500 km desde a ponte de gelo, para encontrar um mundo mais rico em recursos de sobrevivência.

Não há estudos antropológicos que deem sustentação, mas é bastante crível que estes asiáticos que chegaram às Américas tenham também buscado evitar as Montanhas Rochosas, usando rios e lagos para atingir a costa leste do Canadá e dos EUA.

O que temos como certeza é que se formaram, no que é hoje o México, civilizações avançadas, como dos Maias e dos Astecas, e após atravessar a América Central, onde hoje estão o Peru, Equador e Bolívia, criaram o Império dos Incas.

O enriquecimento europeu se dá com a apropriação de ouro, prata, pedras preciosas e espoliação de recursos naturais das Américas.

Recordando Darcy Ribeiro, alguns povos constituídos nas Américas nada mais serão do que os "excedentes que não cabiam mais no Velho Mundo e aqui vieram repetir a Europa" (Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*, Companhia das Letras, SP, 1995).

Entre esses povos estão aqueles que constituíram os EUA, ampliando-os geograficamente com o "Destino Manifesto" (1845), após terem impedido o surgimento de países com grande extensão de terras opondo o Bolivarianismo da Grã-Colômbia ao Monroísmo estadunidense (2/12/1823), exatamente quando ocorriam as independências da Espanha e Portugal, no período de 1810 a 1850.

A exceção brasileira deu-se pela transferência da família real de Portugal para o Brasil, pela invasão napoleônica, e com isso a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815.

Também a dominação colonial passou de Portugal para a Inglaterra, mais precisamente para as finanças inglesas e seus aristocráticos gestores.

## Fragmentado mundo latino-americano

Entre meados do século 19 e o final do século 20, os países latinos americanos viram-se colonizados pelos EUA. Houve inclusive farsas nas independências para permitir que pedaços de terra na América Latina passassem para propriedade estadunidense, como Guantánamo, na ilha de Cuba.

A grande mudança ocorre no final do século 20, quando a América Latina, quase totalmente, cai na colonização do neoliberalismo financeiro, assumindo a doutrina do Consenso de Washington (1898), não tendo mais para defendê-la a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), desfeita pela corrupção dos últimos dirigentes em 1991.

Em 19/9/1999, o jornal *El País*, reproduzido na *Folha de S.Paulo*, apresenta matéria de Luis Prados, onde se lê: "O escândalo de corrupção na Rússia que veio à tona nas últimas semanas focalizou a atenção internacional mais uma vez sobre a desastrosa situação política, econômica e social da antiga URSS e, por extensão, de boa parte dos países do antigo bloco soviético. Os políticos de Washington cunharam a expressão 'cleptocracia oligárquica' para definir o regime vigente na nova Rússia".

E prossegue: "O próprio diretor do FMI, Michel Camdessus, acaba de definir a raiz do problema com precisão um tanto quanto atrasada". "Não percebemos que o desmantelamento do aparato comunista era o desmantelamento do Estado", disse. "Contribuímos para criar um deserto institucional numa cultura de fraude, economia informal e pilhagem dos privilégios do comunismo." "A análise de Camdessus é quantificada e ampliada em informe recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre o custo humano que a transição para o capitalismo teve nesta década para os países da Europa Oriental, a Rússia e as antigas Repúblicas soviéticas. O relatório começa assinalando que o termo 'transição' 'é um eufemismo usado para designar algo que, na realidade, é uma grande depressão'. E conclui dizendo que essa transição 'tem sido literalmente letal'."

No Brasil, esta época coincide com o fim dos governos militares (1964-1985) e foi designada impropriamente de "redemocratização", pois em nada se assemelhou ao que governava o Brasil de João Goulart (1961-1964): o desenvolvimento industrial, os benefícios sociais, a participação popular e diversos projetos como das Reformas: Agrária, Bancária e Estudantil.

A Argentina, país relevante da América Latina, também é entregue ao corrupto neoliberal financeiro Carlos Saúl Menem, que a governou de 8/7/1989 a 10/12/1999. Verdadeira catástrofe para a então rica em petróleo Argentina que de Estado Nacional transformou-se em empresa subsidiária de capitais estrangeiros.

O México, entre 1988 até 1994, foi dirigido por Carlos Salinas de Gortari, que teve prosseguimento com Ernesto Zedillo, até 2000. Época que ficou marcada pela maior crise financeira mexicana da década de 1990 e que teve repercussões internacionais (Efeito Tequila).

A Colômbia teve como seus presidentes, após 1990, César Augusto Gaviria, que saiu de lá para a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1994 a 2004; Ernesto Samper Pizano, de 1994 a 1998; e Andrés Pastrana, de 1998 a 2002. Nestes períodos os incentivos para investimentos estrangeiros resultaram no pagamento de dívidas com altas taxas de juros, fazendo metade da população viver abaixo do limiar da pobreza e o tráfico de drogas, apoiado pelo exército, ser o verdadeiro gestor do país.

No Peru, entre 28 de julho de 1990 a 22 de novembro de 2000, Alberto Fujimori presidiu o país, quando saiu fugido pelos escândalos de corrupção que emergiram e denúncias de abusos de direitos humanos.

Entre 6/8/1989 e 6/8/2001, a Bolívia foi presidida, nos quadriênios regulares, sucessivamente, por Jaime Paz Zamora, Gonzalo Sánchez de Lozada e Hugo Banzer/Jorge Quiroga, mantendo governos de exclusão dos índios e de alienação dos recursos naturais para empresas estrangeiras.

## América Latina e China no século 21

O século 21 altera profundamente a geopolítica internacional com o ressurgimento da Rússia, com Vladimir Putin, primeiro-ministro da Rússia de 9/8/1999 a 7/5/2000, e pelo rápido e extraordinário desenvolvimento da República Popular da China (China).

Pode-se distinguir os países pela extinção do analfabetismo e pela autonomia na condução do poder, países de direção soberanista; e países submissos ao capital financeiro apátrida, de direção colonial.

Também é indicador de independência governamental a participação na Iniciativa de Cinturão e Rota (ICR) que exige serem as partes soberanas, capazes de assumirem e cumprirem os acordos, o que não é possível para colônias.

Do México à Terra do Fogo, extremo sul da Argentina, se encontram 30 países, dos quais cinco colônias britânicas (Belize, Bahamas, Jamaica, Santa Lúcia e Granada), que têm como chefe de Estado o monarca Carlos III do Reino Unido e obviamente faltam-lhes condições elementares de soberania. Examinemos portanto os 25 restantes, do norte para o sul do Continente.

**México**, governado por Claudia Sheinbaum, tem o grande empecilho da vizinhança com os EUA, que lhe agride de diversas formas deste a apropriação de terras até a construção de muro na fronteira. No entanto, embora não esteja filiada à ICR, podemos qualificar seu governo de soberanista.

**Guatemala**, governado por Bernardo Arévalo, que assume posição populista, mas com práticas anti-soberanistas, como não reconhecimento dos governos da Nicarágua e da Venezuela. Não pertence à ICR.

**El Salvador**, governado por Nayib Bukele, declarado direitista e colonial.

**Honduras**, governado por Xiomara Castro, esposa do ex-presidente José Manuel Zelaya (Mel Zelaya), soberanista e participante da ICR.

**Nicarágua**, governado por José Daniel Ortega Saavedra, que completará 80 anos em novembro de 2025, lutador pelos direitos nicaraguenses, participante da Revolução Sandinista, preso e torturado, sem sombra de dúvida um soberanista que aderiu à ICR.

**Costa Rica**, governado por Rodrigo Chaves Robles, economista, formado na Ohio State University, com especialização na Universidade de Harvard e trabalho para o Banco Mundial como diretor para Indonésia e outros países, de onde saiu com acusação de assédio sexual. É um colonial. Qualquer ação no sentido nacionalista ou progressista deve ser analisada com extremo cuidado.

**Panamá**, governado por José Raúl Mulino. Os EUA, já no governo Trump, desejando assumir o Canal do Panamá, ameaçaram Mulino de estar beneficiando a China na administração desta importante rota comercial. Quer pelo medo da destituição, quer até, na mais benevolente interpretação, para evitar uma guerra em seu país, Mulino saiu da ICR, em fevereiro de 2025, constituindo com a Itália, sob governo direitista, em dezembro de 2023, os únicos casos de autoexclusão da Iniciativa de Cinturão e Rota.

**Cuba**, governado por Miguel Díaz-Canel, foi o primeiro território livre do analfabetismo nas Américas e ter nos recursos para saúde da população a prioridade do governo, a partir da vitoriosa revolução do ano novo de 1959. Hoje é exportadora de médicos, vacinas e curas para o câncer. Obviamente participa da ICR. Um país e governo que, há muitos anos, é agredido pelas potências colonizadoras, mas que permanece soberanista.

**Haiti**, atualmente com vacância presidencial, é dirigido pelo primeiro-ministro Ariel Henry. Ter sido o segundo país a se libertar do jugo colonial nas Américas e o primeiro a extinguir a escravidão, pelo militar excepcional e ingênuo político Toussaint Louverture, custou a vida deste idealista e a condenação por todos colonizadores, desde 1804, a esta parte da ilha de Hispaniola.

**República Dominicana**, governada por Luis Abinader, este vizinho do Haiti tem neste empresário do setor do turismo, que procura desenvolver esta atividade para gerar emprego, o que parece estar conseguindo pela reeleição com 57% dos votos. Mas a República Dominicana não participa da ICR, indicando uma elite bastante fechada.

**Dominica**, governada por Sylvanie Burton, que é a primeira mulher e a primeira presidente indígena deste país insular, montanhoso, de idioma inglês e dialeto local derivado do francês e de idiomas africanos, de maioria negra e mestiça (95% da população). Consta da relação de membros da ICR, embora não se conheça qualquer projeto desenvolvido pela Instituição.

**Trinidad e Tobago**, governado por Christine Kangaloo, única mulher de origem indiana no mundo a ocupar a presidência de um país. A população de perto de 1,5 milhão de pessoas tem na origem africana e asiática (indiana e chinesa) a maioria de seus habitantes.

**Barbados**, uma república desde 30 de novembro de 2021, quando Sandra Mason substituiu a Rainha Elizabeth como chefe de Estado, é ilha de predominância de descendentes africanos.

**Colômbia**, governada por Gustavo Petro, cuja trajetória política deixa dúvidas, embora tenha sua eleição recente, 2022, para exigir grandes mudanças num país colonizado desde a vitória do monroísmo sobre o bolivarianismo. A Colômbia não ingressou na ICR.

**Venezuela**, governada por Nicolás Maduro. Mantém a linha de Hugo Chávez que, nas palavras do intelectual venezuelano José Gregorio Linares, faz o contraponto da dignidade com a indevida ingerência colonial. Participa da ICR.

**Guiana**, governada por Irfaan Ali, muçulmano, teve recente e significativa descoberta de petróleo que levou à ICR e à expectativa de acelerado crescimento.

**Suriname**, governado por Chan Santokhi, policial, formado na Academia de Polícia da Holanda tem estreitos laços com a antiga colonizadora e pretende usá-los sair da situação econômica herdada de Dési Bouterse. Não participa da ICR. Típico colonial.

**Equador** passa por processo eleitoral com tendências antagônicas, o que torna prematuro avaliar seu destino próximo.

**Peru**, governado por Dina Boluarte, primeira mulher presidente do Peru, é a sexta presidente em cinco anos. Formou uma coalizão parlamentar de direita com as Forças Armadas, que deixa temerosos, os que acompanham a história do Peru, de mais uma ditadura civil-militar, obviamente não ingressando na ICR.

Deixaremos a Bolívia e o Cone Sul (Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile), de grande interesse para o Brasil, para o próximo artigo, junto com outras reflexões desta série sobre as "Geopolíticas para o Século 21".

*Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.*


**Monitor Mercantil**

**Monitor Mercantil S/A**
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

**Diretor Responsável**
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

**Serviços noticiosos:**
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

## O Tango do Dragão com o Elefante

A escolha certa para China e Índia é serem parceiros de conquistas mútuas e realizem o "Tango Dragão Elefante", definiu o presidente chinês Xi Jinping em troca de mensagens de felicitações com o presidente indiano Draupadi Murmu nesta terça-feira, marcando o 75º aniversário das relações diplomáticas entre os dois países.

"O desenvolvimento das relações Índia–China não apenas promove a prosperidade e a estabilidade globais, mas também contribui para a concretização de um mundo multipolar", observou o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, acrescentando que o 75º aniversário do estabelecimento de laços diplomáticos entre a Índia e a China guiará as relações bilaterais em direção a um estágio de desenvolvimento sólido e estável.

"China e Índia", disse Xi, "ambas civilizações antigas, grandes países em desenvolvimento e membros importantes do Sul Global, estão em um estágio crítico de seus respectivos esforços de modernização", mencionando o "Tango do Dragão Elefante, que atende aos interesses fundamentais de ambos os países e seus povos".

A animosidade entre China e Índia sempre foi do interesse do Império Britânico, herdado agora pelos Estados Unidos, que não desejam laços fortes entre os 2 países mais populosos do mundo de maior crescimento entre as grandes economias.

O Tango do Dragão com o Elefante pode deixar a Águia ainda mais careca.

## Economia em debate

O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF) anuncia a abertura de chamada para trabalhos para o 6º Workshop Internacional sobre Crescimento Liderado pela Demanda: As transições verde e demográfica, evento de destaque no cenário econômico global.

A oficina, que ocorrerá de 14 a 17 de julho de 2025, visa fomentar o diálogo entre as diversas correntes do pensamento econômico crítico, sendo um espaço de debate sobre modelos de crescimento, elementos monetários e financeiros e desenvolvimento sustentável.

A data limite para submissão de trabalhos é 15 de abril em centrocelsofurtado.org.br

## Rápidas

O novo CEO da Intelbras, Henrique Fernandez, assumiu o cargo nesta terça-feira, sucedendo a Altair Silvestri *** A Preâmbulo Tech realizará, em parceria com o escritório Pessoa & Pessoa, o evento "Legal Ops na Prática", 8 de abril, em Salvador, reunindo especialistas para debater a implementação de Legal Operations no ambiente corporativo. Mais informações: preambulo.com.br *** O Cadeg realiza o Festival Mesa Santa até 27 de abril, com ofertas e pratos exclusivos, além da tradicional exposição de carros antigos e a feijoada no Dia de São Jorge *** A Porto (Seguro, Bank e Serviço) abriu inscrições para 28 vagas no Programa de Estágio de 2025. É necessário estar matriculado em curso de ensino superior, com previsão de formatura entre julho/26 e julho/27. Inscrições até 15 de abril em estagioporto2025.com.br *** Contar a história de uma modalidade esportiva por meio de um gênero literário é o objetivo da coleção "Crônicas Eternas do Futebol", com textos de autores como Mário Filho, João Saldanha e José Trajano. Mesa redonda 7 de abril, 19h, com Juca Kfouri e outros, será realizada no Sat's (R. Real Grandeza, 212, Botafogo, RJ).

# Alta da energia elétrica fez custo de vida disparar em SP

## Fecomércio-SP: peso maior para famílias de menor renda

O retorno do custo padrão da energia elétrica em fevereiro - sem o bônus de Itaipu do mês de janeiro - pressionou o orçamento das famílias da Região Metropolitana de São Paulo. A pesquisa do Custo de Vida por classe Social (CVCS), elaborada mensalmente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), aponta aceleração de 1,23% no período, uma taxa consideravelmente superior ao 0,06% registrado no mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo de vida já subiu 5,29% na Região Metropolitana. As classes mais baixas foram as mais impactadas, com ênfase para a classe E, que viu os custos médios subirem 1,4% só em fevereiro, enquanto a classe A registrou alta de 1,1%.

A principal explicação para essa aceleração foi a alta no preço da energia elétrica, que subiu 19,7% no mês. Se, por um lado, é fator definitivo para a expansão do indicador, por outro, é pontual. Isso acontece porque, após o impacto do fim do bônus dado aos consumidores, a variação do custo de vida tende a ser mais moderada nos próximos meses. Entram nessa conta ainda os reajustes sazonais da educação e dos combustíveis, que já foram realizados. No entanto, a Fecomércio-SP alerta que isso não significa redução de preços, mas um ritmo de alta do custo de vida mais contido.

Ainda segundo o estudo, "como alguns grupos estão especialmente pressionados no acumulado de um ano, como os preços de alimentação e bebidas (7,57%) e transportes (6,06%). São produtos que pesam mais no orçamento dos mais pobres, que têm o orçamento mais dependente de comida e combustíveis."

### Habitação

O encarecimento da energia afetou diretamente o grupo de habitação em fevereiro, que indicou aumento de 4,63%, contribuindo com 0,78 ponto porcentual (p.p.) para a variação geral. Como resultado, as classes de menor renda sofreram um impacto maior, já que esse segmento representa 5,04% do orçamento da classe E e 5,53% da classe D, enquanto para a classe A esse porcentual é de 2,99%.

Outro fator foi o grupo de educação, que registrou uma alta de 4,21% no mês, reflexo dos reajustes das matrículas escolares, um movimento sazonal esperado. O efeito foi mais relevante para as classes A (4%), B (4,41%) e C (4,11%), enquanto a classe E sentiu um aumento menor (2,48%).

O grupo de transportes, por sua vez, apontou um aumento de 0,26%, impactado pelo reajuste do ICMS sobre a gasolina (2,1%), o óleo diesel (3,5%) e o etanol (3,1%). Contudo, a queda expressiva nas passagens aéreas (-18,7%) ajudou a evitar um aumento ainda mais forte - assim como pesou menos no bolso das classes mais altas.

Dentre os demais grupos, artigos do lar (0,85%), saúde (0,17%) e comunicação (0,15%) também apresentaram elevações. Por outro lado, despesas pessoais (-0,38%) e vestuário (-0,28%) registraram queda, influenciadas pela baixa sazonal em serviços de turismo e itens de moda infantil.

### Varejo e servicos

O Índice de Preços no Varejo apontou aumento de 0,67% em fevereiro, registrando uma alta acumulada, em 2025, de 1,06%, variando 5,8% nos últimos 12 meses. No ano passado, o indicador acumulava 0,75%, entre janeiro e fevereiro, e 1,7%, entre março de 2023 e fevereiro de 2024.

O grupo de transportes obteve a maior alta (1,38%), com acumulado nos últimos 12 meses de 6,58%, pressionando, assim, o indicador. Já os grupos de despesas pessoais (-0,41%), vestuário (-0,28%) e saúde e cuidados pessoais (-0,07%) sofreram queda.

Já o Índice de Preços de Serviços avançou 1,81%, registrando uma alta acumulada no ano de 1,53%, variando 4,74% nos últimos 12 meses. Em 2024, o indicador acumulava 1,23%, entre janeiro e fevereiro, e 5,79%, no período de março de 2023 e fevereiro de 2024. Neste indicador, o grupo com a maior alta observada foi o de habitação (5,72%) - com acumulados, nos últimos 12 meses, de 4,78%, e, em 2025, de 2,08%, seguido pelos grupo de educação, com variação de 4,52% (os acumulados foram, nos últimos 12 meses, de 5,85%, e no ano, de 4,61%.

### Classes mais baixas

Na avaliação dos indicadores por estratos de rendimentos, as classes mais baixas (C, D e E) sentem o aumento dos preços de forma mais intensa do que as mais altas (A e B), pois as despesas das classes baixas e médias são concentradas em grupos de alta representatividade.

A variação foi de 0,46% no segmento de alimentação e bebidas contribuiu com 0,10 p.p. para o desempenho geral. Os alimentos com maiores pressões foram o mamão (16,1%), o café moído (6,3%), a cenoura (6,26%) e os derivados do leite (2,81%). Em compensação, a queda no preço da arroba do boi nas últimas semanas conteve o aumento das carnes, com reduções em cortes como contrafilé (-1,4%) e chã de dentro (-1,2%).

No Índice de Preço de Varejo, o referido grupo foi responsável pela segunda maior pressão expansiva, variando 0,72%. Os acumulados foram, nos últimos 12 meses, de 9,73%, e no ano, de 1,2%. No entanto, de maneira geral, as variações estão mais amenas.

# MEIs: novas regras para emissão de notas fiscais

Começaram a valer nesta terça-feira as novas regras para a emissão eletrônica de notas fiscais por Microempreendedores Individuais (MEIs) que compram ou vendem produtos. Algumas das mudanças estão relacionadas à necessidade de atualização de dados e códigos no sistema.

Segundo a Agência Brasil, as novas regras valem para as emissões de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ou a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), bem como para a atualização na tabela de Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), destinado a identificar o tipo de transação (venda, devolução ou remessa) e seu impacto na tributação.

"Será preciso inserir o Código de Regime Tributário Simples Nacional – MEI (CRT 4), que deve ser usado em conjunto com o CFOP adequado à operação fiscal", explica o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Dessa forma, caberá ao MEI preencher o campo com o regime tributário de microempreendedor individual, que poderá ter a validação realizada na base da Secretaria da Fazenda do estado.

### Códigos

Para as operações internas e interestaduais, são usados os códigos 1.202, 1.904, 2.202, 2.904, 5.102, 5.202, 5.904, 6.102, 6.202 e 6.904. O Sebrae recomenda que, no caso de CFPOs com operações diferentes das disponibilizadas pela Receita Federal, seja feita uma consulta junto à Secretária da Fazenda estadual onde o empreendedor está inscrito.

"Outra mudança é que o MEI, ao realizar venda interestadual a não contribuinte, não precisa se preocupar com o preenchimento de informações referentes ao Diferencial de Alíquotas, pois tal informação é irrelevante por ocasião da utilização do CRT 4", detalhou o Sebrae.

As novas regras para o MEI em 2025 incluem também mudanças no teto de faturamento, na contribuição mensal e na emissão de notas fiscais. Os serviços podem ser acessados por meio do Portal do Empreendedor do Governo Federal.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

CULTURA & VARIEDADES

Philipe Deschamps
Jornalista e mestre em Administração de Empresas

## Por que 'Adolescência' assusta tanto?

Por que a minissérie *Adolescência* tem impactado tanto as pessoas em tão pouco tempo? A produção estreou há 20 dias na Netflix e está no topo das mais vistas da plataforma desde o lançamento, em vários países, incluindo o Brasil. São apenas quatro episódios de 50 minutos, todos gravados em um plano-sequência de dificílima execução. Mas não é apenas por causa de suas inegáveis qualidades técnicas que a minissérie inglesa tem tomado conta das rodas de conversa no país.

Por mais que o criador da série, Stephen Graham, que também atua como ator, tenha se inspirado em crimes com armas brancas envolvendo jovens na Inglaterra (em casos de bullying), ele não se baseou em nenhuma história verídica em particular. É uma obra de ficção – e o roteiro escrito por ele, em parceria com Jack Thorne, cria uma situação em que um menino de 13 anos é acusado de matar uma colega a facadas.

A questão aqui não é se Jamie, magistralmente interpretado por Owen Cooper, é culpado ou inocente. O enredo não se preocupa em questionar isso, mas em explorar a fragilidade emocional da juventude contemporânea. O fato crucial reside nessa vulnerabilidade da geração de hoje. Eles já nasceram em um mundo totalmente digital, e seus pais, em média entre 35 e 50 anos, não sabem como lidar com isso.

Controlar esse ambiente não é uma questão de fácil resolução, do tipo: "É só tirar as redes sociais"; "é só proibir o celular nas escolas"; etc. Pensar assim é subestimar o enorme problema que temos. Se, por um lado, a série não oferece respostas fáceis, por outro, ela nos faz pensar em como podemos fortalecer nossos filhos emocionalmente para que consigam enfrentar as intempéries que fatalmente virão, abrindo espaço para um diálogo sem julgamentos.

Mas o que mais assusta em *Adolescência* é que Jamie não vem de um lar disfuncional. Ele faz parte de uma família inglesa estruturada e trabalhadora, aparentemente sem problemas financeiros, composta por pai e mãe amorosos e um casal de filhos dentro do padrão. Eles vivem uma rotina normal: Jamie tem amigos e sai para se divertir, mas os pais não sabem que, silenciosamente, o filho caçula enfrenta problemas de bullying que afetam sua autoestima, geram enorme insegurança e desenvolvem nele um ódio que acaba culminando em um ato devastador para o menino e todos do seu entorno. Não há mais volta. A vida de sua família se encerra ali.

A situação relatada pela série desperta em cada um de nós a sensação de que um caso como esse pode acontecer em qualquer família, independente de classe social e de localização geográfica. Com as redes sociais e a impossibilidade de controlar o que nossos filhos veem pela tela do celular, todos estão suscetíveis a situações como essa. O adolescente pode estar sentado ao seu lado no sofá sendo atacado naquele instante por dezenas de jovens que o convencem que ele jamais terá uma relação sexual consentida. Nos termos de hoje, essa pessoa é o que os jovens chamam, de maneira cruel, de "incel". A palavra vem do inglês e significa celibatário involuntário, dando a entender que este adolescente está fadado a ser um homem sexualmente frustrado.

É o que acontece com Jamie na minissérie. Aos 13 anos, ele não faz parte de nenhuma das minorias que normalmente são alvo maior de bullying, preconceito e discriminação. Mesmo assim, ele se acha feio e acredita quando as colegas de sala insistem nisso. Pois imagine o que representa para um menino dessa idade ser rotulado pejorativamente de "incel" quando o seu maior sonho é justamente ser desejado por uma menina? E quando esse deboche sai do pátio do recreio e continua a atormentá-lo 24 horas por dia pela tela do celular, expondo sua condição de "inferioridade" inescapável a todos os seus amigos e familiares? As consequências são destruidoras. É dilacerante.

E, voltando ao ponto inicial: de quem é a culpa? Os pais de Jamie se sentem culpados, mas será que eles são? Como teriam evitado essa tragédia? Conversando mais com ele? Restringindo o uso do celular e das redes sociais? Isso seria suficiente? Não há resposta certa ou errada e, ao final da minissérie, o diálogo entre os pais do rapaz é dolorido demais. Stephen Graham, criador da série e que interpreta o pai do menino, olha para a filha mais velha do casal e pergunta para a esposa: "Como foi que a fizemos?". "Do mesmo jeito que fizemos ele", responde ela.

Em entrevista ao jornal *O Globo* semana passada, Graham reconhece que essa é a sua cena preferida: "Isso é tão poderoso porque, como pais, tentamos dar aos nossos filhos o máximo de amor e orientação possível. Mas, no fim das contas, não temos controle sobre as escolhes deles. Há um sentimento de impotência nisso." Está aí a resposta ao título desta coluna. A impotência assusta – e talvez seja por isso que *Adolescência* tem feito tanto sucesso.

# Ranking de bilionários mostra que Trump dobra sua fortuna

Elon Musk, CEO da Tesla e da SpaceX e proprietário da X/Twitter, recuperou o primeiro lugar entre as pessoas mais ricas do mundo, de acordo com a lista da revista *Forbes*, que atribui ao magnata nascido na África do Sul uma riqueza de US$ 342 bilhões, 75% a mais do que em 2024, o que torna o empresário "a pessoa mais rica que a *Forbes* já rastreou".

O homem que se tornou um dos maiores apoiadores de Donald Trump, tanto em sua corrida para voltar à Casa Branca, quanto depois de assumir o cargo, lidera assim, depois de dois anos consecutivos ocupando a segunda posição da lista, atrás do francês Bernard Arnault.

De acordo com a agência Europa Press, embora ocupando o 700º lugar no ranking, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, desfrutou de um dos maiores aumentos de riqueza entre os mais ricos do mundo, com crescimento estimado de 122%, para US$ 5,1 bilhões.

No caso de Trump, a revista observa que "ele ocupou a pós-presidência mais lucrativa da história dos EUA" e, ao seu tradicional negócio imobiliário, acrescentou os lucros da comercialização de NFTs e outros itens colecionáveis entre seus apoiadores, bem como ações de uma empresa de mídia social (Truth Social).

No Brasil, 16 nomes deixaram a lista de bilionários, e apenas um entrou: Mário Araripe, da empresa de energia renovável Casa dos Ventos. São 47 nomes associados ao Brasil, mas o brasileiro mais rico, Eduardo Saverin, cofundador do Facebook, com fortuna de US$ 34,5 bilhões, aparece associado a Cingapura, onde reside.

A lista da *Forbes* em 2025 coloca atrás de Musk, embora com uma distância de riqueza estimada em mais de US$ 100 bilhões, Mark Zuckerberg (da Meta), cuja riqueza estimada aumentou no ano passado em 22%, para US$ 216 bilhões. Em terceiro lugar vem Jeff Bezos (Amazon), com uma fortuna de US$ 215 bilhões, quase 11% a mais do que em 2024.

O restante dos dez primeiros no ranking das pessoas mais ricas Larry Ellison (Oracle), em quarto lugar US$ 192 bilhões), seguido por Bernard Arnault e família (LVMH), o primeiro não americano na lista (US$ 178 bilhões).

Em sexto vem o "Oráculo de Omaha", o investidor Warren Buffett, que aos 94 anos de idade é um dos mais velhos da lista, com uma fortuna estimada em US$ 154 bilhões. Encerram os dez mais ricos os fundadores do Google, Larry Page e Sergey Brin, à frente de Amancio Ortega (Zara) e Steve Ballmer (Microsoft).

# Volta ao trabalho presencial fez crescer alimentação fora do lar

Com o declínio do trabalho remoto, os brasileiros voltam a buscar opções de alimentação fora de casa: entre 2023 e 2024, as refeições apresentaram aumento significativo na contribuição de unidades (2%) e no crescimento de frequência de consumo (28%) e penetração (9%). Isso sem contar a marmita, a querida companheira de diversos brasileiros todos os dias, que está ganhando cada vez mais espaço. O consumo "On the Go" (o famoso "para viagem") está crescendo rápido, passando de 0,5% para 1,3% das refeições entre 2023 e 2024.

Em relação às refeições fora de casa, os dados do estudo Consumer Insights 2024, produzido pela divisão Worldpanel da Kantar em seis regiões metropolitanas (Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), apontam que as ocasiões de consumo foram impulsionadas por momentos com colegas de trabalho, especialmente nos almoços (46%) das terças e quintas-feiras. Além disso, as principais escolhas de cardápio foram carne bovina (66%) e comida brasileira (47%).

Outro aspecto importante para o consumidor fora de casa é o aumento no custo. Em 2024, o combo de refeição, bebida não alcoólica e sobremesa ficou, em média, 23% mais caro na comparação com o ano anterior. Para as classes D e E, esse aumento foi ainda mais significativo, chegando a 30%.

Em termos de valores, em 2023, o gasto médio por refeição ficou em R$ 54,79, subindo para R$ 57,76 no ano seguinte. Com isso, os brasileiros optaram por desembolsar menos com bebidas não alcoólicas, passando de R$ 11,04 para R$ 10,63, e sobremesas, indo de R$ 15,20 para R$ 14,68.

Em relação às marmitas, por sua vez, as classes A e B são as principais contribuintes, com alta de 112% em ocasiões de consumo semanal entre o quarto trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024. Aqui, cresceram as escolhas de carne bovina (22 p.p.), carne de aves (10 p.p.) e massas seca ou caseira (5 p.p.). Os principais motivos foram praticidade (46% das ocasiões) e rapidez (66% das refeições são preparadas em até 30 minutos).

Além disso, em fevereiro de 2025, foram criados 24.104 novos postos de trabalho com carteira assinada, um crescimento de 53% em relação ao mesmo mês do ano passado, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O desempenho acompanha o bom momento do mercado de trabalho no país, que registrou um saldo positivo de 432 mil empregos formais no mês, o maior desde o início da nova série histórica do Caged, em 2020.

Apesar do avanço na formalização, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE mostra uma leve queda no total de ocupados no setor, que passou de 4.787 milhões para 4.764 milhões. considerando empregos formais e informais. O levantamento considera os dados da categoria alojamento e alimentação, na qual bares e restaurantes respondem por cerca de 85% das vagas de trabalho.

Além da criação de novos postos, os salários também tiveram avanço. O rendimento médio no setor aumentou de R$ 2.194 para R$ 2.222, atingindo maior valor médio da história, consolidando uma tendência de valorização da mão de obra e reforçando a importância da atividade para a economia brasileira.

Para o presidente-executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, os dados refletem a resiliência e o dinamismo dos bares e restaurantes, que geram cada vez mais oportunidades.

"O crescimento expressivo das contratações em fevereiro mostra como o setor de alimentação fora do lar segue fortalecendo o mercado de trabalho. A adaptação aos períodos sazonais, como foi o caso do Carnaval no último mês, impulsiona o segmento, que se antecipa à alta demanda e mantém um ritmo consistente de geração de empregos ao longo do ano", avalia.

**TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**
CNPJ nº 14.522.198/0001-88 - NIRE 35.300.414.063 - ("**Companhia**")
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Consignamos que a convocação para a assembleia geral extraordinária da Companhia que seria realizada no dia 31 de março de 2025, às 14h, foi cancelada, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2025. Convidamos os senhores acionistas para a assembleia geral extraordinária da Companhia ("AGE"), que se realizará no dia 09 de abril de 2025, às 14h, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: destituição e eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na AGE ora convocada se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na forma do artigo 135, § 3º, da Lei nº 6.404/76. Conforme facultado pelo artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76, para melhor conveniência dos acionistas, a Companhia realizará a AGE de forma exclusivamente digital, por videoconferência. A Companhia enviará um link via e-mail aos acionistas, para que possam acessar o sistema da videoconferência por meio de qualquer aparelho com acesso à internet. Caso qualquer acionista se faça representar na AGE por procuração, deverão ser observados os termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 01 de abril de 2025. Mariana de Mello Vaz Albuquerque - Presidente do Conselho de Administração.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

# IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.

C.N.P.J. nº 33.337.122/0001-27

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de Reais)

| Ativos | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Circulantes** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 915.610 | 4.215.616 |
| Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos | 1.721.920 | 210.421 |
| Contas a receber de clientes | 2.113.245 | 2.669.833 |
| Financiamentos a clientes | 474.206 | 467.098 |
| Estoques | 2.921.148 | 3.361.196 |
| Tributos a recuperar | 1.794.429 | 1.146.339 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 35.381 | 69.908 |
| Dividendos a receber | 44.829 | 22.633 |
| Demais contas a receber | 113.124 | 39.318 |
| Despesas antecipadas | 82.875 | 32.699 |
| Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade | 658.571 | 785.970 |
| Total dos ativos circulantes | 10.875.338 | 13.021.031 |
| **Não circulantes** | | |
| Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos | 558.368 | 560.476 |
| Contas a receber de clientes | 4.482 | 2.217 |
| Financiamentos a clientes | 743.015 | 539.824 |
| Sociedades relacionadas | 57.910 | 31.892 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 535.673 | 572.974 |
| Tributos a recuperar | 2.533.917 | 2.638.388 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 317.553 | 199.435 |
| Depósitos judiciais | 141.464 | 150.992 |
| Demais contas a receber | 38.702 | 30.139 |
| Despesas antecipadas | 6.968 | 36.255 |
| Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade | 1.455.895 | 1.467.521 |
| Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas | 1.922.921 | 1.944.489 |
| Ativos de direito de uso, líquido | 840.020 | 864.129 |
| Imobilizado, líquido | 2.834.636 | 2.754.750 |
| Intangível, líquido | 571.299 | 1.297.865 |
| Total dos ativos não circulantes | 12.562.823 | 13.091.346 |
| Total dos ativos | 23.438.161 | 26.112.377 |

| Passivos | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Circulantes** | | |
| Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos | 1.067.257 | 296.371 |
| Debêntures | 339.105 | 824.987 |
| Fornecedores | 2.473.602 | 4.407.240 |
| Fornecedores - convênio | 1.014.504 | 1.039.366 |
| Salários e encargos sociais | 181.684 | 180.794 |
| Obrigações tributárias | 43.889 | 62.756 |
| Dividendos propostos a pagar | 304.141 | 398.101 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 262.234 | 389.530 |
| Benefícios pós-emprego | 13.302 | 13.827 |
| Provisão para crédito de descarbonização | - | 741.982 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 38.852 | 38.375 |
| Arrendamentos a pagar | 145.873 | 128.120 |
| Passivo financeiro de clientes | 117.090 | 157.615 |
| Demais contas a pagar | 237.048 | 420.237 |
| Total dos passivos circulantes | 6.238.581 | 9.099.301 |
| **Não circulantes** | | |
| Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos | 2.882.387 | 2.804.620 |
| Debêntures | 3.085.808 | 3.637.482 |
| Sociedades relacionadas | 20.285 | - |
| Benefícios pós-emprego | 59.417 | 77.432 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 247.615 | 287.096 |
| Arrendamentos a pagar | 518.161 | 533.158 |
| Passivo financeiro de clientes | 63.135 | 151.319 |
| Provisão para passivo a descoberto de controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas | 249.898 | 168.164 |
| Demais contas a pagar | 91.378 | 84.457 |
| Total dos passivos não circulantes | 7.218.084 | 7.743.728 |
| **Patrimônio líquido** | | |
| Capital social | 4.668.602 | 4.500.000 |
| Instrumento patrimonial outorgado | 49.537 | 36.183 |
| Reserva de reavaliação de controladas | 12 | 12 |
| Reservas de lucros | 5.083.274 | 4.562.936 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 180.071 | 155.541 |
| Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios | - | 14.676 |
| Total do patrimônio líquido | 9.981.496 | 9.269.348 |
| Total dos passivos e do patrimônio líquido | 23.438.161 | 26.112.377 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

| | | | | Reservas de lucros | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Instrumento patrimonial outorgado | Reserva de reavaliação de controladas | Incentivos Fiscais | Legal | Retenção de lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Dividendos adicionais | Patrimônio líquido total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **4.300.000** | **24.771** | **12** | **-** | **501.388** | **3.004.469** | **183.274** | **-** | **126.996** | **8.140.910** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 1.448.340 | - | 1.448.340 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | (27.733) | - | - | (27.733) |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | - | - | - | (27.733) | 1.448.340 | - | 1.420.607 |
| Instrumento patrimonial outorgado | - | 11.412 | - | - | - | - | - | - | - | 11.412 |
| Transações com sócios – alterações de participação | - | - | - | - | - | - | - | 1.090 | - | 1.090 |
| Aumento de capital em dinheiro | 200.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | 200.000 |
| Dividendos prescritos | - | - | - | - | - | - | - | 426 | - | 426 |
| Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios não aprovados | - | - | - | - | - | 20.000 | - | - | (20.000) | - |
| Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R$ 0,4767 por lote de mil ações) | - | - | - | - | - | - | - | - | (106.996) | (106.996) |
| Destinação do resultado líquido: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | - | - | 72.417 | - | - | (72.417) | - | - |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | - | - | - | 48.918 | - | - | - | (48.918) | - | - |
| Reserva para retenção de lucros | - | - | - | - | - | 915.744 | - | (915.744) | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,7735 por lote de mil ações) | - | - | - | - | - | - | - | (398.101) | - | (398.101) |
| Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R$ 0,0654 por lote de mil ações) | - | - | - | - | - | - | - | (14.676) | 14.676 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **4.500.000** | **36.183** | **12** | **48.918** | **573.805** | **3.940.213** | **155.541** | **-** | **14.676** | **9.269.348** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 1.291.307 | - | 1.291.307 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | 24.530 | - | - | 24.530 |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | - | - | - | 24.530 | 1.291.307 | - | 1.315.837 |
| Instrumento patrimonial outorgado | - | 13.354 | - | - | - | - | - | - | - | 13.354 |
| Aumento de capital - Aporte de ações Eaí Clube Automobilista S.A. | 168.602 | - | - | - | - | - | - | - | - | 168.602 |
| Destinação do resultado líquido: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | - | - | 64.565 | - | - | (64.565) | - | - |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | - | - | - | 10.179 | - | - | - | (10.179) | - | - |
| Reserva para retenção de lucros | - | - | - | - | - | 912.422 | - | (912.422) | - | - |
| Dividendos intermediários | - | - | - | - | - | (466.828) | - | - | (14.676) | (481.504) |
| Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,3549 por lote de mil ações) | - | - | - | - | - | - | - | (304.141) | - | (304.141) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **4.668.602** | **49.537** | **12** | **59.097** | **638.370** | **4.385.807** | **180.071** | **-** | **-** | **9.981.496** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Receita líquida de vendas e serviços** | 115.817.037 | 108.328.865 |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | (110.277.627) | (102.839.810) |
| **Lucro bruto** | 5.539.410 | 5.489.055 |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | |
| Com vendas e comerciais | (1.528.534) | (1.311.702) |
| Gerais e administrativas | (730.197) | (1.038.014) |
| Resultado na venda de bens | 167.400 | 145.259 |
| Outros resultados operacionais, líquidos | (593.756) | (732.708) |
| **Lucro operacional antes da equivalência patrimonial, do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social** | 2.854.323 | 2.551.890 |
| Equivalência patrimonial | (121.248) | 147.836 |
| **Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social** | 2.733.075 | 2.699.726 |
| Receitas financeiras | 424.295 | 621.423 |
| Despesas financeiras | (1.112.800) | (1.292.358) |
| Resultado financeiro, líquido | (688.505) | (670.935) |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | 2.044.570 | 2.028.791 |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | |
| Correntes | (717.801) | (798.796) |
| Diferidos | (35.462) | 218.345 |
| | (753.263) | (580.451) |
| **Lucro líquido do exercício** | 1.291.307 | 1.448.340 |
| **Lucro líquido por lote de um milhão de ações do capital (média ponderada do exercício) - R$** | 5,7528 | 6,4523 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de Reais)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 1.291.307 | 1.448.340 |
| Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado: | | |
| Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de *hedge* de fluxo de caixa, líquidos de imposto de renda e contribuição social | 7.166 | (7.166) |
| Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquidos de imposto de renda e contribuição social | (19) | - |
| Outros resultados abrangentes | - | (1.090) |
| Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado: | | |
| (Ganhos) perdas atuariais de benefícios pós-emprego da controladora, líquidos de imposto de renda e contribuição social | 4.751 | (1.095) |
| (Ganhos) perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquidos de imposto de renda e contribuição social | 12.632 | (18.382) |
| Resultado abrangente do exercício | 1.315.837 | 1.420.607 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 784.537 | 1.207.097 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | (1.887.966) | (143.263) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | (2.204.736) | (465.694) |
| Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira | 8.159 | - |
| **Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa** | **(3.300.006)** | **598.140** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **4.215.616** | **3.617.476** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício** | **915.610** | **4.215.616** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Receitas** | | |
| Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e royalties | 119.457.018 | 111.052.537 |
| Abatimentos, descontos e devoluções | (987.002) | (862.344) |
| Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa | 13.955 | 27.770 |
| Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade | (538.152) | (602.714) |
| Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos | (426.356) | (587.449) |
| | 117.519.463 | 109.027.800 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | |
| Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos | (111.463.863) | (103.632.199) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (949.592) | (1.128.486) |
| | (112.413.455) | (104.760.685) |
| **Valor adicionado bruto** | 5.106.008 | 4.267.115 |
| **Retenções** | | |
| Depreciações e amortizações de ativos imobilizados, intangíveis e ativos de direito de uso | (492.387) | (504.988) |
| | (492.387) | (504.988) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade** | 4.613.621 | 3.762.127 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Equivalência patrimonial | (121.248) | 147.836 |
| Aluguéis e royalties | 211.127 | 212.786 |
| Receitas financeiras | 424.295 | 621.423 |
| | 514.174 | 982.045 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | 5.127.795 | 4.744.172 |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal e encargos | | |
| Remuneração direta | 457.049 | 438.993 |
| Benefícios | 84.131 | 95.259 |
| FGTS | 34.289 | 29.794 |
| Outros | 239.893 | 214.262 |
| | 815.362 | 778.308 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 1.636.935 | 1.034.774 |
| Estaduais | 221.844 | 151.865 |
| Municipais | 20.204 | 16.893 |
| | 1.878.983 | 1.203.532 |
| Despesas financeiras e aluguéis | | |
| Juros, variação cambial e instrumentos financeiros derivativos | 1.019.436 | 1.119.597 |
| Aluguéis | 71.217 | 56.166 |
| Outros | 51.490 | 138.229 |
| | 1.142.143 | 1.313.992 |
| Remuneração de capital próprio | | |
| Dividendos | 304.141 | 525.097 |
| Lucros retidos | 987.166 | 923.243 |
| | 1.291.307 | 1.448.340 |
| **Valor adicionado distribuído** | 5.127.795 | 4.744.172 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL -** A Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Ipiranga" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, Cidade do Rio de Janeiro – RJ. A Sociedade atua na distribuição de derivados de petróleo e produtos correlatos por meio de uma rede de postos de serviços que operam sob a marca Ipiranga em todo o Brasil e para grandes consumidores, bem como através de suas controladas e coligadas, atuam na fabricação de óleos lubrificantes, prestação de serviços de transporte e lojas de conveniência. O controlador final da Sociedade é a Ultrapar Participações S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na "B3" (Bolsa de Valores do Brasil) e NYSE (Bolsa de valores de Nova Iorque). A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião da Diretoria da Sociedade em 31 de março de 2025.

**2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a) O resultado é apurado pelo princípio da competência de exercícios. b) Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. c) Os ativos de contratos referem-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com revendedores da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e amortizados conforme as condições estabelecidas no contrato. d) Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas. e) O ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimos incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. f) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e impostos não recuperáveis, bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos. As depreciações são calculadas pelo método linear, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada sobre o período total do contrato ou pela vida útil, dos dois o menor. g) O intangível compreende os ativos adquiridos de terceiros, e quando aplicável são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos ou pelo método linear, levando em consideração sua vida útil e são revisados anualmente. h) Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente. i) Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A Ipiranga como garantidora da operação, assume o pagamento das parcelas vincendas junto a instituição financeira em contrapartida do direito de exclusividade do revendedor.

**3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -** ***a. Capital social -*** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social é composto por 224.467.228.244 ações escriturais e nominativas sem valor nominal, sendo 86.286.548.365 ações ordinárias e 138.180.679.879 ações preferenciais sem direito a votos. **Ações ordinárias -** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Ações preferenciais -** As ações preferenciais não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso do capital sem prêmio. A Sociedade poderá ter ações preferenciais sem direito a voto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas. Em 02 de janeiro de 2024 os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R$ 168.602, passando o capital social de R$ 4.500.000 para 4.668.602, sem emissão de novas ações. O aumento foi realizado no momento da aquisição da Eaí Clube Automobilista S.A., mediante aporte de 334.000.098 ações ordinárias. ***b. Instrumento patrimonial outorgado -*** A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Ultrapar mantidas em tesouraria. ***c. Reserva de reavaliação -*** A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS Accounting Standards) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas. ***d. Reserva de lucros - d.1 Reserva legal -*** Conforme a Lei das S.A, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva legal totalizava R$ 638.370 (R$ 573.805 em 31 de dezembro de 2023). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. ***d.2 Reserva de retenção de lucros -*** É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e inclui tanto a parcela do lucro líquido do exercício como a realização da reserva de reavaliação. Em 31 de dezembro de 2024 a reserva de retenção de lucros totalizava R$ 4.385.807 (R$ 3.940.213 em 31 de dezembro de 2023). ***d.3 Reserva de incentivos fiscais -*** Em determinação do artigo 30 da Lei n° 12.973/14 e do artigo 19 do Decreto n° 1.598/77, a Companhia, pelo lucro apurado no exercício, constituiu sua reserva de incentivos fiscais. A reserva foi constituída nos termos do artigo 195-A da Lei no 6.404/76, alterada pela Lei no 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo de dividendos obrigatórios. A reserva inclui os incentivos que (i) foram absorvidos com prejuízo (ii) teriam sido reconhecidos nos exercícios anteriores, caso tivesse apurado lucro e (iii) do exercício corrente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$ 59.097 (R$ 48.918 em 31 de dezembro de 2023). ***e. Ajustes de avaliação patrimonial -*** (i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção. (ii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. (iii) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas. A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

| | Ajustes de avaliação patrimonial | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa (i) | Ganhos/(perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (ii) | Mudança de participação de não controladores (iii) | Outros | Total |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | - | (15.024) | 197.369 | 929 | 183.274 |
| Variação de valor justo dos instrumentos financeiros | (10.857) | - | - | (1.090) | (11.947) |
| IRPJ e CSLL sobre valor justo | 3.691 | - | - | - | 3.691 |
| Perdas atuariais em benefícios pós-emprego | - | (29.511) | - | - | (29.511) |
| IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais | - | 10.034 | - | - | 10.034 |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | (7.166) | (34.501) | 197.369 | (161) | 155.541 |
| Variação de valor justo dos instrumentos financeiros | 10.857 | - | - | (19) | 10.838 |
| IRPJ e CSLL sobre valor justo | (3.691) | - | - | - | (3.691) |
| Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego | - | 26.333 | - | - | 26.333 |
| IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais | - | (8.950) | - | - | (8.950) |
| **Em 31 de dezembro de 2024** | - | (17.118) | 197.369 | (180) | 180.071 |

***f. Destinação do resultado do exercício -*** Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2023, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 412.776 (R$ 1,84 – um real e oitenta e quatro centavos por lote de mil ações), sendo R$ 398.101 (R$ 1,77 – um real e setenta e sete centavos por lote de mil ações) dividendos mínimos obrigatórios do exercício e R$ 14.676 (R$ 0,06 – seis centavos por lote de mil ações) sendo dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios. Estes dividendos foram aprovados em assembleia de acionistas em 30 de abril de 2024. Em 1 de agosto de 2024 e 19 de dezembro de 2024 foram aprovados dividendos intermediários nos valores de R$ 96.828 (R$ 0,43 – quarenta e três centavos por lote de mil ações) e R$ 370.000 (R$ 1,64 – um real e sessenta e quatro centavos por lote de mil ações). Os dividendos foram pagos a partir da data da aprovação. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2024 totalizam R$ 304.141 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1,35 – um real e trinta e cinco centavos de Real por lote de mil ações). O valor está sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral. A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2024 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

| | 31/12/2024 |
|---|---|
| Destinação do lucro líquido | |
| Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ipiranga | 1.291.307 |
| Reserva legal (5% do lucro líquido) | (64.565) |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | (10.179) |
| Lucro líquido ajustado (base para dividendos) | 1.216.563 |
| Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado) | 304.141 |
| Total da distribuição | 304.141 |
| Saldo de dividendos propostos | 304.141 |

(Continua)

ultra

**IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.**

C.N.P.J. nº 33.337.122/0001-27

Ipiranga

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -** (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

| | 31/12/2024 |
|---|---|
| Destinação do lucro líquido | |
| Reserva legal (5% do lucro líquido) | 64.565 |
| Reserva para retenção de lucros | 912.422 |
| Reserva para incentivos fiscais | 10.179 |
| Dividendos propostos do exercício | 304.141 |
| Total da distribuição do lucro líquido do exercício | 1.291.307 |

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **398.101** |
| Provisões | 785.645 |
| Pagamentos | (879.605) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **304.141** |

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, devidamente acompanhadas do relatório dos auditores independentes, sem ressalva, encontram-se à disposição na sede da sociedade.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**Rodrigo Legaspe Barbosa Pereira**
CRC SP-267322/O-7 S-RJ


# Passagens aéreas subiram até 328%

## QAV: queda real acumulada de 36,4% a partir de dezembro de 2022

Com passagens, em média, 118% mais caras desde a pandemia, em termos reais (descontada a inflação), chegando a aumentos de tarifas de até 328%, na Região Norte, o sistema aéreo brasileiro vive um cenário de concentração, pouca concorrência e alto custo operacional.

O alerta foi feito no último dia 26 durante o evento Desafios da Aviação Regional e os Impactos para o Desenvolvimento do País, realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. Se considerada a inflação, desde dezembro de 2022, a redução acumulada no Querosene de Aviação (QAV) é de R$ 1,49 por litro, queda de preços real de 36,4%.

O encontro reuniu parlamentares, representantes do setor aéreo, ministros e dirigentes regionais para debater propostas de curto e médio prazo. Ao final, foi anunciada a formação de um grupo de trabalho com participação da CNC, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Congresso Nacional e do trade turístico para buscar soluções conjuntas.

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, a aviação regional deve ser tratada como ferramenta essencial de integração nacional, e não como serviço de luxo, já que em muitos trechos do país, especialmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste, não há alternativas viárias seguras ou viáveis.

"Não temos rodovias em muitos trechos, e as que existem estão em péssimo estado. A aviação regional é, muitas vezes, a única via de acesso. A aviação regional não pode ser luxo, ela precisa ser tratada como uma questão de integração nacional. Por isso, o Brasil não pode continuar dependendo de duas ou três empresas", afirmou.

Tadros também demonstrou preocupação com a possível fusão entre as companhias Azul e Gol, o que poderia agravar, ainda mais, o cenário de concentração. "Corremos o risco de ter somente duas companhias operando em todo o território. Isso é insustentável", completou.

Segundo o levantamento da Confederação, a tarifa aérea média subiu 118% em termos reais desde a pandemia. Esse aumento foi ainda mais expressivo em algumas regiões do país, como o Norte, onde a alta chegou a 328%. No Nordeste, a elevação foi de 134% e, no Centro-Oeste, 130%, com dados de 2023.

### Concentraçao

A análise da CNC aponta que apenas três companhias aéreas dominam 99,8% do mercado nacional, o que reduz drasticamente a concorrência. Como resultado, os consumidores acabam pagando mais caro, mesmo diante de um cenário de demanda aquecida.

"Estamos diante de um mercado altamente concentrado e com comportamento atípico: a demanda continua forte, mesmo com o aumento dos preços. Isso mostra quanto a aviação é essencial no Brasil, mas também quanto falta concorrência real", avaliou Felipe Tavares, economista-chefe da CNC e autor do estudo. "Estamos pagando mais caro porque o consumidor não tem escolha. Há uma distorção de mercado que prejudica o turismo, o comércio e a mobilidade no país", explicou Tavares.

Com base na gravidade dos dados apresentados, a CNC propôs a criação de um grupo de trabalho para elaborar soluções estruturantes. A proposta, articulada com a Anac, representantes do Senado e da Câmara dos Deputados, inclui medidas como a abertura dos céus brasileiros para permitir a entrada de novas companhias aéreas, o incentivo a investimentos em infraestrutura nos aeroportos regionais, a regulamentação dos subsídios ao querosene de aviação (QAV), especialmente nas regiões da Amazônia Legal, além da isenção de tarifas aeroportuárias em rotas estratégicas.

Outra frente de atuação será a formulação de diretrizes legais para combater a judicialização excessiva do setor, que hoje impõe um custo de cerca de R$ 1 bilhão por ano às companhias aéreas. A ideia é melhorar a previsibilidade jurídica, reduzir litígios e atrair novos operadores ao mercado brasileiro.

"Precisamos transformar esse debate em medidas concretas. Vamos construir uma proposta com a participação de todos os setores, incluindo as companhias aéreas", disse Alexandre Sampaio, diretor da Confederação e que coordena o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da entidade.

O representante da Casa Civil, Adailton Dias, confirmou o apoio do Governo Federal à iniciativa e destacou que a equipe técnica do Executivo está à disposição para integrar o grupo de trabalho e contribuir com soluções práticas.

### Redução no preço

Nesta segunda-feira (31), a Petrobras anunciou a redução de 7,9% no preço do querosene de aviação (QAV) a partir desta terça-feira, o que representa diminuição de R$ 0,31 por litro. O preço do QAV é estipulado pela Petrobras mensalmente, sempre no dia 1º. O combustível é um derivado do petróleo usado em aviões e helicópteros, se tratando do principal combustível utilizado no transporte aéreo comercial. No comunicado sobre a alteração de preço, a estatal informa que o novo patamar está 0,2% (R$ 0,01) acima do praticado em dezembro de 2024 e 29,2% abaixo da marca de dezembro de 2022.

A Petrobras comercializa para as distribuidoras o QAV produzido nas refinarias da empresa ou importado. Uma vez comprado pelas distribuidoras, as empresas transportam o combustível e o vendem para companhias de transporte e outros consumidores finais nos aeroportos ou ainda para revendedores. No Brasil, o mercado de QAV é aberto à livre concorrência, sem restrições para outras empresas atuarem como produtoras ou importadoras.

# Ineep: redução no preço do diesel segue mercado externo

A redução dos preços do diesel neste momento reflete a influência dos preços internacionais na formação dos preços internos, considerando que 23,1% do combustível consumido no Brasil é importado. Essa é a análise do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) sobre a corte de R$ 0,17 por litro de diesel (4,6%) no preço do óleo diesel, anunciado na segunda-feira (31) pela Petrobras e que entrou em vigor nesta terça-feira (1º).

Os preços internacionais caíram cerca de 13% entre o início de fevereiro, quando foi anunciado o último reajuste, e meados de março, período a partir do qual começaram a subir ligeiramente.

Segundo o Ineep, a redução ocorre nas refinarias e, como o mercado é livre e a Petrobras não participa da distribuição, é necessário observar quanto dessa queda chegará ao consumidor final. Caso se concretize, essa redução será um vetor importante para desacelerar a inflação, tanto pelo efeito direto quanto pelos impactos indiretos, como nos custos do transporte de passageiros e de cargas.

Com o reajuste anunciado, a Petrobras reduziu, desde dezembro de 2022, os preços de diesel para as distribuidoras em R$ 0,94 / litro, uma redução de 20,9%. Considerando a inflação do período, esta redução é de R$ 1,45/ litro ou 29,0%.

# Programas SAT e AP capacitam para a educação internacional

O número de estudantes brasileiros que estudam no exterior está crescendo além dos níveis pré-pandêmicos e estabelecendo novos recordes. De acordo com os números mais recentes, há cerca de 89 mil brasileiros estudando no exterior, com mais de 20 mil somente na Argentina, seguido por Portugal, Estados Unidos, Austrália, Canadá e Alemanha.

Para aqueles que pretendem se unir a essa tendência crescente, é crucial compreender as etapas certas para aumentar suas chances. O College Board, organização sem fins lucrativos fundada há mais de 120 anos para ajudar estudantes de todo o mundo a ter acesso ao ensino superior, recomenda que os estudantes brasileiros aumentem seu desempenho no ensino pós-secundário fazendo os cursos e exames SAT e AP (Colocação Avançada).

"Fazer os exames SAT e/ou AP ajuda os alunos a se destacarem na admissão em universidades e os prepara para o ensino superior. Os alunos brasileiros e seus orientadores reconhecem esses benefícios, por isso, ambos os programas cresceram no Brasil e continuamos observando o interesse de escolas locais bilíngues e internacionais." Claudia Valencia, diretora Associada Internacional do College Board, explica: "Nos últimos cinco anos, o número de alunos do último ano do ensino médio no Brasil que fizeram o exame SAT aumentou em 32%, enquanto o número de escolas que oferecem cursos e exames AP para seus alunos aumentou em 78%".

O SAT é um teste acadêmico padronizado que faz parte do processo de admissão de alunos que desejam estudar em instituições de ensino superior em todo o mundo, e o exame é usado para tomar decisões de admissão em instituições de mais de 70 países. Ele é apresentado em duas seções: Leitura, Redação e Matemática, e os alunos geralmente fazem o exame nos dois últimos anos do ensino médio.

Os exames SAT são feitos principalmente por alunos das cidades de São Paulo (35%), Rio de Janeiro (10%), Curitiba (4%), Brasília (4%) e Belo Horizonte (3%). Aqueles que fazem o SAT no Brasil querem se inscrever principalmente em programas de Negócios e Marketing (24%), Engenharia (17%) e Ciências da Informação (11%). Algumas das principais instituições que recebem os brasileiros que fazem o SAT estão nos Estados Unidos, especialmente no estado da Flórida, como a University of South Florida e a Florida International University, bem como membros da Big Ten Conference de universidades americanas que são famosas por suas unidades de pesquisa e forte reputação acadêmica.

Os alunos também podem fazer cursos de Advanced Placement e o exame correspondente para fortalecer suas inscrições para a faculdade, incentivar o pensamento crítico, melhorar o gerenciamento do tempo, desenvolver habilidades de estudo e obter crédito para a faculdade ao conquistar uma pontuação de aprovação no exame correspondente. O Programa AP oferece cursos e exames de nível universitário que os alunos podem fazer entre a 9ª e a 12ª série. Como dito anteriormente, os cursos de AP estão crescendo em ritmo acelerado no Brasil, sendo que os cinco cursos mais populares atualmente são AP English Language and Composition, AP Seminar, AP Calculus AB, AP Human Geography e AP Computer Science Principles. "O SAT é mais comumente reconhecido, mas a conscientização e a adoção do AP no Brasil estão crescendo devido aos muitos benefícios que esses cursos e exames oferecem aos alunos", diz Claudia.

**JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.**
**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
COMPANHIA ABERTA / CNPJ 33.035.536/0001-00 / NIRE 33.3.0010391-1
**AVISO AOS ACIONISTAS**
A João Fortes Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, da Resolução CVM n.º 80/2022 e da Resolução CVM nº 81/2022, comunica que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30.04.2025, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3443, bloco 3B, sala 108, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP 22631-003, no website da Companhia (www.joaofortes.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).
Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.
**JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
**Roberto Alexandre de Alencar Araripe Quilelli Correa**
Diretor de Relações com Investidores

**JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.**
**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
COMPANHIA ABERTA / CNPJ 33.035.536/0001-00 / NIRE 33.3.0010391-1
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
Ficam convocados os senhores acionistas da João Fortes Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") para se reunirem às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2025 em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a se realizar, em primeira convocação, na sede social da Companhia na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 3.443, Bloco 3, Loja 108, Barra da Tijuca, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar as contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; (ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2024; (iii) Aprovar a eleição dos membros do Conselho de Administração; e (iv) Fixar do montante global anual da remuneração dos Administradores para o exercício social de 2025. Os documentos referentes às matérias da ordem do dia contendo as demonstrações financeiras, o relatório da administração e a proposta da administração encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da Companhia e no endereço eletrônico na internet da Companhia (www.joaofortes.com.br/ri). A Companhia informa que utilizará o procedimento de voto à distância através dos boletins de voto à distância na forma estabelecida na Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81"). O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme instruções do próprio boletim, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 81/2022 e na Resolução CVM nº 70/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia à requisição de adoção do voto múltiplo é de 5%. Os acionistas deverão exibir um documento de identificação pessoal e/ou documentos societários que comprovem sua legitimidade para participar da referida AGO. Os procuradores dos acionistas deverão comprovar a representação legal constituída há menos de 1 (um) ano, através dos respectivos instrumentos de mandato, com reconhecimento de firma dos outorgantes ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, que deverão ser depositados na sede social da Companhia, localizada na Av. das Américas, nº 3443, bloco 3, loja 108, Condomínio Américas Corporate, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO.
Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.
**Antonio José de Almeida Carneiro**
Presidente do Conselho de Administração

**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**
CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4
Companhia Fechada
**Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária**
Ficam convocados os acionistas da **ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a realizar-se no dia 09 de abril de 2025, às 14h00, de forma presencial, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé nº 34, 5º ao 12º andar, Bairro Saúde, CEP 20.220-460, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) a alteração do endereço da sede da Companhia e a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; (ii) a consignação dos pedidos de renúncia apresentados por membros da Diretoria da Companhia; (iii) a eleição de novos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente assembleia. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.
**ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.**
Anderson Luis De Alvarenga Nascimento – Presidente

UNIMED NOVA IGUAÇU PARTICIPAÇÕES S.A. - UNIPASA
CNPJ/MF nº 15.228.057/0001-10
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**
Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem, na modalidade semipresencial, no dia 14 de abril às 13h na sede social da Companhia, situado a Rua Humberto Gentil Baroni, n° 180 - Centro - Nova Iguaçu, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomada de conta da administração, votação sobre o relatório de administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2024; 2. Destinação do resultado do exercício e distribuição dos dividendos; 2. Os membros do Conselho Fiscal (mandato 2025-2026); 4. Aprovação da remuneração da administração; 5. Aumento do Limite do AFAC; 6. Incorporação do AFAC ao Capital Social; 7. Encerramento da Atividade do Centro Oncológico – CNPJ Anterior. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Atualizações do *Sale and LeaseBack*; 2. Instituto; 3. Centro Oncológico; 4. Laboratório; 5. CAMU; 6. Assuntos gerais. NOTAS. Os acionistas que desejarem participar à distância deverão solicitar acesso à plataforma para vídeoconferência Zoom por meio de mensagem eletrônica para o endereço assessoria@unimedni.coop.br, com o título "dados de acesso - AGO", indicando o nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, cópia de um documento de identidade com fotografia e um telefone para contato. Se procurador ou representante de pessoa jurídica, será necessário incluir adicionalmente o(s) documento(s) que comprove(m) os poderes para a representação. A Companhia retornará a mensagem com as instruções pormenorizadas de acesso ao Sistema até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da assembleia. Se houver dúvida sobre a autenticidade do remetente, a Companhia fará contato através do telefone indicado na mensagem. O acionista que desejar participar à distância deverá providenciar computador ou aplicativo com acesso à rede mundial de computadores, com câmera para sua identificação e microfone para que possa se comunicar com os demais presentes, sendo possível ainda a manifestação escrita por meio do Sistema. A Companhia não será responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. Os acionistas, bem como seus eventuais representantes nos termos do Manual de Registro da Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, deverão apresentar previamente o(s) documento(s) listado(s) abaixo a fim de que suas participações sejam admitidas: (i) Carteira de Identidade (ou equivalente) com foto; (ii) Em caso de pessoa jurídica, documento(s) que comprove(m) os poderes para a representação; (iii) Em caso de procuradores, procuração válida. Os documentos listados acima devem ser submetidos em cópia legível para o e-mail assessoria@unimedni.coop.br ou presencialmente na sede social da Companhia, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia. Caso tenham sido enviados por ocasião da solicitação de dados de acesso, não será necessário o reenvio. Não é permitida a participação ativa ou passiva, presencial ou por acesso remoto, de pessoas que não sejam os acionistas, seus representantes legais ou terceiros cuja presença seja permitida nos termos da legislação vigente. Eventuais dúvidas podem ser direcionadas por meio do canal eletrônico: assessoria@unimedni.coop.br ou pelo telefone (21) 3759-8200 - Ramal 8206. Nova Iguaçu, 31 de março de 2025. **Javert do Carmo Azevedo Filho -** Presidente do Conselho de Administração.

**ASSOCIAÇÃO DOS JOALHEIROS E RELOJOEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Pelo presente edital, a Presidente da Associação dos Joalheiros e Relojoeiros do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n. 34.274.126/0001-76, convoca, na forma do art. 20 e art. 26, alínea e, do Estatuto Social da entidade, os associados quites e em condições de voto para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 28 de Abril de 2025, na sede social situada na Avenida Graça Aranha, n° 19, Grupo 404, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20030-002, às 10 horas, em primeira convocação, e as 10h30 horas, em segunda convocação, para deliberação, conforme quórum estatutário, sobre a seguinte **ordem do dia:** (i) Ratificação da venda, realizada em 10/01/1997, de cotas pertencentes à associação no imóvel localizado à Av. Rio Branco, nº 135, salas 1017 a 1019, Ed. Guinle – Centro, Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2025.
**Carla Christina Fernandes Pinheiro**
**Presidente**

# IA para automatizar a gestão de CNH no monitoramento de todos os processos

Conforme levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, o Brasil já registrou, em média, 480 novos processos de crimes de trânsito por dia, em 2024. Para facilitar a gestão dos recursos com precisão junto às infrações de trânsito dos condutores, a Habilitar.me utiliza a Inteligência Artificial para automatizar todos os elementos dessa cadeia, com a criação de uma solução escalável e eficiente, com o propósito de garantir aos brasileiros o direito de dirigir.

Os Agentes de Inteligência Artificial, conhecidos como AI Agents, auxilia toda a equipe a elaborar as peças de defesas administrativas, qualificar os leads em alto volume através das chamadas telefônicas, e-mails e WhatsApp, efetua o scrapper dos dados públicos, como os editais dos órgãos fiscalizadores e gerencia todo o histórico da CNH, sugerindo as medidas a serem tomadas.

A plataforma atua com uma conexão API (white label e embedded), onde todo o desenvolvimento de conexão está automatizado para vendas B2B e B2B2C, com a utilização de um BIG DATA, para manter os clientes atualizados sobre eventos vinculados a sua CNH. E o Cold Outreach, desenvolvendo ferramentas que proporcionam a capacidade de contatar um alto volume de pessoas.

Varley Silva, CEO da Habilitar.me, reforça a importância da utilização do IA Agents, como uma ferramenta facilitadora na condução do cotidiano na startup. "Percebemos um aumento na demanda de condutores com a CNH cassada ou suspensa no Brasil. A Habilitar.me possui uma gestão eficiente, ao gerar todo suporte necessário na defesa desses motoristas. O IA Agent auxilia em todo o gerenciamento do processo, desde a elaboração da defesa administrativa em diversos casos, ao monitoramento de toda a linha do tempo do status do documento. Automatizamos todas as etapas com precisão, visando garantir o direito de dirigir para toda a sociedade".

A Habilitar.me alcançou no período de um ano, a marca de 100 mil pessoas contatadas, além de um crescimento estimado de 7.300% em novembro do ano passado, com mais de 22 mil habilitados conectados através dos nossos sistemas. A startup possui mais de 300 despachantes parceiros, atuando com diversas soluções em recursos administrativos de infrações, multas e cassações, mais de 3 mil defesas protocoladas e um índice de 90% de decisões favoráveis.

A operação no sistema é altamente escalável, com a IA Agent presente em todas as áreas, integração com o Portal Gov.br, junção com os Detrans, maior alcance de leads, apresenta uma proposta de valor para o B2B e receita recorrente mensal de empresas para as corporações que vendem para pessoas jurídicas e empresas que comercializam junto ao consumidor final.

As soluções oferecidas pela startup agregam para as seguradoras oferecerem a gestão da CNH, para os segurados. O serviço pode ser oferecido junto com as assistências 24 horas, como guincho, chaveiro, entre outros. Gustavo Zobaran, Conselheiro da Habilitar.me, afirma que a gestão eficiente de recursos de multas agrega valor para as companhias de seguros, de diversas formas. "Os serviços prestados pela Habilitar.me, podem ser oferecidos no mesmo formato das assistências 24 horas, atendendo uma camada de condutores nos quais precisam recorrer a defesa administrativa, por estarem com a CNH em risco de ser suspensa ou cassada. É um serviço pouco utilizado nas seguradoras com atuação no Brasil. E o fato do segurado estar sem a permissão para dirigir, é um forte agravante para o mesmo decidir não renovar o seguro do automóvel", concluiu.

**BANCO CLASSICO S.A.**
CNPJ: 31.597.552/0001-52
**Edital de Convocação:** Ficam convidados os Senhores Acionistas a comparecerem a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em nossa sede social, sito a Rua Vinícius de Moraes, 266 – Ipanema - RJ, no dia 30 de abril de 2025 as 10 horas, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1) Exame do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como do relatório (parecer) dos Auditores Independentes; 2) Destinação do lucro líquido do exercício; 3) Eleição dos membros da Diretoria para mandato até a posse dos que forem eleitos na AGO/2027; 4) Fixação do montante global da remuneração dos Administradores. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Aumento do Capital Social por incorporação de lucros acumulados, constantes do Balanço de 31/12/2024, 2) Alteração do Estatuto Social, referente ao Artigo 5º que trata da alteração do Capital Social. 3) Outros assuntos do interesse da sociedade. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025 - A Diretoria.

**CONDOMÍNIO GUADALUPE SHOPPING**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
Atendendo determinação da Síndica vimos, pelo presente, convocar os Senhores Condôminos para comparecerem a Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Guadalupe Shopping, que será realizada no próximo dia 14 de abril de 2025, segunda-feira, na sala de reunião no próprio shopping, às 9:00 horas em primeira convocação com o "quórum" legal ou às 9:30 horas, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": **1)** Aprovação da prestação de contas do exercício findo 03/2024 a 02/2025; **2)** Aprovação da previsão orçamentária para o período de 2025 / 2026; **3)** Aprovação "ad referendum", da distribuição feita aos condôminos entre os meses de janeiro e março de 2025 de parte do saldo do condomínio, nos mesmos moldes aprovado na AGE de 12 de maio de 2022; **4)** Apresentação de proposta para aprovação de locação de espaço no telhado do condomínio para geração de energia fotovoltaica para terceiros; **5)** Assuntos Gerais. Para votação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil). Os condôminos poderão se fazer representar por procurações públicas ou particulares, desde que com a firma dos outorgantes devidamente reconhecidas, Nos casos de procurações digitais, as mesmas deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para o e-mail indicado a saber, gerencia4@protel.com.br, acompanhadas do código de verificação ou QR Code respectivo, sem os quais não serão validadas para os fins a que se destinam. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do proprietário da unidade autônoma, manter o cadastro atualizado junto à administradora. Desta forma, favor verificar se os dados da sua propriedade encontram-se atualizados e, no caso de haver mais de um proprietário, se ambos constam devidamente cadastrados. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025. **Protel Administração Hoteleira**
Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor

**LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.**
**CNPJ: 14.863.121/0001-71**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**
Convidam-se os senhores acionistas da Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se de forma presencial ou virtual, no **dia 16 de abril de 2025 às 14 horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Relatório de Administração e Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31.12.2024; **2.** Apreciação da destinação do resultado do exercício; **3.** Eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; **4.** Fixação do montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia; **5.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, titulares e suplentes; **6.** Fixação a remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal; **7.** Deliberação sobre o pagamento do bônus previsto no "Plano de Metas – Luziânia Niquelândia Transmissora / 2024", referência LNT.1206.2024, aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 15 de março de 2024. **8.** Assuntos Gerais
**Rebecca Oliveira Xavier Santos**
Presidente do Conselho de Administração

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TI RIO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
O Presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, § único do Estatuto da Entidade, e nos termos dos comandos dos artigos 14, 15, 17 e 18, todos do Estatuto Social, convoca os representantes de todas as empresas associadas, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em seu Auditório, sito na Rua Buenos Aires, nº 68, 32º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no dia 14 de abril de 2025, segunda-feira, às 12:30 horas, em primeira convocação e às 13:00 horas, em segunda convocação, com qualquer quórum estabelecido nos § 4º do artigo 14º, para deliberação da seguinte Ordem do Dia: (1) Apreciação e aprovação de contas do exercício de 2024 (conforme estabelecido no Artigo 14 do Estatuto); (2) Relações com a Fenainfo; e (3) Assuntos Gerais. As empresas associadas, e em dia com suas obrigações (sindical e mensalidades), que enviarem representantes deverão fazê-lo por meio de procuração, para terem direito a participação e voto. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2025
**Alberto Blois**
**Presidente**

**VINCI ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.**
CNPJ nº. 10.904.022/0001-30 / NIRE 35223349983
**REUNIÃO DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE LIMITADA**
Ata da Reunião dos Sócios realizada em 31 de março de 2025, lavrada em forma de sumário: **1. Data, hora e local**. No dia 31 de março de 2025, às 13 horas, na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 2.277, salas nº. 1.401 e 1.402, Edifício Plaza Iguatemi Business Center, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-000. **2. Convocação e Presença**. Dispensada na forma do artigo 1.072, parágrafo 2º, do Código Civil em razão da presença de todos os sócios da Sociedade. **3. Mesa.** Presidente – Sr. Sergio Passos Ribeiro; Secretário – Sr. Felipe Sousa Bittencourt. **4. Deliberações tomadas.** Por unanimidade de votos, foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. Os Sócios aprovaram a redução do capital social da Sociedade, em razão deste se mostrar excessivo em relação ao seu objeto, nos termos do inciso II do artigo 1.082 do Código Civil. Essa redução será realizada mediante o cancelamento de 2.000.000 (dois milhões) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, representativas do capital social da Sociedade, com a restituição de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) aos Sócios, conforme o caput do artigo 1.084 do Código Civil. 4.2. Em decorrência da redução de capital ora deliberada, os Sócios aprovam a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação da presente ata de Reunião dos Sócios, para que eventuais credores se manifestem nos termos do artigo 1.084 do Código Civil, e não havendo oposição, a referida Cláusula passará a refletir o novo valor do capital social em conformidade com a redução aprovada. 4.3. Os Sócios se comprometem a, após realizada a redução de capital, ratificar o efetivo capital social da Sociedade, por meio da celebração de Alteração de Contrato Social da Sociedade. 4.4. Por fim, os Sócios autorizam a diretoria da Sociedade a praticar todos os atos e trâmites necessários relacionados às deliberações ora aprovadas. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a Reunião foi encerrada, depois de lavrada e assinada esta ata. São Paulo, 31 de março de 2025. Mesa: **SERGIO PASSOS RIBEIRO -** *Presidente;* **FELIPE SOUSA BITTENCOURT -** *Secretário.* Sócios: **VINCI PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.***;* **FELIPE SOUSA BITTENCOURT.**

**FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.**
CNPJ Nº 05.427.471/0001-02 - NIRE: 3330026228-8
**AVISO AOS ACIONISTAS**
A FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. ("Companhia") avisa aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Sociedade, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar (Parte), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Rio de Janeiro, 31 de março de 2025
Fernando Maurício Araújo Guimarães
Diretor-Presidente

**REQUERIMENTO DE LICENÇA**
CBR 078 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA – CNPJ: 33.789.334/0001-45, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo n° EIS-PRO-2024/22747.04, a Licença Ambiental Municipal Prévia para construção de grupamento residencial situado à Avenida Imperatriz Leopoldina, com testada também para a via 8 do PAA 8997, lote 1 resultante do projeto de desmembramento a ser aprovado do lote 1 do PAL 44.185 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

# Primeira prévia da carteira do Ibovespa B3 reúne 86 ativos

## Carteira entra em vigor em maio

A primeira prévia da nova carteira do Ibovespa B3, principal indicador do desempenho das ações mais negociadas da Bolsa, que vai vigorar de 05/05/2025 a 31/08/2025, conta com 86 papéis de 83 empresas brasileiras (ações ordinárias, ON, e preferenciais, PN, de uma mesma companhia também podem integrar o indicador).

A prévia, com base no fechamento do pregão de 31/03/2025, registra a entrada da empresa Direcional (DIRR3) e a saída da Automob (AMOB3) e da Locaweb (LWSA3). Os cinco ativos com maior peso na composição do índice na primeira prévia são: Vale ON (11,613%) Petrobras PN (7,861%) Itaú Unibanco PN (7,778%) Petrobras ON (4,299%) e Banco do Brasil ON (3,843%).

A composição das carteiras do Ibovespa B3 e dos demais índices de ações calculados pela bolsa do Brasil é revisada a cada quatro meses, em janeiro, maio e setembro, com a possibilidade de entrada e saída de empresas de acordo com a metodologia de cada índice.

Além da carteira oficial, a B3 divulga três prévias das carteiras, antes da divulgação da carteira definitiva, para que investidores e gestores de fundos, por exemplo, tenham previsibilidade quanto à necessidade de fazer ajustes no peso de cada papel em suas alocações: 1ª prévia - no primeiro pregão do último mês de vigência da carteira (1/04/2025); 2ª prévia - no pregão seguinte ao dia 15 do último mês de vigência da carteira (16/04/2025); 3ª prévia - no penúltimo pregão do último mês de vigência da carteira (30/04/2025); e Carteira definitiva (05/05/2025).

A B3 também divulgou nesta terça-feira a primeira prévia dos demais índices de ações calculados pela bolsa do Brasil. Hoje, são 34 índices divididos em índices amplos, de governança, por setores da economia e ESG.

Além dos índices amplos como o IBrX 100 B3 e o IBrX 50 B3, há índices setoriais, como o IFIX B3, que acompanha o desempenho médio das cotações dos fundos imobiliários negociados na bolsa; o Iagro B3, ligado ao agronegócio; além dos índices ESG, como oISE B3, que reúne as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade, o IGPTW B3, que reúne as melhores empresas para trabalhar e ICO2, que oferece aos investidores um indicador com empresas que medem suas emissões de gases de efeito estufa.

# Embraer vende quatro cargueiros militares para a Força Aérea Sueca

A fabricante brasileira de aeronaves Embraer, a terceira maior do mundo, anunciou terça-feira que a Suécia confirmou oficialmente a aquisição de quatro aeronaves de transporte militar C-390 Millennium para suas forças armadas.

A Embraer anunciou em comunicado que a decisão de incorporar essas aeronaves segue o recente acordo do país para aderir ao programa Embraer C-390, que também inclui a Holanda e a Áustria. O anúncio da empresa sediada no estado de São Paulo, no sudeste do Brasil, foi feito na feira LAAD Defense & Security 2025, que acontece esta semana no Rio de Janeiro.

O evento contou com a presença de Peter Sandwall, Secretário de Estado do Ministério da Defesa da Suécia, e Bosco da Costa Junior, presidente e CEO da Embraer Defesa & Segurança. "Estamos orgulhosos de dar um passo significativo em direção à aquisição desta aeronave de última geração interoperável com a OTAN", disse Sandwall.

"A capacidade do C-390 de operar em situações desafiadoras a qualquer hora e em qualquer lugar será um aprimoramento fundamental para a defesa da Suécia, garantindo operações eficazes nas próximas décadas", acrescentou o Secretário de Estado.

Por sua vez, Costa Junior enfatizou que a incorporação dessas aeronaves de fabricação brasileira representará uma melhoria na capacidade operacional da Força Aérea Sueca.

O C-390 Millennium pode transportar até 26 toneladas de carga, voar a velocidades de 870 quilômetros por hora e operar uma ampla variedade de missões, disse o fabricante.

A Embraer é líder mundial em aviação executiva e a terceira maior fabricante de aeronaves do mundo, depois da Boeing e da Airbus.

## FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ Nº 05.427.471/0001-02 - NIRE (JUCERJA): 33.3.0026228-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da **Fartura Agropecuária S.A.**, ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que se realizará às 12h00min do dia 29 de Abril de 2025, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200, 19º andar, Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** Examinar, discutir e aprovar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(b)** Eleição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (a)** Apreciar e votar a proposta da Diretoria de aumento do Capital Social de R$ 89.868.930,13 (oitenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e trinta reais e treze centavos) para R$ 96.657.356,13 (noventa e seis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e treze centavos) que corresponde a um aumento de R$ 6.788.426,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e seis reais), com a emissão de 278.900 (duzentos e setenta e oito mil e novecentas) ações, sendo 215.540 (duzentos e quinze mil, quinhentos e quarenta) ordinárias nominativas e 63.360 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta) preferenciais nominativas, a serem subscritas e integralizadas pelo valor patrimonial ajustado de R$ 24,34 (vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme apurado no último balanço patrimonial do exercício social encerrado em 31/12/2024. O valor do aumento do capital social total será subscrito e integralizado da seguinte forma, obedecendo rigorosamente a participação acionária atual de cada acionista no capital social. **(1)** R$ 6.274.000,00 (seis milhões, duzentos e setenta e quatro mil reais) com a integralização de adiantamento para futuro aumento de capital social realizado pela acionista WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.; **(2)** O valor restante de R$ 514.426,00 (quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e vinte e seis reais), será subscrito e integralizado em moeda corrente nacional; **(3)** Fixado o prazo de decadência de 30 (trinta) dias contados da data de publicação desta Assembleia, para o acionista exercer o direito de preferência para subscrição das ações do aumento de capital, na mesma proporção do número de ações das mesmas espécies (ON e/ou PN) que possuírem na data da Assembleia; e **(4)** Eventuais sobras não subscritas e depois decorrido o prazo de decadência acima fixado, os acionistas que tiverem feito pedido de reserva de sobras no boletim de subscrição, poderão subscrever as ações que sobejarem, podendo eventual saldo remanescente ser subscrito por terceiros; **(b)** Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social e sua respectiva consolidação, em razão do aumento de capital social. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025. Fernando Mauricio Araújo Guimarães - Diretor-Presidente.

**REQUERIMENTO DE LICENÇA**

CBR 078 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA – CNPJ: 33.789.334/0001-45, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo n° EIS-PRO-2024/22749.04, a Licença Ambiental Municipal Prévia para construção de grupamento residencial situado à Avenida Imperatriz Leopoldina, com testada também para a via 8 do PAA 8997, lote 2 resultante do projeto de desmembramento a ser aprovado do lote 1 do PAL 44.185 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ.

**SINDVERJ – SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA INTERMUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI E OUTROS MUNICÍPIOS.**
**CNPJ Nº 29.414.208/0001-39.** .

**Edital de Convocação** – A Diretoria do Sindicato, neste ato representado pelo seu Presidente, nos termos do art. 25, IV, do Estatuto, convoca toda categoria dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância Intermunicipal de São João de Meriti e outros Municípios para a Assembleia Geral Ordinária no dia 05 de abril de 2025 (sábado), às 10h em primeira convocação e às 10h30 em segunda e última convocação, na sede do Sindicato – Rua da Matriz, 860, Vila Rosali, São João de Meriti/RJ, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: a) Aprovação da pauta de negociação coletiva (Database-março/2025) para os empregados de empresas de segurança e vigilância, de monitoramento e sistemas eletrônicos de segurança privada e rastreamento de numerário e bens e valores; b) Autorização para a Diretoria fazer acordo e instaurar o dissídio coletivo; c) Autorização para a Diretoria estabelecer cláusulas convencionais com contribuições sindicais e assistenciais; d) Assuntos Gerais. São João de Meriti, 31 de abril de 2025.

Sergio Luiz da Silva – Presidente.

## SACOPÃ 180 SPE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

CNPJ/ME 15.372.409/0001-06 - NIRE 33.2.0922971-1

**EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 28/03/2025**

Realizada em 28/03/2025, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas, presente a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Fabio Paes Bailune, Presidente; Sra. Alessandra Augusta de Lima Gomes da Silva Souza, Secretária. **Deliberações**: **(i)** Aprovar o cancelamento de 230.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$1,00 cada uma, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, diminuindo, com isso, a respectiva diminuição patrimonial do patrimônio líquido da Sociedade no importe de R$230.000,00, pela sócia Sabiá Fundo de Investimento Imobiliário – FII. **(ii)** Aprovar a alteração: *"Cláusula 5ª: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 6.048.760,00, dividido em 6.048.760 quotas, no valor de R$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios:* ***Sócios / Quotas / Valor (R$):*** *Sabiá Fundo de Investimento Imobiliário – FII / 6.048.750 / R$ 6.048.750,00; Fabio Paes Bailune / 10 / R$ 10,00; Total / 6.048.760 / R$ 6.048.760,00. § único. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406/02."* **(iii)** aprovar a consolidação do Contrato Social da Sociedade a ser transcrito na 10ª Alteração de Contrato Social. **(iv)** os sócios consignam que a eficácia da redução de capital ora deliberada ficará sujeita às condições estipuladas no artigo 1.084 da Lei 10.406/2002, hipótese em que não havendo impugnação da deliberação de redução do capital social da Sociedade por parte dos credores da Sociedade, ou, caso eventual oposição de credor seja superada por pagamento ou depósito judicial da quantia reclamada, os sócios celebrarão a 10ª Alteração do Contrato Social da Sociedade para fazer constar a redução do capital social. Nada mais. Rio de Janeiro, 28/03/2025. Mesa: Fabio Paes Bailune - Presidente. **Alessandra Augusta de Lima Gomes da Silva Souza -** Secretária.

## SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.

CNPJ/MF n° 33.386.210/0001-19
NIRE nº 3.330.013.730-1

**Companhia Aberta**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem no dia 30 de abril de 2025, às 09:30 horas, em primeira convocação, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 6.404/76, em **Assembleia Geral Ordinária**, na sede social de Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., na Rua Voluntários da Pátria, nº 45, 8º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação dos resultados do exercício; 3. deliberar sobre a manutenção da reserva constituída na assembleia geral ordinária realizada em 29/04/2022, no montante de R$3.000.000,00 (três milhões de reais), constituída para uso na migração tecnológica e transformação digital; 4. reeleger os membros do Conselho de Administração e fixar o montante global da remuneração dos Administradores. Informações Gerais: 1. Comunicamos aos Senhores Acionistas que, para os fins do Art. 133 da Lei nº 6.404/76, se encontram à disposição na sede Companhia, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia https://www.sondotecnica.com.br/sobre-nos/relacao-com-investidores/ os documentos relacionados a este Edital. 2. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, além do documento de identidade, conforme o caso: a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 3. A Companhia adotará o voto à distância na realização da Assembleia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia. Os acionistas que optarem por remeter o boletim de voto à distância ("BVD") diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até 23/04/2025, para o endereço eletrônico ri@sondotecnica.com.br, vias digitalizadas em formato PDF do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o envio das vias físicas. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. 4. Os acionistas obterão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração, mediante solicitação através do e-mail ri@sondotecnica.com.br.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2025.

**Daniel Bergman - Presidente do Conselho de Administração**.

GRUPOTECHNOS

## TECHNOS S.A.
**Companhia Aberta**
**CNPJ/MF nº 09.295.063/0001-97 - NIRE nº 33.3.0029837-1**

TECN3 NOVO MERCADO B3 BOVESPA

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da **Technos S.A.** ("Companhia" ou "Technos") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia" ou "AGOE") que será realizada no dia 30 de abril de 2025, às 10h00, **de modo exclusivamente digital**, nos termos do Artigo 5º, §2, inciso I da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM nº 81/22"), por meio da Plataforma "*Microsoft Teams*" ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2025; **(iii)** deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iv)** fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; **(v)** fixação do número de membros que irão compor o Conselho de Administração; e **(vi)** eleição dos membros do Conselho de Administração. (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a nova quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia, tendo em vista os cancelamentos de ações em tesouraria, sem redução do valor do capital social da Companhia, aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 13.05.2024, 28.06.2024, 12.08.2024 e 10.03.2025; e **(ii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, com a realização de ajuste formal no artigo 5º, conforme item (i) da Ordem do Dia. Os documentos e informações necessários para a participação e exercício do direito de voto na AGOE encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 5, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-907, e nas páginas da internet da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.grupotechnos.com.br), na forma da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e da RCVM nº 81/22. **Instruções Gerais para a Participação na Assembleia: I. Participação Remota por meio da Plataforma Digital.** Os acionistas da Technos poderão, sem prejuízo da faculdade de utilizar-se do boletim de voto a distância conforme item II abaixo, participar da AGOE em tempo real, de forma remota, por meio da plataforma *Microsoft Teams,* com a utilização de recursos de vídeo e áudio. O acionista que desejar participar da Assembleia por meio digital **deverá solicitar previamente o cadastramento na AGOE mediante envio dos seguintes documentos até às 10h00 de 28 de abril de 2025**, para a sede da Companhia, na **Avenida das Américas, nº 4200, bloco 5, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22640-907**, ou para o e-mail: **ri@grupotechnos.com.br**, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores: ■ Documento de identidade (serão aceitos os seguintes documentos: RG, RNE, Passaporte, CNH ou carteira de órgão de classe válida como identidade civil para os fins legais). ■ No caso de acionista pessoa jurídica, cópia do Estatuto Social ou Contrato Social e do ato que comprove os poderes de representação dos representantes, além dos documentos de identidade dos representantes, acima listados. ■ No caso de acionista Fundo de Investimento, cópia do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social da gestora ou administradora, conforme o caso, bem como o ato que comprove os poderes dos representantes da gestora ou administradora que representem o Fundo na Assembleia, além dos documentos de identidade dos representantes, acima listados. ■ Para pessoas jurídicas e fundos de investimento estrangeiros, não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização ou apostilamento. Apesar disso, para documentos que não tenham como idioma de origem o português, o inglês ou o espanhol deverão apresentar também a tradução juramentada dos referidos documentos. **Caso o acionista seja representado por procurador,** além de documentos pessoais do procurador, é necessário apresentar: ■ Vias originais dos instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). ■ Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não assinar eventual procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social, do contrato social ou do regulamento do fundo de investimento atualizado, acompanhado do ato que investe o representante dos poderes necessários). ■ No caso de pessoas jurídicas cujos representantes não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação, quando aplicável. ■ No caso dos acionistas fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente constituído, na forma da regulamentação que lhe for aplicável. ■ Para pessoas jurídicas e fundos de investimento estrangeiros, não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização ou apostilamento. Apesar disso, para documentos que não tenham como idioma de origem o português, o inglês ou o espanhol deverão apresentar também a tradução juramentada dos referidos documentos. **A ausência de cadastramento prévio nos termos acima impedirá o acionista de participar da AGOE por meio da Plataforma Digital.** Uma vez recebida e validada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista ou ao procurador, conforme o caso, os dados para participação na AGOE por meio da plataforma ora referida. O acionista que participar da Assembleia por meio da plataforma digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do Artigo 47, §1º da RCVM nº 81/22. Para participar da Assembleia por meio digital, o acionista precisará ter instalado em seu dispositivo eletrônico a plataforma *Microsoft Teams*, cujo download poderá ser realizado pelo link https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/download-app. **II. Boletim de Voto a Distância.** Alternativamente, os acionistas poderão votar nas matérias constantes da ordem do dia da AGOE mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto à distância, disponibilizado nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.grupotechnos.com.br), diretamente para a Companhia, por correio postal – para o endereço Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 5, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22640-907 - ou para o e-mail ri@grupotechnos.com.br. Além disso, os acionistas poderão exercer o direito de voto mediante transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para (i) seus custodiantes ou (ii) a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários. **As instruções de voto deverão ser recebidas pela Companhia, pelo custodiante ou pelo escriturador em até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 26 de abril de 2025 (inclusive), nos termos da RCVM nº 81/22.** O acionista que enviar o boletim de voto a distância poderá participar da AGOE. No entanto, caso este acionista exerça o direito de voto na AGOE, o seu boletim de voto a distância será integralmente desconsiderado e os votos proferidos em tempo real serão considerados válidos. **III. Voto Múltiplo:** O percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., na Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, e na RCVM nº 81/22. Ainda nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGOE. **IV. Conselho Fiscal:** Em observância ao disposto no artigo 5º, I-A, da RCVM 81/22, a Companhia informa que, nos termos da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo de participação do capital votante necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 4% (quatro por cento) do capital social com direito a voto. **V. Justificativa pela escolha da modalidade digital.** A Companhia optou por realizar a AGOE de forma exclusivamente digital, por acreditar que essa modalidade permite a participação de um número maior de acionistas, sem a necessidade de que estes se desloquem até a sede social da Companhia, além de reduzir os custos para participação e realização do conclave. **VI. Quórum de Instalação**. A Assembleia Geral Ordinária será instalada, em primeira convocação, em relação às matérias, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A. No entanto, no que diz respeito às matérias constantes na ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, que dizem respeito a alterações ao Estatuto Social da Companhia em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

**Renato José Goettems -** *Presidente do Conselho de Administração*

EDF Norte Fluminense

# USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.

**CNPJ 03.258.983/0001-59**

Em cumprimento às atribuições e em atendimento aos dispositivos legais e estatutários vigentes, os administradores da USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A. apresentam as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos auditores independentes, referente ao exercício financeiro encerrado EM 31/12/2024 E 2023.
Rio de Janeiro, 31/03/2025

**Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos EM 31/12/2024 E 2023 *(Em milhares de reais)***
**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2024 | 2023 | 2023 (Consolidado) |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | |
| **Circulante** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 328.513 | 1.357.801 | 1.386.434 |
| Contas a receber | 6 | 739.532 | 291.125 | 291.125 |
| Partes relacionadas | | 752 | - | - |
| Estoques-Almoxarifado | | 44.101 | 41.029 | 41.029 |
| Prêmios de seguros a apropriar | | 125 | 128 | 128 |
| ICMS a compensar | | 3.437 | 4.491 | 4.491 |
| Outros Créditos | | 17.770 | 17.726 | 17.766 |
| **Total do circulante** | | **1.134.230** | **1.712.300** | **1.740.973** |
| **Não circulante** | | | | |
| ICMS a compensar | | 475 | 3.953 | 3.953 |
| Direito de uso de combustível | 7 | 26 | 253.760 | 253.760 |
| Ativo de contrato | | - | - | 15.246 |
| Outros créditos | | - | 4.554 | 4.554 |
| Investimentos | 8 | - | 42.598 | - |
| Imobilizado | 9 | 967.699 | 996.537 | 996.537 |
| Intangível | | 441 | 525 | 525 |
| **Total do não circulante** | | **968.641** | **1.301.927** | **1.274.575** |
| **Total do ativo** | | **2.102.871** | **3.014.227** | **3.015.548** |

| | Nota | 2024 | 2023 | 2023 (Consolidado) |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | | | | |
| **Circulante** | | | | |
| Contas a pagar - fornecedores | 10 | 179.074 | 308.500 | 308.500 |
| Fornecedores - Partes relacionadas | 20 | 30.884 | 22.501 | 22.501 |
| Folha de pagamento e encargos | | 9.760 | 21.054 | 21.265 |
| Impostos a recolher | 11 | 55.486 | 96.544 | 96.549 |
| IR/CS a recolher | 12a | 235.534 | 196.589 | 904.848 |
| Dividendos | 13e | 174.703 | 904.848 | 196.670 |
| Hedge | 14b | - | 11.870 | 11.870 |
| **Total do circulante** | | **685.441** | **1.561.906** | **1.562.203** |
| **Não circulante** | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12b | 133.532 | 149.554 | 150.024 |
| PIS e COFINS Diferidos | | - | - | 554 |
| Provisões para processos judiciais | 15 | 29.935 | 26.349 | 26.349 |
| | | **163.467** | **175.903** | **176.927** |
| **Patrimônio líquido** | | | | |
| Capital social | 13a | 483.409 | 483.409 | 483.409 |
| Reserva legal | 13c | 96.682 | 96.682 | 96.682 |
| Reservas de retenção de lucros | 13d | 673.872 | 708.197 | 708.197 |
| Outros resultados abrangentes | 14b | - | (11.870) | (11.870) |
| | | **1.253.963** | **1.276.418** | **1.276.418** |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | **2.102.871** | **3.014.227** | **3.015.548** |

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2024 | 2023 | 2023 (Consolidado) |
|---|---|---|---|---|
| **Receita Líquida** | 16 | **2.797.258** | **2.674.542** | **2.689.232** |
| Custos de Geração de Energia | 17 | (1.653.660) | (1.453.521) | (1.465.455) |
| **Lucro Bruto** | | **1.143.598** | **1.221.021** | **1.223.777** |
| Despesas Gerais e Administrativas | 18 | (171.018) | (137.335) | (137.454) |
| **Lucro operacional** | | **972.580** | **1.083.686** | **1.086.323** |
| Despesas Financeiras | 19 | (12.871) | (21.426) | (21.434) |
| Receitas Financeiras | 19 | 118.362 | 103.188 | 103.823 |
| **Lucro antes da participação societária e impostos** | | **1.078.071** | **1.165.448** | **1.168.712** |
| Equivalência Patrimonial | 8a | 1.711 | (1.645) | (4.243) |
| Reversão de Perda em Investimento | 8a | - | 14.415 | 14.415 |
| **Lucro antes dos impostos** | | **1.079.782** | **1.178.218** | **1.178.884** |
| Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente | 12a | (355.199) | (325.272) | (325.469) |
| Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos | 12b | 16.021 | (66.577) | (67.046) |
| **Lucro Líquido do Exercício** | | **740.604** | **786.369** | **786.369** |

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2024 | 2023 | 2023 (Consolidado) |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro Líquido do Exercício** | | 740.604 | 786.369 | 786.369 |
| Hedge | 14 (b) | 11.870 | (3.161) | (3.161) |
| **Resultado Abrangente Total do Exercício** | | **752.474** | **783.208** | **783.208** |

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Capital Social | Reserva de Lucros: Legal | Reserva de Lucros: Reserva de retenção de lucros | Dividendos adicionais propostos | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2023** | **483.409** | **96.682** | **597.919** | **548.319** | **(8.709)** | **-** | **1.717.620** |
| Aumento de Capital | 479.500 | - | (479.500) | - | - | - | - |
| Redução de capital por transferência de investimento | (479.500) | - | - | - | - | - | (479.500) |
| Outros resultados abrangentes (NE 14 (b)) | - | - | - | - | (3.161) | - | (3.161) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 786.369 | 786.369 |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | | | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios (NE 13 (e)) | - | - | - | - | - | (124.192) | (124.192) |
| Dividendos adicionais propostos (NE 13 (e)) | - | - | - | (548.319) | - | (72.400) | (620.719) |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | 589.778 | - | - | (589.778) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **483.409** | **96.682** | **708.197** | **-** | **(11.870)** | **-** | **1.276.418** |
| Dividendos e JCP adicionais de 2023 aprovados (NE 13 (e)) | - | - | (589.778) | - | - | - | (589.778) |
| Outros resultados abrangentes (NE 14 (b)) | - | - | - | - | 11.870 | - | 11.870 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 740.604 | 740.604 |
| **Destinação do lucro líquido do exercício:** | | | | | | | |
| JCP Aprovados (NE 13 (e)) | - | - | - | - | - | (69.654) | (69.654) |
| Dividendos mínimos obrigatórios (NE 13 (e)) | - | - | - | - | - | (115.497) | (115.497) |
| Transferência para reserva de lucros (NE 13(d)) | - | - | 555.453 | - | - | (555.453) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **483.409** | **96.682** | **673.872** | **-** | **-** | **-** | **1.253.963** |

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Nota | 2024 | 2023 | 2023 (Consolidado) |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| **Lucro líquido do exercício** | | **740.604** | **786.369** | **786.369** |
| **Ajustes para:** | | | | |
| Depreciação e amortização | 9 | 103.838 | 67.800 | 67.800 |
| Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente | | 355.199 | 325.272 | 325.469 |
| Equivalência patrimonial | 8.a | (1.711) | 1.645 | 4.243 |
| Reversão para perdas nos investimentos | | - | (14.415) | (14.415) |
| Provisão de contingências | 15 | 3.586 | 1.157 | 1.157 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12.b | (16.021) | (14.828) | (14.361) |
| Perda com a transferência de investimento | 8 | - | 81.407 | 81.407 |
| Avaliação patrimonial EDF Serviços | | - | 15.451 | 15.451 |
| Baixa de intangível | 9.b | 8 | 3.187 | 3.187 |
| PIS e COFINS diferidos | | - | - | 556 |
| **Redução (aumento) nos ativos operacionais:** | | | | |
| Contas a receber | 6 | (448.407) | 2.778 | 2.778 |
| Partes relacionadas | | (752) | - | - |
| Estoques-Almoxarifado | | (3.072) | (5.647) | (5.647) |
| Prêmios de seguros a apropriar | 21 | 4 | (8) | (8) |
| ICMS a compensar | | 4.532 | 3.954 | 3.954 |
| Direito de uso de combustível | 7 | 253.734 | 19.087 | 19.087 |
| Ativo de contrato | | - | - | (15.246) |
| Outros Créditos | | 4.510 | 2.151 | 2.002 |
| **Aumento (redução) nos passivos operacionais:** | | | | |
| Contas a pagar - fornecedores | 10 | (129.426) | (69.506) | (69.296) |
| Fornecedores - Partes relacionadas | 10 | 8.383 | 5.169 | 5.169 |
| Folha de pagamento e encargos | | (11.294) | 4.411 | 4.411 |
| Impostos a recolher | 12 | (48.830) | 5.388 | 5.388 |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | | **814.885** | **1.220.822** | **1.209.455** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 12.a | (318.931) | (395.206) | (395.206) |
| **Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | | **495.954** | **825.616** | **814.249** |
| **Fluxo de Caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Aquisição de imobilizado | 9.b | (74.925) | (46.244) | (46.244) |
| Aporte capital - OITI | 8.b | | (40.000) | - |
| Transferência de ações - OITI | 8.b | 44.309 | - | - |
| Liquidação de Hedge | 14.b | - | (65.756) | (65.756) |
| Recebimento de dividendos/Serviços | | - | 4.754 | 4.754 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **(30.616)** | **(147.246)** | **(107.246)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Dividendos pagos | 13.e | (1.494.626) | - | - |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento** | | **(1.494.626)** | **-** | **-** |
| **Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa** | | **(1.029.288)** | **678.370** | **707.003** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 5 | 1.357.801 | 679.431 | 679.431 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 5 | 328.513 | 1.357.801 | 1.386.434 |
| **Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa** | | **(1.029.288)** | **678.370** | **707.003** |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

**1. A companhia e suas operações:** A EDF Norte Fluminense S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25/05/1999, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social: (i) a realização de estudos, projetos, construção, instalação e operação de uma usina termoelétrica localizada no Estado do Rio de Janeiro para a geração de energia elétrica; (ii) venda de energia gerada por essa usina; (iii) prestação de serviços técnicos, e (iv) comercialização relacionada às atividades mencionadas acima. Sua composição acionária está apresentada conforme abaixo:

| **Posição Acionária** | **31/12/2024** | **31/12/2023** |
|---|---|---|
| EDFI – Électricité de France Internacional | 483.408.879 | 483.408.879 |
| EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. | 1 | 1 |
| | **483.408.880** | **483.408.880** |

Nos termos Resolução nº 256 da ANEEL, de 02/07/2001, a Companhia e a Light Serviços de Eletricidade S.A. celebraram em 17/12/2001 um contrato para a venda de energia elétrica, para um período de 20 anos. Em 14 de março de 2001, a Companhia assinou um Contrato de Fornecimento de Gás com a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. e a CEG Rio S.A., revisado em 16 de janeiro de 2005, estabelecendo o fornecimento de 3,4 milhões $m^3$ de gás natural diariamente ao longo de um período de 20 anos. O contrato foi finalizado em 08 de dezembro de 2024. Em 29 de julho de 2005, a quantidade diária total foi ajustada para 3.231 milhões $m^3$. O contrato, que é estruturado como um contrato do tipo *take-or-pay/ship-or-pay*, está em conformidade com a Portaria nº 176, de 01 de junho de 2001, emitida pelo Ministério das Minas e Energias e pelo Ministério da Fazenda, e, posteriormente, com a Portaria nº 234, de 22 de julho de 2002, que mantém o preço fixo em Reais entre as datas de reajustes da tarifa de gás. Em 10 de dezembro de 2004, a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a autorização para a operação comercial da turbina a vapor a partir de 9 de dezembro de 2004. Esta autorização tem prazo de 30 anos e pode ser renovada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Atualmente a companhia possui potência instalada de 826,8MW. Em 11 de novembro de 2014 a Companhia adquiriu a participação societária de 51% na Companhia Energética Sinop S/A – (Sinop Energia). O capital integralizado em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 1.139.410 com a seguinte composição acionária: EDF Norte Fluminense - 51%; Eletronorte - 24,5% e Chesf - 24,5%, com acordo de acionistas que determina o controle compartilhado entre os acionistas.
A SINOP ENERGIA tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE SINOP, a qual comercializou sua energia através de Leilão de Energia Nova realizado em 29 de agosto de 2013 e terá capacidade instalada mínima de 400 MW e uma concessão de 35 anos. Em 08 de janeiro de 2018 foi aprovado pelo ministério de minas e energia um aumento da garantia física de 3MW médios totalizando então em 242,8 MW médios a garantia física de Sinop Energia. Em 21 de setembro de 2023, as ações pertencentes a EDF Norte Fluminense S.A. da empresa Companhia Energética SINOP S.A. ("SINOP") (1.139.409.589 ações), foram transferidas para a EDF Brasil Holding. Em 31 de março de 2023, celebrado contrato de concessão do leilão 02/2022 ANEEL Lote 04, com vigência de 30 anos, O projeto consiste em construir um circuito de transmissão em alta tensão (345 kV) com circuito duplo para garantir redundância e confiabilidade e Implantação da Subestação Porto do Açu com transformadores monofásicos para adequação da tensão de 345/138 kV. Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu a transmissora EDF OITI Transmissora S.A. ("OITI") por meio de integralização de R$ 10 de capital social, tendo controle e participação de 100% no capital social da OITI em 31 de dezembro de 2023. Em 25 de novembro de 2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica ANELL – publica o despacho Nº 3.572 autorizando a EDF Norte Fluminense a operar período Merchant e homologa seu (C.V.U) Custo Variável Unitário. Em 08 de dezembro de 2024, tem o fim o contrato de venda de energia celebrado 17/12/2001 com a Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 09 de dezembro de 2024, EDF Norte Fluminense começa a operar no mercado livre de energia, com preço de venda tendo como base o CVU. No período Merchant a geração da Usina dependerá do acionamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Em 27 de dezembro de 2024, as ações pertencentes a EDF Norte Fluminense S.A. da empresa EDF OITI Transmissora S.A. ("OITI") (40.000 ações), foram transferidas para a EDF Brasil Holding pelo valor de R$ 44.309.
**1.1 Gestão de riscos:** A Companhia está sujeita a eventos de risco que podem impactar seus objetivos estratégicos e desempenho econômico-financeiro. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar potenciais impactos adversos nas operações e resultados. Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia adota políticas e estratégias operacionais e financeiras previamente aprovadas por comitês internos e pela Administração. Essas diretrizes buscam garantir liquidez, segurança e rentabilidade aos ativos, além de manter níveis de endividamento e perfil da dívida adequados ao planejamento financeiro da Companhia. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gestão de riscos são: ***a. Riscos de crédito:*** A Companhia está exposta ao risco de crédito relacionado tanto aos seus clientes quanto às instituições financeiras com as quais opera. Esse risco decorre da possibilidade de inadimplência em vendas realizadas e da eventual incapacidade de instituições financeiras honrarem valores investidos, depositados ou garantidos. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota as seguintes práticas: • Monitoramento trimestral do risco de contraparte, avaliando a solvência e credibilidade de clientes e instituições financeiras; • Diversificação de instituições financeiras, evitando a concentração excessiva de recursos em uma única entidade; • Análises de contraparte e background *check,* assegurando a idoneidade de parceiros comerciais e financeiros. Essas medidas visam reduzir a exposição a perdas e garantir maior segurança na gestão de caixa e operações comerciais. ***b. Risco de escassez de energia:*** Para minimizar os impactos da escassez de energia, a Companhia adota estratégias distintas para os períodos de PPA (Power Purchase Agreement) e Merchant, considerando as particularidades de cada modelo de operação: • Durante o PPA: A Companhia busca contratar energia com comercializadoras para cobrir períodos de indisponibilidade operacional, como manutenções programadas das turbinas e eventuais paradas no fornecimento de gás. Essa estratégia garante o cumprimento dos compromissos contratuais e reduz a exposição ao mercado de curto prazo. • No Período Merchant: A escassez de energia pode representar tanto um risco quanto uma oportunidade. Para mitigar impactos negativos, a Companhia acompanha a dinâmica do mercado e ajusta sua estratégia de operação e despacho de energia conforme os preços do curto prazo. Em momentos de preços elevados, pode otimizar a geração para maximizar a rentabilidade, enquanto em períodos de custos desfavoráveis, pode adotar medidas para reduzir a exposição ao mercado spot. ***c. Risco de escassez de água:*** A Companhia necessita de água para refrigeração de seus sistemas e para a turbina de vapor. A estratégia de mitigação é de um melhor uso da água e obras adicionais através de investimentos necessários em suas instalações visando a adequação à atualidade de mudança climática. ***d. Risco de perdas de know-how técnico:*** A Companhia necessita de várias competências técnicas e administrativas para manter o seu excelente nível de disponibilidade e continuar a otimizar os seus resultados através de um acompanhamento constante das oportunidades. A Companhia possui um plano de retenção que permite mitigar sua reestruturação e a pressão constante que o mercado está colocando através da redução do mandato conferido à administração no marco da negociação coletiva. A tendência do risco está crescendo devido à dicotomia entre os resultados da Companhia e a piora do mercado em decorrência da crise econômica. ***e. Risco de quebra técnica:*** O longo período de uso ininterrupto das turbinas proporciona uma degradação mais rápida dos equipamentos já que suas manutenções e compras de novas partes e peças destinada as instalações da planta são realizadas com base em horas equivalentes de operação. Visando mitigar esse risco, a Companhia possui um contrato amplo de manutenção com o fornecedor dos equipamentos e monitoramento *on line* com engenharia da Siemens e da EDF. A Companhia realiza auditorias e manutenções preditivas que levam a adições significativas ao seu imobilizado. ***f. Riscos de liquidez:*** O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade da diretoria financeira que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e reais. Considerando o fim do Contrato PPA com a Light a companhia organizou seus fluxos financeiros e estratégia para a transição para o modelo de operação no mercado (merchant), onde a Companhia enfrenta uma maior volatilidade nos seus fluxos de caixa, decorrente da variação dos preços de energia e das condições de mercado. Embora o risco de liquidez tenha aumentado devido à imprevisibilidade das receitas e obrigações, a Companhia continua a tomar medidas para garantir a estabilidade financeira e a eficiência na gestão de caixa em um ambiente mais dinâmico. ***g. Risco de moeda estrangeira:*** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía um montante de R$ 11.870 em 2023 em operações de hedge cambial, finalizadas em 2024, para a proteção de seu custo de gás em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos. As estratégias de hedge cambial são descritas no item 18b. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais critérios contábeis: 2.1 Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. O Conselho de administração, em reunião realizada em 31 de março de 2025 autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e no encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.4 Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.5 Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas nos exercícios em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes estão incluídas nas notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 8** - Investimento análise da redução do valor recuperável dos ativos. • **Nota Explicativa nº 12b** - Imposto de renda e contribuição social diferidos - montante. • **Nota Explicativa nº 14a** - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*. • **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para processos judiciais. **3. Sumário das políticas contábeis materiais:** A administração aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As políticas contábeis materiais estão descritas em detalhes abaixo: **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, com prazo de vencimento de até três meses e com resgate em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor justo. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **(b) Contas a receber de clientes:** Representam os direitos oriundos da venda de energia elétrica, reconhecidos pelo regime de competência. Incluem acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no recebimento e energia comercializada conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **(c) Estoques-Almoxarifado:** Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável. **(d) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. **(e) Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros registrados ao custo amortizado e passivos financeiros registrados subsequentemente ao custo amortizado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **(f) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio de resultado. **(g) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. ***Hedges de fluxos de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentado em conta própria de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em conta de ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, (iii) o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. **(h) Investimento em controlada:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras referentes à entidade controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seu investimento em controlada o valor do patrimônio líquido da investida com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia, incluindo a avaliação de impairment. **(i) Base de Consolidação:** ***Controlada:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada. A controlada é uma entidade na qual o Grupo, direta ou indiretamente, tenha o controle sobre as políticas financeiras e operacionais. O investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da controlada até a data em que o controle deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na controlada. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(j) Imobilizado:** Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e são submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), quando existem indícios de possível perda de valor. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil ou à autorização, dos dois o menor, estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. **(k) Intangível:** Refere-se à direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. ***Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível:*** A avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é realizada para garantir que esses ativos não sejam registrados por valores superiores aos seus valores recuperáveis. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso do ativo. **(l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. ***Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(m) Benefícios a empregados:** ***i. Planos de contribuição definida:*** Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego nos quais a Companhia realiza pagamentos fixos a um fundo de previdência sem assumir obrigações adicionais futuras. As contribuições realizadas são reconhecidas como despesas com benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços são prestados. Caso a Companhia efetue contribuições complementares, essas serão registradas como ativo apenas se houver previsão de ressarcimento em caixa. **ii. Plano de Retenção:** A Companhia mantém um plano de contribuição definida para seus funcionários, com a possibilidade de aportes complementares como parte de sua estratégia de retenção e incentivo de longo prazo. Esses aportes adicionais são reconhecidos como despesas à medida que o empregado atende aos critérios de *vesting*, que incluem a idade mínima de 55 anos, desligamento sem justa causa por iniciativa do empregador ou outras situações excepcionais previstas contratualmente. Caso o desligamento ocorra antes do cumprimento dos critérios de *vesting,* os valores aportados permanecerão no plano e serão utilizados para cobrir pagamentos ordinários do regime vigente, sem direito de resgate imediato pelo colaborador. **(n) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i. Provisões para contingências:** Uma provisão para contingência é reconhecida nos casos em que a probabilidade de perda é considerada provável, no caso da provisão ter uma probabilidade de perda possível existe a divulgação em nota explicativa, para os casos de perda remota é dispensada a apresentação de nota explicativa. A avaliação

EDF Norte Fluminense

# USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.

**CNPJ 03.258.983/0001-59**

da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As avaliações são revisadas mensalmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais ou menores identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(o) Contas a pagar e fornecedores:** As obrigações sujeitas à atualização monetária e/ou cambial por força da legislação ou cláusulas contratuais foram efetuadas com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data do balanço. **(p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **(q) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **(r) Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e no ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a títulos de dividendos. De acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Desse modo, no encerramento do exercício social, caso a Companhia tenha apurado lucro no exercício após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício e registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório na rubrica dos dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido. No balanço os dividendos do ano se somam aos determinados nos anos precedentes e ainda não distribuídos. **(s) Receita operacional:** A receita é reconhecida com base na contraprestação estabelecida nos contratos firmados com os clientes, sendo registrada quando o controle sobre o produto ou serviço é transferido ao cliente. A maior parte da receita durante o ano de 2024, foi decorrente de contratos de venda de energia de longo prazo (PPA), bem como da comercialização de energia no mercado de curto prazo. **(t) Receitas financeiras e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia e suas controladas ainda não adotaram a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras. **a) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. Está em análise também o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

| Norma | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|---|---|---|
| CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis | IFRS 18 | 01.01.2027 |

**b) Outras Normas Contábeis**

| Norma | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|---|---|---|
| Instrumentos Financeiros | IFRS 9 e IFRS 7 | 01.01.2025 |

Não se espera que as normas novas e alteradas acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Caixa e Bancos | 215 | 117 |
| Fundos de Investimentos (i) | 328.298 | 1.357.684 |
| **Total** | **328.513** | **1.357.801** |

(i) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de uma média de 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% do CDI em 2023). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. No ano de 2024, a receita financeira decorrente das aplicações financeiras em fundos de investimento foi de R$ 115.914 (R$ 102.273 em 2023). **6. Contas a receber:** A Companhia efetuou avaliação da provisão para perda de crédito esperada (PCE), não tendo sido necessário provisões sobre os créditos existentes em 31/12/2024 e 31/12/2023.

| Contas a receber | Saldos vincendos | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|
| Light (a) | 686.693 | 686.693 | 291.125 |
| Mercado Atacadista de Energia - MAE | 52.839 | 52.839 | - |
| | **739.532** | **739.532** | **291.125** |

(a) Representa o valor a receber referente ao fornecimento de energia, nos termos do contrato de longo prazo – PPA com a distribuidora de energia.

**7. Direito de uso de combustível:** Em 7 de julho de 2023, a Companhia assinou um termo de conduta do contrato com a Petrobras/Naturgy, retirando a cláusula de *take or pay* (mensal e anual) e incluindo uma extensão de contrato até o término do PPA em 8 de dezembro de 2024, neste contrato foi incluído o direito de utilizar esse valor até o final do contrato. Esse direito foi utilizado em 2024 pela Companhia restando o valor de R$ 26 (R$ 253.760 em 2023). Adicionalmente em 2024, a Companhia reconheceu um custo de gás de R$ 872.873 (R$ 889.722 em 2023) pois o Operador Nacional do Sistema (ONS) requisitou o acionamento da Companhia devido ao regime hidrológico estar abaixo da média histórica.

| 8. Investimentos | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Saldo Inicial** | **42.598** | **535.285** |
| Equivalência patrimonial (a) | 1.711 | (1.645) |
| Reversão (provisão) para perdas | - | 14.415 |
| Aporte de Capital na OITI | - | 40.000 |
| Baixa de IR diferido ativo - SINOP | - | (81.407) |
| Transferência do investimento na Sinop | - | (464.050) |
| Transferência do investimento da Oiti (b) | (44.309) | - |
| **Saldo Final** | **-** | **42.598** |

(a) Em 2024, a Companhia reconheceu uma perda de equivalência referente ao exercício de 2023, que não havia sido previamente reconhecida. A perda decorre de ajustes no valor da participação da Companhia em sua investida, conforme o Método de Equivalência Patrimonial (MEP). O não reconhecimento da perda em 2023 foi identificado em uma revisão contábil mais recente, que revelou a necessidade de ajustar o valor contábil, resultando uma equivalência líquida em 2024 de R$ 1.711, da participação devido a fatores como a deterioração no desempenho financeiro da investida. (b) Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu as ações da investida EDF Oiti Transmissora S.A. ("EDF Oiti"), com base nos saldos contábeis de 27 de dezembro de 2024, no montante de R$ 44.309 (quarenta e quatro milhões e trezentos e nove mil) pela totalidade das ações emitidas pela Companhia ("Preço de Transferência"). **a. Mutação do investimento (OITI):**

| EDF OITI | Saldo 31/12/2023 | Equivalência patrimonial (i) | Tranferência (ii) | Saldo 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|
| Transmissora S.A. | 42.598 | 1.711 | (44.309) | - |

**(i) Equivalência patrimonial**: Representa a participação de 100% nos resultados de EDF OITI. **(ii) Transferência:** Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu as ações da investida EDF Oiti Transmissora S.A. ("EDF Oiti"), com base nos saldos contábeis de 27 de dezembro de 2024, no montante de R$ 44.309 (quarenta e quatro milhões e trezentos e nove mil) pela totalidade das ações emitidas pela Companhia ("Preço de Transferência). **b. Quadro resumo com as principais informações financeiras das Investidas:**

| EDF OITI | 27/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Ativo circulante | 124.896 | 28.675 |
| Ativo não circulante | 62.336 | 11.349 |
| | **187.232** | **40.024** |
| Passivo circulante | 10.495 | 296 |
| Passivo não circulante | 132.428 | 764 |
| Patrimônio líquido | 44.309 | 38.964 |
| | **187.232** | **40.024** |
| **Demonstração do resultado** | **01/01/2024 até 27/12/2024** | **31/12/2023** |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | 5.345 | (1.036) |

**9. Ativo Imobilizado: 9.a Composição do saldo:**

| | Taxa de depreciação anual % | 31/12/2023 Custo | Depreciação Acumulada | Valor Residual | 31/12/2024 Custo | Depreciação Acumulada | Valor Residual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | - | 3.851 | - | 3.851 | 3.851 | - | 3.851 |
| Prédio | 3.3 | 29.217 | 17.957 | 11.260 | 29.217 | 18.920 | 10.297 |
| Instalações | 3.3 | 704.029 | 432.821 | 271.208 | 711.084 | 456.642 | 254.442 |
| Maquinário e equipamento | 3.3 - 25 (*) | 2.118.195 | 1.442.234 | 675.961 | 2.211.396 | 1.519.437 | 691.959 |
| Veículos | 20 | 5.122 | 3.384 | 1.738 | 5.129 | 3.814 | 1.315 |
| Bens de informática | 20 | 10.087 | 7.696 | 2.391 | 10.491 | 8.403 | 2.088 |
| Outros | 10 | 9.120 | 5.090 | 4.030 | 9.257 | 5.510 | 3.747 |
| | | 2.879.621 | 1.909.182 | 970.439 | 2.980.425 | 2.012.726 | 967.699 |
| Adiantamento a fornecedores (**) | | | | 26.098 | | | - |
| **TOTAL** | | | | **996.537** | | | **967.699** |

(*) As taxas de depreciação variam de acordo com os equipamentos e quantidade de horas utilizadas: Ativos depreciados a 25% (Hotpat), Ativos depreciados a 14% (Major) e 3.3% (máquinas e equipamentos, turbina, partes/peças e Steam Turbine). (**) Adiantamentos a fornecedores correspondem principalmente os adiantamentos contratuais efetuados à Siemens Energy, fornecedora das turbinas da planta, objetivando a fabricação de partes e peças.

**9.b Mutação do imobilizado:**

| | Terrenos | Prédio | Instalações | Maquinários e equipamentos | Equipamentos de informática | Veículos | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2022** | **3.851** | **12.223** | **283.658** | **685.076** | **2.877** | **1.748** | **31.459** | **1.020.892** |
| Adições | - | - | - | 10 | 266 | 560 | 45.408 | 46.244 |
| Depreciação | - | (963) | (23.514) | (41.555) | (732) | (208) | (440) | (67.411) |
| Baixas | - | - | - | (983) | (20) | (362) | (1.822) | (3.187) |
| Transferências | - | - | 11.064 | 33.413 | - | - | (44.477) | - |
| **Saldo em 31/12/2023** | **3.851** | **11.260** | **271.208** | **675.961** | **2.391** | **1.738** | **30.128** | **996.537** |
| Adições | - | - | 13 | 14 | 404 | 7 | 74.279 | 74.717 |
| Depreciação | - | (963) | (23.821) | (77.203) | (707) | (430) | (431) | (103.555) |
| Transferências | - | - | 7.042 | 93.187 | - | - | (100.229) | - |
| **Saldo em 31/12/2024** | **3.851** | **10.297** | **254.442** | **691.959** | **2.088** | **1.315** | **3.747** | **967.699** |

**10. Contas a pagar e fornecedores**

| Descrição | 31/12/2024 Circulante | Não Circulante | 31/12/2023 Circulante | Não Circulante |
|---|---|---|---|---|
| Suprimentos de Gás e energia | 137.271 | - | 171.616 | - |
| Encargos Setoriais | 14.347 | - | 15.617 | - |
| Transmissão | 6.638 | - | 17.824 | - |
| Siemens Energy | 138 | - | 94.248 | - |
| Outros | 20.680 | - | 9.195 | - |
| **Contas a pagar e fornecedores** | **179.074** | **-** | **308.500** | **-** |

**11. Imposto a Recolher**

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| ICMS a pagar | 23.701 | 69.864 |
| PIS e COFINS | 21.042 | 26.049 |
| Imposto de Renda sobre JCP | 10.448 | - |
| Outros | 295 | 631 |
| | **55.486** | **96.544** |

**12. Imposto de Renda e Contribuição Social: a. Imposto de renda e contribuição social corrente:** No exercício de 2024, foi apurado um imposto de renda e contribuição social corrente de R$ 355.199 (R$ 325.272 em 2023) que, líquido das antecipações, resultou no passivo de R$ 235.534 (R$ 196.589 em 2023). ***Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:***

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício antes dos impostos** | **1.079.782** | **1.178.218** |
| Imposto de Renda e Contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (367.126) | (400.594) |
| **Ajustes para apuração da alíquota efetiva:** | | |
| Participação Sinop Energia | - | 10.172 |
| Participação Oiti | 582 | - |
| Juros sobre capital próprio | 23.682 | - |
| Outros | 3.684 | (1.427) |
| | **(339.178)** | **(391.849)** |
| Impostos de renda e contribuição social corrente | (355.199) | (325.272) |
| Impostos de renda e contribuição social diferido | 16.021 | (66.577) |
| | **(339.178)** | **(391.849)** |
| Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social | **31%** | **33%** |

**b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia registrou o imposto de renda diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorreram no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Imposto de renda diferido** | | |
| Diferenças temporárias – Depreciação(i) | (115.633) | (125.892) |
| Diferenças temporárias – Outras(ii) | 17.447 | 15.925 |
| | **(98.186)** | **(109.967)** |
| **Contribuição social diferida** | | |
| Diferenças temporárias – Depreciação(i) | (41.627) | (45.320) |
| Diferenças temporárias - Outras (ii) | 6.281 | 5.733 |
| | **(35.346)** | **(39.587)** |
| **Passivo não circulante** | **(133.532)** | **(149.554)** |
| **Resultado do exercício** | **16.021** | **(66.577)** |

(i) O saldo a pagar de imposto de renda e contribuição social diferido relativo a diferenças temporárias de depreciação serão pagos até 2034 com a depreciação total dos ativos da companhia. (ii) O crédito de imposto de renda e contribuição social diferido de outras estão relacionadas principalmente a despesas reconhecidas através de constituição de provisão. Sua realização ocorrera em um prazo médio de 3 anos. **13. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital integralizado em 2024 e 2023 é de R$ 483.409 representado por 483.408.880 ações ordinárias, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

| Posição Acionária | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| EDFI – Électricité de France Internacional | 483.408.879 | 483.408.879 |
| EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. | 1 | 1 |
| | **483.408.880** | **483.408.880** |

| b. Reservas de Lucros | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Reserva legal (c) | 96.682 | 96.682 |
| Reserva de retenção de lucros (d) | 673.872 | 708.197 |
| | **770.554** | **804.879** |

**c. Reserva legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **d. Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **e. Dividendos:** De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária. Durante o exercício de 2024 foram constituídos dividendos mínimos propostos de R$ 115.497 (em 2023, R$ 124.193), juros sobre capital próprio de R$ 69.654 (em 2023, R$ 72.400), e dividendos adicionais propostos de R$ 589.778 (em 2023, R$ 548.319). Adicionalmente a companhia realizou os pagamentos de JCP e dividendos em 2024 de R$ 1.494.626 (em 2023 R$ 0). A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **740.604** | **786.369** |
| Base de cálculo - Dividendos | 740.604 | 786.369 |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% aprovados em 2024 | 115.497 | 124.193 |
| JCP (compõe o dividendo mínimo) | 69.654 | 72.400 |
| Dividendos adicionais de 2022 aprovados em 2023 | - | 548.319 |
| Dividendos adicionais de 2023 aprovados em 2024 | 589.778 | - |
| Dividendos adicionais e JCP de 2022 e 2023 pagos em 2024 | (1.494.626) | - |
| Saldo de 2023 | 904.848 | 182.773 |
| (-) IR retido JCP | (10.448) | (22.837) |
| Total dos dividendos e JCP | **174.703** | **904.848** |
| **Total do passivo** | **174.703** | **904.848** |

**14. Instrumentos financeiros e hedge: a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • **Nível 1 -** Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. • **Nível 2 -** Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • **Nível 3 -** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. Em 31 de dezembro de 2024, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **(a) Numerário disponível -** Está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. **(b) Clientes -** Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e a ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor de mercado equivale ao valor contábil. **(c) Contas a pagar e fornecedores -** Corresponde a obrigações com fornecedores conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. O valor de mercado corresponde ao valor contábil. **(d) Instrumentos financeiros derivativos -** As operações com derivativos eram utilizadas pela Companhia para proteger-se contra as variações cambiais dos compromissos executados envolvendo moeda estrangeira. A partir de 2016, conforme a Portaria nº 234, de 22 de julho de 2002, que regulamenta o Contrato de Fornecimento de Gás do PPT, o risco de câmbio incorporado no preço de compra do gás passou a ser transferido mensalmente ao comprador. Em conformidade com essa regulamentação, a Companhia estabeleceu uma cobertura não especulativa para proteger seu fluxo de caixa futuro das variações cambiais, com base na avaliação de sua atividade futura. O contrato de hedge foi encerrado em 2024. Durante o período de vigência, os derivativos foram contabilizados ao valor justo, e seus custos de transação eram reconhecidos como despesas quando incorridos. Para mais informações, consulte o item Fatores de Risco: Risco de Moeda Estrangeira abaixo. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são como segue:

| | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Saldo contábil** | **Valor justo** | **Saldo contábil** | **Valor justo** |
| **Ativos** | | | | |
| Caixa e Equivalentes de caixa | 328.513 | 328.513 | 1.357.801 | 1.357.801 |
| Contas a Receber | 739.532 | 739.532 | 291.125 | 291.125 |
| **Passivos** | | | | |
| Contas a pagar a fornecedores | 209.958 | 209.958 | 331.001 | 331.001 |
| Hedge | - | - | 11.870 | 11.870 |

**b. Hedge:** A Companhia adotava um procedimento para se proteger contra as oscilações cambiais relacionadas ao pagamento de seu gás (80% em USD), conforme a metodologia modificada estabelecida pela Portaria nº 234, de 22 de julho de 2002. Os contratos de hedge foram liquidados nas respectivas datas de vencimento mensais até o término do contrato, que se deu antes do reajuste anual do preço do gás, previsto para 1º de novembro de 2024. A variação no valor justo dos instrumentos era registrada no patrimônio líquido, sob outros resultados abrangentes, e transferida mensalmente para a demonstração do resultado no custo de gás, no momento em que um pagamento era realizado. Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de hedge foram totalmente liquidados e não há mais saldo a ser reconhecido. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 11.870 negativos, que já foi totalmente ajustado e liquidado no exercício de 2024.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | (11.870) | (8.709) |
| Ganho/ (perda) reconhecido no resultado custos de operação | 16.071 | (65.756) |
| Liquidação financeira (entradas)/ saídas | (16.071) | 65.756 |
| Ganho/ (perda) reconhecido em resultado abrangente | 11.870 | (3.161) |
| **Saldo final** | **-** | **(11.870)** |

**15. Provisões para processos judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. **a. Classificadas como perda provável:** ***Trabalhista:*** Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço com valores no montante de R$ 29.935 em 2024 (R$ 26.349 em 2023) são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas em ações de naturezas trabalhista, com expectativa de perda provável. Referem-se a ações movidas por ex-funcionários e terceirizados, envolvendo entre outros a cobrança de horas-extras, adicionais, cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

| | Provisões Trabalhistas |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **25.192** |
| Adições e reversões, líquido | 169 |
| Liquidação de processo | (311) |
| Atualização monetária | 1.299 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **26.349** |
| Adições e reversões, líquido | 2.123 |
| Liquidação de processo | - |
| Atualização monetária | 1.463 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **29.935** |

| b. Classificadas como perda possível: | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Processos trabalhistas (a) | 37.280 | 22.195 |
| Processos tributários (b) | 78.419 | 68.041 |
| | **115.699** | **90.236** |

**(a) Trabalhistas:** As ações trabalhistas da Companhia referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade trabalhistas com ex-funcionários e terceiros no montante de R$ 37.280 em 2024 (R$ 22.195 em 2023). **(b) Tributários:** A Companhia, em geral, adota o regime não cumulativo para a apuração do PIS e COFINS. Contudo, em razão do contrato celebrado com a Light – com valores previamente definidos no PPA –, o referido contrato é tributado no regime cumulativo, conforme previsão legal, não sendo aplicável a exclusão prevista na Lei nº 10.833/2003. Em 2023, a Receita Federal consolidou o controle dos processos de crédito tributário, registrando um saldo atualizado de R$ 61.174 em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R$ 59.200 no exercício anterior. Antes da fiscalização, a Companhia ingressou com ação ordinária na Justiça Federal e, em junho de 2006, obteve decisão favorável que permitiu a manutenção do tratamento cumulativo para esse contrato, dispensando depósitos judiciais ou garantias. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, a perda relacionada à demanda é classificada como possível, sem necessidade de provisão contábil neste momento. Antes da fiscalização, a Companhia ingressou com ação ordinária na Justiça Federal e obteve, em junho de 2006, decisão favorável em primeira instância, permitindo a manutenção do regime cumulativo para o contrato com a Light. Em razão dessa decisão, não houve necessidade de depósitos judiciais ou apresentação de garantias para contestação da autuação fiscal. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia classifica a perda da ação como possível, sem necessidade de provisionamento contábil neste momento. A empresa enfrenta débito fiscal referente à cobrança de ICMS, em decorrência de uma suposta interrupção do diferimento na exportação indireta de energia elétrica no período de março a dezembro de 2017. As CDAs nº 2018/005.591-3 e nº 2018/005.592-1 estão sendo objeto de execução fiscal. No entanto, a execução fiscal encontra-se suspensa até o julgamento dos Embargos à Execução Fiscal nº 0008387-51.2019.8.19.0028 e nº 0003440-17.2020.8.19.0028, que tramitam na 2ª Vara Cível de Macaé, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). A cobrança total de ICMS, que é de R$ 9.376 em 2024 (R$ 8.802 em 2023), é tratada como uma contingência possível, ainda não registrada contabilmente, mas divulgada de acordo com os critérios estabelecidos. A empresa aguarda o julgamento do Recurso Voluntário interposto no âmbito do Processo Administrativo SEI-040036/000454/2022, referente à autuação fiscal que resultou na cobrança de ICMS devido ao suposto encerramento do diferimento na exportação indireta de energia elétrica no período de março a dezembro de 2017. O valor total da cobrança, registrado em 2024, é de R$ 7.869 (não havendo valor registrado em 2023). Esta cobrança é tratada como uma contingência possível, ainda não contabilizada, sendo apenas divulgada conforme as normas fiscais pertinentes. Crédito em Discussão – Processo nº 0949032-04.2024.8.19.0001. O referido processo trata dos valores correspondentes às duas últimas parcelas devidas em razão do cumprimento contratual do PPA, estando a cobrança dos montantes devidos à EDF suspensa por decisão liminar do juízo competente, decorrente da judicialização envolvendo a Light Distribuidora, parte devedora. A Companhia, de forma conservadora, avaliou a probabilidade de êxito da demanda como possível. Dessa forma, embora não tenha havido constituição de provisão para perda, o valor envolvido permanece registrado em Contas a Receber, de forma a garantir a transparência e o monitoramento dos riscos associados.

**16. Receita líquida**

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Receita de venda mercado cativo (a) | 3.306.784 | 3.583.139 |
| Receita de venda mercado curto prazo (b) | 407.948 | - |
| Receita de serviço mercado interno | 275 | - |
| Deduções sobre a receita (c) | (917.749) | (908.597) |
| | **2.797.258** | **2.674.542** |

**(a) Receita venda mercado cativo:** Energia fornecida a Light Serviços de Eletricidade S.A. A redução de receita em 2024 foi em função do encerramento do contrato de PPA em 8 de dezembro de 2024. **(b) Receita de venda mercado curto prazo:** A receita de venda de energia no mercado de curto prazo refere-se à comercialização de energia elétrica realizada pela empresa para suprir a demanda do sistema interligado. Essa receita é gerada pela venda de energia no mercado de curto prazo, onde a empresa oferece sua capacidade excedente ou energia comprada para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda. O valor da receita é determinado pelo preço de liquidação do mercado, que pode variar de acordo com a oferta e a demanda de energia no período. A empresa reconhece essa receita no momento da venda, considerando a quantidade de energia negociada e o preço estabelecido no mercado. Essa receita pode ser volátil, pois depende das condições de mercado, como níveis de reservatórios e a demanda no sistema elétrico. **(c) Deduções da receita bruta:** As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Impostos e contribuições** | | |
| ICMS | (778.800) | (776.534) |
| PIS | (19.088) | (18.243) |
| COFINS | (88.099) | (84.198) |
| ISS | (14) | - |
| **Encargos Setoriais** | | |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | (28.008) | (26.774) |
| Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE | (3.740) | (2.848) |
| | **(917.749)** | **(908.597)** |

**17. Custos de geração de energia**

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Custo Gás | (872.873) | (889.722) |
| Custo de Energia | (596.108) | (422.035) |
| Depreciação | (103.843) | (67.412) |
| Custo de transmissão | (77.387) | (69.097) |
| Químicos e Gases | (3.449) | (2.623) |
| Custo com fundo de pensão (vesting) | - | (1.223) |
| Água | - | (1.409) |
| | **(1.653.660)** | **(1.453.521)** |

**18. Despesas gerais e administrativas**

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Manutenção e Engenharia | (11.129) | (24.592) |
| Despesas de Pessoal | (54.244) | (47.449) |
| Despesas com fundo de pensão | - | (2.296) |
| Despesas administrativas | (62.596) | (22.828) |
| Responsabilidade social e patrocínios | (1.117) | (253) |
| Seguro | (13.558) | (13.954) |
| EDF S.A. (a) | (28.222) | (22.666) |
| Outros | (152) | (3.297) |
| | **(171.018)** | **(137.335)** |

(a) Valor referente à taxa de administração

**19. Resultado financeiro, líquido**

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Receita de juros | 115.914 | 102.273 |
| Variação monetária ativa | 100 | 525 |
| Outros | 2.348 | 390 |
| | **118.362** | **103.188** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Variação monetária passiva | (1.524) | (1.516) |
| Juros sobre impostos | - | (6.423) |
| Impostos sobre aplicações financeiras | (8.748) | (9.826) |
| Avales e fianças | (1.528) | (2.807) |
| Outros | (1.071) | (854) |
| | **(12.871)** | **(21.426)** |
| | **105.491** | **81.762** |

## USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S.A.
CNPJ 03.258.983/0001-59

**20. Transações com partes relacionadas: a. Entidades controladoras:**

| Dividendos e JCP a pagar | 31/12/2023 Dividendos | JCP | Total | Adição Dividendos | JCP | Pagamento Dividendos | JCP | 31/12/2024 Dividendos | JCP | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDF Internacional S.A.S | 855.285 | 49.563 | 904.848 | 705.275 | 59.206 | (1.445.063) | (49.563) | 115.497 | 59.206 | 174.703 |
| | **855.285** | **49.563** | **904.848** | **705.275** | **59.206** | **(1.445.063)** | **(49.563)** | **115.497** | **59.206** | **174.703** |

| Dividendos e JCP a pagar | 31/12/2022 Dividendos | JCP | Total | Adição Dividendos | JCP | Pagamento Dividendos | JCP | 31/12/2023 Dividendos | JCP | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDF Internacional S.A.S | 182.773 | - | 182.773 | 672.512 | 49.563 | - | - | 855.285 | 49.563 | 904.848 |
| | **182.773** | **-** | **182.773** | **672.512** | **49.563** | **-** | **-** | **855.285** | **49.563** | **904.848** |

**b. Entidades do mesmo grupo econômico - Acordos de cooperação técnica: I - Ativo, Passivos, custos e despesas:**

| REF | Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte. | Principais informações sobre transações com partes relacionadas: Ativo 31/12/2024 | Ativo 31/12/2023 | Passivo 31/12/2024 | Passivo 31/12/2023 | Custos/Despesas 31/12/2024 | Custos/Despesas 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Partes relacionadas x Recuperação de custos e despesas intragrupo - EDF NF Serviços | 752 | - | - | - | (2.146) | (2.610) |
| 2 | Partes relacionadas x Compartilhamento de custos e despesas intragrupo - EDF Internacional S.A.S | - | - | 25.824 | 19.379 | 28.704 | 24.320 |
| 3 | Partes relacionadas x Compartilhamento de custos e despesas intragrupo - EDF Brasil Holding S.A. | - | - | 5.060 | 3.122 | 32.128 | 25.470 |
| | | **752** | **-** | **30.884** | **22.501** | **58.687** | **47.180** |

(1) A EDF NF Serviços utilizou serviços administrativos compartilhados. Em 31 de dezembro de 2024, por conta desses serviços a Companhia tem um ativo a receber de R$ 752 (RS 0, em 2023), tendo sido reconhecido uma reversão de despesa de R$ 2.146 em 2024 (R$ 2.610 em 2023). (2) A EDF Norte Fluminense utilizou serviços administrativos, garantias de contratos, fornecimento de mão de obra e logomarca do acionista. Em 31 de dezembro de 2024, por conta desses contratos a Companhia tem um passivo de R$ 25.824 (R$ 19.379 em 2023), tendo sido reconhecido despesas de R$ 28.704 em 2024 (R$ 24.320 em 2023). (3) A EDF Norte Fluminense utilizou serviços administrativos compartilhados. Em 31 de dezembro de 2024, por conta desses contratos a Companhia tem um passivo de R$ 5.060 (R$ 3.122 em 2023), tendo sido reconhecido despesas de R$ 32.128 em 2024 (R$ 25.470 em 2023). **c. Administradores:** ***Remuneração:*** Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, nos exercícios findos em 2024 e 2023. A Companhia possui 4 administradores em 2024 e 5 administradores em 2023.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Remuneração a administradores | 3.871 | 4.302 |
| Contribuição previdenciária | 150 | 156 |
| | **4.021** | **4.458** |

**21. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros eram as seguintes:

| Tipo de Seguro | Seguradora | Vigência | Limite máximo de indenização | DM - Valor em risco | Indenização integral | Prêmio |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Danos Materiais e Lucros Cessantes | Swiss Re Corporate Solutionas | 01/01/2024 A 01/01/2025 | 2.685.650 | 4.687.040 332.313 | - | 202 |
| Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores | Allianz Seguros S.A. | 31/03/2024 A 31/03/2025 | 4.969 | - | - | 17 |
| Responsabilidade Civil Geral | AXA | 30/06/2024 A 30/06/2025 | 56.585 | - | - | 106 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | AXA | 31/12/2023 A 31/12/2024 | 2.685.650 | 5.019.908 | - | 13.015 |
| Veículos | Allianz Seguros S.A. | 25/05/2024 A 25/05/2025 | - | - | 100% - Tabela Fipe | 3 |
| Riscos Diversos | Chubb Seguros Brasil S.A. | 01/01/2024 A 01/01/2025 | 805.694 | - | - | 111 |
| Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética | AIG Seguros Brasil S.A. | 01/07/2024 A 01/07/2025 | 5.991 | - | - | 56 |

**André Luiz Salgado** - Diretor Presidente
**Elisabeth Gameiro** - Diretora Financeira
**Suellen Pereira Cyrne** - Contadora - CRC/RJ 137090/0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas da EDF Norte Fluminense S.A. Rio de Janeiro - RJ.**
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EDF Norte Fluminense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDF Norte Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Milena dos Santos Rosa - Contador - CRC RJ-100983/O-7.

# Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 1º de abril de 2025
Ano CVII ● Número 29.827
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

### PIXOTE E O GENERAL

Filme dos anos 80 é assustadoramente profético do futuro urbano do Brasil. Por Umberto R. Andrade, **página 2**

### PAPEL DA LIDERANÇA COMERCIAL NAS PMES

Da estruturação de processos à previsibilidade nas vendas das empresas. Por Luiz Teixeira, **página 2**

### CONFUSÃO DA JUSTIÇA SOBRE O SCR

Sistema não é órgão de proteção ao crédito. Por Pedro Costa, Vítor Lopes e Augusto de Abreu Rodrigues (foto), **página 4**

**Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444**

# Cade arquiva processo do codeshare entre Azul e Gol

## Acordo entre as partes está em vigência há menos de dois anos

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) decidiu pelo arquivamento do Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração (APAC) que analisou o acordo, celebrado entre Azul e Gol, por meio do qual as companhias passam a compartilhar rotas domésticas e seus programas de fidelidade. A notícia foi divulgada nesta terça-feira.

O acordo, denominado codeshare, pode ser entendido como uma cooperação comercial em que as empresas aéreas conectam suas malhas por meio do compartilhamento de rotas. Além disso, esse contrato permite que membros do Azul Fidelidade e do Smiles acumulem pontos ou milhas no programa de sua escolha ao comprar os trechos inclusos no codeshare.

Após as empresas Azul e Gol comunicarem a celebração deste acordo, a SG/Cade instaurou o APAC para apurar se o acordo configuraria um contrato associativo e, caso positivo, se houve a consumação de ato de concentração econômica antes do aval da autarquia, prática anticompetitiva conhecida como gun jumping. A obrigatoriedade de notificação prévia de contratos associativos está prevista na Lei de Defesa da Concorrência (12.529/2011) e nos normativos do Cade.

A análise empreendida na Nota Técnica da SG/Cade avaliou o contrato entre as companhias aéreas em quatro variantes. A primeira é se a transação teria duração igual ou superior a dois anos. A investigação também verificou se o acordo estabeleceria empreendimento comum para exploração de atividade econômica, compartilhamento de riscos e resultados, e se as partes contratantes seriam concorrentes no mercado relevante objeto do contrato.

Dentro da avaliação da SG/Cade, verificou-se que o acordo, se plenamente efetivado, atenderia a todos esses quatro requisitos, previstos na Resolução Cade nº 17/2016, e, portanto, seria configurado um contrato associativo de notificação obrigatória ao Cade.

Em relação à possível consumação antes do aval da autarquia, verificou-se que o acordo entre as partes está em vigência há menos de dois anos e que não ocorreu a sua implementação total, além de estarem preservadas as condições de concorrência entre as empresas envolvidas.

Destaca-se que a análise empreendida neste procedimento se restringiu a avaliar se o acordo de coldshare celebrado seria de notificação obrigatória ou não ao Cade, tendo a SG/Cade concluído que, se implementado em sua inteireza e por prazo superior a dois anos, o codeshare deverá ser notificado, nos termos da Lei nº 12.529/2011. É importante assinalar que uma possível fusão entre Azul e Gol será avaliada em um processo específico, caso seja notificada ao Cade, ocasião em que seus impactos concorrenciais serão analisados.

## CSN Cimentos Brasil S.A.

CNPJ nº 60.869.336/0001-17

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, da CSN Cimentos Brasil S.A. **A Administração**

### Balanço Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **31/12/2024** | **31/12/2023** | **31/12/2024** | **31/12/2023** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 424.272 | 363.541 | 324.511 | 257.272 |
| Contas a receber | 266.204 | 277.759 | 257.443 | 264.213 |
| Estoques | 709.765 | 650.987 | 676.870 | 610.367 |
| Tributos a recuperar | 386.326 | 359.317 | 368.406 | 324.355 |
| Outros ativos | 65.705 | 67.895 | 68.611 | 70.610 |
| **Total ativo circulante** | **1.852.272** | **1.719.499** | **1.695.841** | **1.526.817** |
| **Não Circulante** | | | | |
| Aplicações financeiras | 22.054 | 139.949 | 8.497 | 122.687 |
| Depósitos judiciais | 93.329 | 74.865 | 93.099 | 74.757 |
| Tributos a recuperar | 141.086 | 132.784 | 129.941 | 132.030 |
| Tributos diferidos | 1.736.304 | 1.527.851 | 1.641.319 | 1.439.917 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 152.967 | - | 152.967 | - |
| Outros ativos | 2.023 | 7.821 | 2.498 | 7.782 |
| | **2.147.763** | **1.883.270** | **2.028.321** | **1.777.173** |
| Participações societárias | - | - | 1.191.509 | 1.176.898 |
| Propriedades para investimento | 3.143 | 3.181 | 2.525 | 2.544 |
| **Imobilizado** | 7.766.227 | 7.697.870 | 7.157.963 | 7.075.836 |
| **Intangível** | 1.304.806 | 1.322.066 | 898.108 | 884.002 |
| **Total ativo não circulante** | **11.221.939** | **10.906.387** | **11.278.426** | **10.916.453** |
| **Total do ativo** | **13.074.211** | **12.625.886** | **12.974.267** | **12.443.270** |

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido** | **31/12/2024** | **31/12/2023** | **31/12/2024** | **31/12/2023** |
| **Circulante** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 175.355 | 157.497 | 67.084 | 58.562 |
| Fornecedores | 977.241 | 1.298.253 | 918.386 | 1.210.199 |
| Passivo de arrendamento | 85.919 | 30.211 | 84.636 | 29.159 |
| Obrigações tributárias | 74.283 | 75.042 | 74.622 | 58.162 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 55.360 | 40.587 | 49.245 | 34.460 |
| Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis | 4.127 | 783 | 4.127 | 783 |
| Dividendos a pagar | 178.348 | 178.348 | 178.348 | 178.348 |
| Fornecedores - risco sacado e forfaiting | 347.312 | 229.431 | 321.544 | 229.431 |
| Outras obrigações | 228.970 | 244.650 | 223.956 | 237.237 |
| **Total passivo circulante** | **2.126.915** | **2.254.802** | **1.921.948** | **2.036.341** |
| **Não circulante** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 3.164.860 | 2.597.001 | 3.271.655 | 2.635.443 |
| Passivo de arrendamento | 23.322 | 22.275 | 22.770 | 20.912 |
| Provisões fiscais, ambientais, trabalhistas e cíveis | 579.294 | 560.373 | 579.190 | 560.255 |
| Provisões para passivos ambientais | 194.820 | 140.723 | 194.820 | 140.723 |
| Outras obrigações | 353.178 | 472.798 | 352.062 | 471.682 |
| Fornecedores | 358 | - | 358 | - |
| Outras provisões | 18.885 | 22.772 | 18.885 | 22.772 |
| **Total passivo não circulante** | **4.334.717** | **3.815.942** | **4.439.740** | **3.851.787** |
| **Patrimônio líquido** | | | | |
| Capital social integralizado | 6.056.294 | 6.056.294 | 6.056.294 | 6.056.294 |
| Reserva de capital | 154.186 | 175.036 | 154.186 | 175.036 |
| Reserva de lucros | 444.098 | 471.786 | 444.098 | 471.786 |
| Prejuízos acumulados | (42.548) | (145.759) | (42.548) | (145.759) |
| Outros resultados abrangentes | 549 | (2.215) | 549 | (2.215) |
| **Total patrimônio líquido** | **6.612.579** | **6.555.142** | **6.612.579** | **6.555.142** |
| **Total passivo + PL** | **13.074.211** | **12.625.886** | **12.974.267** | **12.443.270** |

### Demonstração de Resultado do Exercício - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2024** | **31/12/2023** | **31/12/2024** | **31/12/2023** |
| **Receita líquida** | **4.766.335** | **3.400.249** | **4.332.451** | **3.293.024** |
| Custos dos produtos vendidos | (3.384.401) | (2.747.174) | (3.105.366) | (2.667.019) |
| **Lucro bruto** | **1.381.934** | **653.075** | **1.227.085** | **626.005** |
| **(Despesas) receitas operacionais** | **(910.696)** | **(571.382)** | **(765.015)** | **(551.355)** |
| Despesas de vendas | (689.499) | (253.681) | (581.205) | (225.389) |
| Despesas gerais e administrativas | (126.298) | (105.967) | (121.564) | (104.251) |
| Resultado de participações societárias | - | - | 14.612 | (11.763) |
| Outras (despesas)/Receitas operacionais | (94.899) | (211.734) | (76.858) | (209.952) |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | **471.238** | **81.693** | **462.070** | **74.650** |
| Resultado financeiro líquido | (623.441) | (163.001) | (611.478) | (157.567) |
| Receitas financeiras | 49.118 | 58.196 | 37.625 | 54.684 |
| Despesas financeiras | (407.136) | (163.488) | (384.042) | (154.239) |
| Variação monetária e cambial líquida | (265.423) | (57.709) | (265.061) | (58.012) |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social** | **(152.203)** | **(81.308)** | **(149.408)** | **(82.917)** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (4.290) | 34.251 | - | 34.785 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 211.164 | (75.036) | 204.079 | (73.960) |
| **Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício** | **54.671** | **(122.093)** | **54.671** | **(122.093)** |

### Demonstração de Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2024** | **31/12/2023** | **31/12/2024** | **31/12/2023** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| **Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício ajustes por:** | **54.671** | **(122.093)** | **54.671** | **(122.093)** |
| Depreciação/Amortização | 794.956 | 432.937 | 693.854 | 399.114 |
| Encargos sobre empréstimos | 232.963 | 77.606 | 212.143 | 69.376 |
| Variação cambial e monetária | 265.423 | 57.709 | 265.061 | 58.012 |
| Resultado da equivalência patrimonial | - | - | (14.612) | 11.763 |
| Provisão/Baixa (reversão) de ativo imobilizado, intangível e PPI | (351) | 3.835 | (385) | 3.562 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 6.914 | 4.032 | 6.926 | 4.129 |
| Provisões (reversões) fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis | 20.946 | 44.123 | 20.960 | 44.005 |
| Provisões para passivos ambientais e desativação | 1.866 | 345 | 1.866 | 345 |
| Tributos diferidos | (211.164) | 75.036 | (204.079) | 73.960 |
| Encargo com passivo de arrendamento | 12.538 | 8.941 | 12.224 | 8.780 |
| Outras movimentações, líquidas | 37.760 | 159 | 37.712 | 3.066 |
| **(Aumento) redução nos ativos operacionais** | | | | |
| Contas a receber - Terceiros | 19.713 | 38.137 | 13.510 | 48.052 |
| Contas a receber - Partes relacionadas | (15.072) | 5.493 | (13.666) | (8.442) |
| Créditos partes relacionadas | - | (21.538) | - | (21.538) |
| Estoques | (58.778) | (45.676) | (66.503) | (42.700) |
| Tributos a recuperar | (35.311) | (107.432) | (41.962) | (90.358) |
| Depósitos judiciais | (18.464) | 45.593 | (18.342) | 45.652 |
| Outros ativos | 7.987 | 24.212 | 7.282 | (11.674) |
| **Aumento (redução) nos passivos operacionais** | | | | |
| Fornecedores - Terceiros | (335.688) | 196.940 | (305.391) | 194.112 |
| Fornecedores - Partes relacionadas | (9.914) | - | (11.013) | - |
| Fornecedores - Risco sacado | 117.881 | 150.534 | 92.113 | 150.534 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 14.773 | (15.685) | 14.785 | (14.879) |
| Obrigações tributárias | (759) | (12.868) | 16.460 | (9.840) |
| Outras obrigações | (88.818) | 21.278 | (85.991) | 2.264 |
| Pagamento de operações derivativas | (86.855) | (22.157) | (86.855) | (22.157) |
| Juros s/empréstimos pagos | (236.093) | (27.793) | (214.318) | (18.831) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **491.124** | **811.668** | **386.450** | **754.214** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Aquisição de ativos imobilizados/Intangível | (601.870) | (590.435) | (546.433) | (564.349) |
| Aplicações financeiras | 117.895 | (139.949) | 114.190 | (122.687) |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento** | **(483.975)** | **(730.384)** | **(432.243)** | **(687.036)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 277.100 | - | 277.100 | - |
| Custo de captação de empréstimos | (11.622) | - | (11.622) | - |
| Dividendos pagos | - | (445.475) | - | (445.475) |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (58.062) | (17.599) | - | - |
| Amortização de arrendamento | (153.834) | (90.105) | (152.446) | (89.368) |
| **Caixa líquido proveniente/(Utilizado) das atividades de financiamento** | **53.582** | **(553.179)** | **113.032** | **(534.843)** |
| **Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **60.731** | **(471.895)** | **67.239** | **(467.665)** |
| Caixa decorrente de incorporação | - | 100.205 | - | 100.205 |
| Caixa decorrente da consolidação | - | 110.499 | - | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 363.541 | 624.732 | 257.272 | 624.732 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício** | **424.272** | **363.541** | **324.511** | **257.272** |

### Demonstração de Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | Consolidado e Controladora | |
|---|---|---|
| | **31/12/2024** | **31/12/2023** |
| **Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício** | **54.671** | **(122.093)** |
| Ganho/(Perda) atuariais, líquido de impostos | 2.764 | (12.234) |
| **Resultado abrangente total do exercício** | **57.435** | **(134.327)** |

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

| | | Reserva de capital | | | Reserva de lucros | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Capital social** | **Incorporação reversa CSN Cimentos** | **Incentivo fiscal** | **Legal** | **Especial de dividendos** | **Incentivo fiscal** | **Dividendos adicionais propostos** | **Lucros/(Prejuízos) acumulados** | **Resultados abrangentes** | **Total do patrimônio líquido** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **3.755.805** | **-** | **-** | **45.724** | **648.744** | **-** | **2.816** | **-** | **7.794** | **4.460.883** |
| Prejuízo no exercício | - | - | - | - | - | - | - | (122.093) | - | (122.093) |
| Incorporação reversa CSN Cimentos | 2.300.489 | 154.186 | | - | - | - | - | (36.203) | | 2.418.472 |
| Constituição de reservas legal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.009) | (10.009) |
| Reservas de incentivos fiscais | - | - | 20.850 | - | - | - | - | 12.537 | - | 33.387 |
| Pagamento de dividendos conforme AGO 10/08/2023 | - | - | - | - | (222.680) | - | (2.816) | - | - | (225.496) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **6.056.294** | **154.186** | **20.850** | **45.724** | **426.064** | **-** | **-** | **(145.759)** | **(2.215)** | **6.555.144** |
| Movimentações | | | | | | | | | | |
| Transferência de reservas (nota 22.d) | - | - | (20.850) | - | - | 20.850 | - | - | - | - |
| Transferência de dividendos adicionais (nota 22.e) | - | - | - | - | (2.816) | - | - | 2.816 | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.764 | 2.764 |
| Destinação do exercício | | | | | | | | | | |
| Lucro no exercício | - | - | - | - | - | - | - | 54.671 | - | 54.671 |
| Absorção de prejuízo de exercícios anteriores | - | - | - | (45.724) | - | - | - | 45.724 | - | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **6.056.294** | **154.186** | **-** | **-** | **423.248** | **20.850** | **-** | **(42.548)** | **549** | **6.612.579** |

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

**1. Contexto Operacional:** A CSN Cimentos Brasil S.A., ("Companhia" ou "CSN Cimentos Brasil") é uma "Sociedade Anônima", anteriormente denominada LafargeHolcim (Brasil) S.A., domiciliada no Brasil, com sua sede localizada na Estrada Aterrado do Leme, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia apresenta plantas industriais, depósitos e filiais em grande parte do território nacional. As principais atividades da Companhia são: produção, indústria e o comércio geral de cimento, cal, argamassa, minerais e metais em geral e produtos complementares para a construção civil, *in natura.* A Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e os seus negócios já existentes. A unidade de produção de cimento localizada ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Há, ainda a exploração de calcário e dolomito na unidade de Arcos/MG para suprir as necessidades da siderurgia e da fábrica de cimento, bem como a produção de clínquer nessa mesma unidade. Em 31 de agosto de 2021, a incorporada CSN Cimentos S.A. ("CSN Cimentos") concluiu a aquisição do controle da Elizabeth Cimentos S.A. e da Elizabeth Mineração Ltda., com atuação na região Nordeste, em especial na Paraíba e em Pernambuco. Em 01 de maio de 2022, a Elizabeth Mineração foi incorporada pela CSN Cimentos. Em 9 de setembro de 2021, a CSN Cimentos celebrou o Agreement for the Sale and Purchase of the Shares in LafargeHolcim (Brasil) S.A., para a aquisição de 100% das ações de emissão da LafargeHolcim (Brasil) S.A. ("LafargeHolcim"). Em 06 de setembro de 2022 a aquisição da totalidade das ações de emissão da LafargeHolcim S.A. foi concluída, sendo alterado a denominação social da LafargeHolcim para "CSN Cimentos Brasil S.A.", que passou a ser controlada pela CSN Cimentos. As principais atividades da Companhia são: produção, indústria e o comércio geral de cimento, cal, argamassa, minerais e metais em geral e produtos complementares para a construção civil, *in natura* com plantas industriais, depósitos e filiais em grande parte do território nacional. Em 31 de agosto de 2023, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CSN Cimentos pela CSN Cimentos Brasil com a consequente transferência de todo o patrimônio, bens (móveis e imóveis), direitos e obrigações, conforme os termos do "Protocolo e Justificação da Incorporação da CSN Cimentos S.A. pela CSN Cimentos Brasil S.A.". Assim, a CSN Cimentos foi extinta, todas as suas ações foram canceladas e, em substituição, seus acionistas receberam ações da CSN Cimentos Brasil. Todas as atividades exercidas pela CSN Cimentos passaram a ser exercidas pela CSN Cimentos Brasil. O Laudo de Avaliação do patrimônio da CSN Cimentos foi elaborado com a data de 30 de junho de 2023, sendo base para a definição de um aumento de capital na CSN Cimentos Brasil no montante de R$2.383.276.

**Conselho de Administração**

**Benjamin Steinbruch** - Presidente
**Victoria Steinbruch** - Conselheira
**Helena Olímpia de Almeida Brennand Guerra** - Conselheira

**Diretoria**

**Marcelo Cunha Ribeiro -** Diretor Financeiro
**Luis Fernando Barbosa Martinez -** Diretor Comercial
**Juliana Cassilha Andrigueto Sitta**
Diretora de Recursos Humanos e Comunicação
**Eduardo Sales Ferreira -** Diretor sem designação específica

**Contador**

**Acyr Frauches Curty**
CRC SP - 267136/O-1

**As demonstrações financeiras foram auditadas pela Grant Thornton Brasil e encontram-se, na íntegra, à disposição dos acionistas no site do Jornal Monitor Mercantil.**

# EDF BRASIL HOLDING S.A.

**CNPJ 48.592.960/0001-14**

Em cumprimento às atribuições e em atendimento aos dispositivos legais e estatutários vigentes, os administradores da EDF BRASIL HOLDING S.A. apresentam as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos auditores independentes, referente ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2024 e 2023.
Rio de Janeiro, 31/03/2025

**Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)***
**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **Ativo** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 1.375.742 | 9.343 | 1.514.174 | 17.345 |
| Contas a receber | 6 | 30 | 137 | 1.099 | 3.678 |
| Partes relacionadas | 7 | 19.544 | 3.375 | 11.217 | 3.122 |
| Estoques-Almoxarifado | | - | - | 373 | 117 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | - | 67 | - | 351 |
| Impostos a recuperar | | 9.983 | - | 11.000 | 123 |
| Outros Créditos | | 183 | 685 | 841 | 982 |
| **Total do circulante** | | **1.405.482** | **13.607** | **1.538.704** | **25.718** |
| Ativo de contrato | 8 | - | - | 64.729 | - |
| Depósitos judiciais | 9 | - | - | 915 | - |
| Outros ativos não circulantes | | - | - | 22 | - |
| Investimentos | 10 | 540.503 | 450.911 | 488.054 | 440.146 |
| Imobilizado | 11 | 644 | 10 | 6.255 | 6.905 |
| Intangível | | - | - | 35 | 49 |
| **Total do não circulante** | | **541.147** | **450.921** | **560.010** | **447.100** |
| **Total do ativo** | | **1.946.629** | **464.528** | **2.098.714** | **472.818** |

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **Passivo** | | | | | |
| Contas a pagar e fornecedores | 12 | 1.759 | 859 | 13.384 | 5.091 |
| Fornecedores - Partes relacionadas | 12 | 26 | - | 993 | - |
| Folha de pagamento e Encargos | 13 | 12.155 | 7.239 | 17.113 | 10.952 |
| PIS e COFINS a recolher | | - | 17 | - | 372 |
| Dividendos | 18e | 8.957 | - | 8.957 | - |
| IR/CS a recolher | | 20 | - | 393 | 4 |
| Outros passivos | | - | 16 | - | 2 |
| **Total do circulante** | | **22.917** | **8.131** | **40.840** | **16.421** |
| Provisões para processos judiciais | 14 | - | - | 317 | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 15 | 1.050.222 | - | 1.050.222 | - |
| Debêntures | 16 | - | - | 129.489 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 17 | - | - | 1.994 | - |
| PIS e COFINS Diferidos | 17 | - | - | 2.362 | - |
| **Total do não circulante** | | **1.050.222** | **-** | **1.184.384** | **-** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital social | 18a | 844.732 | 479.510 | 844.732 | 479.510 |
| Reserva legal | 18c | 1.886 | - | 1.886 | - |
| Reserva de retenção de lucros | 18d | 26.872 | - | 26.872 | - |
| Prejuízos acumulados | | | - (23.113) | | - (23.113) |
| **Total do patrimônio líquido** | | **873.490** | **456.397** | **873.490** | **456.397** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.946.629** | **464.528** | **2.098.714** | **472.818** |

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

| | Capital Social | Reserva de Lucros: Legal | Reserva de Lucros: Reserva de retenção de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **10** | **-** | **-** | **-** | **10** |
| Subscrição de Capital | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital por transferência de investimento | 479.500 | - | - | - | **479.500** |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | (23.113) | **(23.113)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **479.510** | **-** | **-** | **(23.113)** | **456.397** |
| Aumento de capital por aporte | 365.222 | - | - | - | **365.222** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 60.828 | **60.828** |
| **Destinação do lucro líquido do exercício:** | | | | | |
| Reserva legal (NE 18 (c)) | - | 1.886 | - | (1.886) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios (NE 18 (e)) | - | - | - | (8.957) | (8.957) |
| Transferência para reserva de retenção de lucros (NE 18 (d)) | - | - | 26.872 | (26.872) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **844.732** | **1.886** | **26.872** | **-** | **873.490** |

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receita Líquida | 19 | 166 | 118 | 55.481 | 16.841 |
| Custos | 20 | (13) | - | (39.602) | (11.305) |
| **Lucro Bruto** | | **153** | **118** | **15.879** | **5.536** |
| Despesas Gerais e Administrativas | 21 | (3.356) | (2.375) | (12.106) | (4.602) |
| **Lucro Operacional** | | **(3.203)** | **(2.257)** | **3.773** | **934** |
| Despesas Financeiras | 22 | (62.370) | (21) | (63.231) | (71) |
| Receitas Financeiras | 22 | 67.381 | 264 | 68.523 | 736 |
| **Lucro antes da participação societária e impostos** | | **1.808** | **(2.014)** | **9.065** | **1.599** |
| Equivalência Patrimonial | 10 | 31.190 | (21.099) | 25.925 | (23.903) |
| Reversão para perda em investimento | 10 | 28.140 | - | 28.140 | - |
| **Lucro antes dos impostos** | | **61.138** | **(23.113)** | **63.130** | **(22.304)** |
| Impostos de renda e contribuição social corrente | | (310) | - | (1.872) | (808) |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos | | - | - | (430) | - |
| **Lucro (prejuízo) líquido do exercício** | | **60.828** | **(23.113)** | **60.828** | **(23.113)** |

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora 2024 | Controladora 2023 | Consolidado 2024 | Consolidado 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Lucro (Prejuízo) líquido do exercício** | | 60.828 | (23.113) | 60.828 | (23.113) |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - |
| **Resultado abrangente total do exercício** | | **60.828** | **(23.113)** | **60.828** | **(23.113)** |

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **Fluxo de caixa das atividades Operacionais** | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | | 60.828 | (23.113) | 60.828 | (23.113) |
| **Ajustes para: Lucro (Prejuízo) líquido do exercício** | | | | | |
| Depreciação e amortização | 11 | 14 | 1 | 1.551 | 443 |
| Impostos de renda e contribuição social corrente | | 310 | - | 1.872 | 808 |
| Baixa de imobilizado | 11 | - | - | 242 | 102 |
| Equivalência patrimonial | 10 | (31.190) | 21.089 | (25.925) | 23.903 |
| Reversão para perdas em investimentos | 10 | (28.140) | - | (28.140) | - |
| Provisão de contingências | 14 | - | - | 317 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 17 | - | - | 430 | - |
| PIS e COFINS diferidos | 17 | - | - | 509 | - |
| Provisão de juros sobre empréstimos | 15 | 50.222 | - | 50.222 | - |
| Juros, variações monetárias sobre debêntures | | - | - | 454 | - |
| Encargos sobre debêntures | | - | - | 24 | - |
| Receita de construção | | - | - | (12.905) | - |
| Remuneração de ativo de contrato | | - | - | (394) | - |
| Ajuste do fluxo do ativo de contrato | | - | - | (660) | - |
| | | **52.044** | **(2.023)** | **48.425** | **2.143** |
| **Redução (aumento) nos ativos operacionais:** | | | | | |
| Incorporação do PL da investida | | - | - | - | 7.951 |
| Contas a receber | 6 | 107 | (137) | 2.579 | (3.678) |
| Partes relacionadas | 7 | (2.112) | (3.375) | (1.938) | (3.172) |
| Estoques-Almoxarifado | | - | - | (256) | (117) |
| Ativo de contrato | | - | - | 11.544 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 67 | (67) | 351 | (351) |
| Impostos a recuperar | | (9.983) | - | (9.907) | (123) |
| Depósitos judiciais | 9 | - | - | (915) | - |
| Outros Créditos | | 502 | (685) | 148 | (982) |
| **Aumento (redução) nos passivos operacionais:** | | | | | |
| Contas a pagar e fornecedores | 12 | 900 | 859 | (1.981) | 5.091 |
| Folha de pagamento e encargos | 13 | 4.916 | 7.239 | 6.161 | 10.952 |
| PIS e COFINS a recolher | | (17) | 17 | (372) | 372 |
| Fornecedores - Partes relacionadas | 12 | 26 | - | 993 | - |
| Outros passivos | | (16) | 16 | (19) | 6 |
| | | **(5.610)** | **3.867** | **6.388** | **15.949** |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | | **46.434** | **1.844** | **54.813** | **18.092** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (290) | - | (1.687) | (70) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | | **46.144** | **1.844** | **53.126** | **18.022** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | 11 | (648) | (11) | (1.129) | (669) |
| Aporte de capital - EDF Brasil Hidro Participações | 10 | (10) | - | - | - |
| Aquisição de Ações - OITI | 10 | (44.309) | - | (44.309) | - |
| Incorporação de caixa da investida | | - | - | 123.919 | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **(44.967)** | **(11)** | **78.481** | **(669)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | | |
| Recebimento de dividendos - EDF Serviços | | - | 7.500 | - | - |
| Captação de empréstimos | 15 | 1.000.000 | - | 1.000.000 | - |
| Aumento de capital por Subscrição | 18a | 365.222 | - | 365.222 | - |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | | **1.365.222** | **7.500** | **1.365.222** | **-** |
| **Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa** | | **1.366.399** | **9.333** | **1.496.829** | **17.335** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 5 | 9.343 | 10 | 17.345 | 10 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 5 | 1.375.742 | 9.343 | 1.514.174 | 17.345 |
| **Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa** | | **1.366.399** | **9.333** | **1.496.829** | **17.335** |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

**1. A Companhia e suas operações:** A EDF Brasil Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora") foi criada em 3 de novembro de 2022, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação no capital social de outras sociedades, simples ou empresárias, bem como em empreendimentos ou consórcios, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, no país ou no exterior, ou a elas associar-se; a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de ativos de geração e transmissão de energia elétrica; a comercialização da energia oriunda de tais ativos de geração; a prestação de serviços técnicos relacionados a projetos, construção, instalação, operação e exploração de ativos de geração e transmissão de energia elétrica para outras sociedades ou empresas, tanto no Brasil como no exterior; e a celebração de atos de comércio relacionados às atividades definidas nas alíneas anteriores. A acionista majoritária com 99,99% das ações ordinárias é a EDF Internationale S.A.S. Em 22 de junho de 2023, as ações pertencentes a EDF Norte Fluminense S.A. da empresa Rio Transmissão de Energia S.A. (5.000 ações), foram transferidas para a EDF Brasil Holding, no valor de R$ 5. Em 29 de junho de 2023, as ações pertencentes a EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. ("EDF Serviços") da empresa Rio Transmissão de Energia S.A. (5.000 ações), foram transferidas para a EDF Brasil Holding, no montante de R$ 5. Em 21 de setembro de 2023, as ações pertencentes a EDF Norte Fluminense S.A. da empresa Companhia Energética SINOP S.A. ("SINOP") (1.139.409.589 ações), foram transferidas para a EDF Brasil Holding no montante líquido de R$ 464.049. Em 21 de setembro de 2023, a Companhia recebeu em transferência das ações da investida EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. ("EDF Serviços"), com base nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de agosto de 2023, no montante de R$ 15.451 (15.451.001 ações). Em 18 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu R$ 7.500 em dividendos reduzindo seu investimento para R$ 7.951 em 31 de dezembro de 2023. Em 18 de abril de 2024, a Companhia constituiu uma sociedade por ações denominada EDF Brasil Hidro Participações S.A., por meio de subscrição de capital particular de R$ 10.000 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu por transferência da EDF Norte Fluminense, as ações da investida EDF Oiti Transmissora S.A. ("EDF Oiti"), com base nas demonstrações financeiras encerradas em 27 de dezembro de 2024, no montante de R$ 44.309 (quarenta e quatro milhões e trezentos e nove mil) pela totalidade das ações emitidas pela Companhia ("Preço de Transferência").

**1.1. Relação de entidades investidas:**

| Subsidiárias controladas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. ("EDF Serviços") | 100% | 100% |
| Rio Transmissão de Energia S.A. | 100% | 100% |
| EDF Brasil Hidro Participação S.A. | 100% | 100% |
| EDF Oiti Transmissora S.A. | 100% | - |
| **Subsidiária controlada em conjunto** | **31/12/2024** | **31/12/2023** |
| Companhia Energética SINOP S.A. ("SINOP") | 51% | 51% |

**1.2. Gestão de riscos:** A Companhia é uma holding de investimentos em ativos do setor de energia, está exposta a uma série de riscos devido à complexidade das operações, aos mercados regulados e a riscos que podem impactar a rentabilidade, a segurança financeira e o crescimento sustentável do seu portfólio. O gerenciamento de riscos é um pilar essencial da estratégia da Companhia, com foco em antecipar e mitigar impactos adversos, garantindo a valorização de seus ativos e a maximização do retorno aos acionistas. Para isso, foram estabelecidas políticas e diretrizes estratégicas, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam: Otimizar a alocação de capital para manter um portfólio equilibrado e resiliente diante das dinâmicas do mercado de energia; Assegurar liquidez e solidez financeira, garantindo a rentabilidade dos investimentos e a sustentabilidade do crescimento; Gerenciar riscos financeiros, regulatórios e operacionais, minimizando impactos sobre os resultados e garantindo a previsibilidade dos fluxos de caixa. Com um monitoramento contínuo dos riscos e uma abordagem estratégica para gestão de seus investimentos, a Companhia busca consolidar sua posição como um player relevante no setor de energia elétrica. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são: ***a. Riscos de crédito:*** Como holding de investimentos no setor de energia elétrica, a Companhia está exposta ao risco de crédito relacionado tanto aos seus clientes quanto às instituições financeiras com as quais opera. Esse risco decorre da possibilidade de inadimplência em contratos comerciais e da eventual incapacidade de instituições financeiras honrarem valores investidos, depositados ou garantidos. Para mitigar esses riscos e preservar a segurança financeira de seu portfólio, a Companhia adota uma abordagem estratégica baseada em: • Monitoramento contínuo do risco de contraparte, com avaliações trimestrais para garantir a solidez financeira dos clientes e instituições financeiras envolvidas em suas operações; • Diversificação de exposição bancária, evitando a concentração de recursos em uma única instituição financeira e reduzindo riscos sistêmicos; • Análises criteriosas de contraparte e background checo, assegurando a idoneidade de parceiros comerciais e financeiros antes do estabelecimento de relações contratuais. Essas medidas fazem parte da estratégia da Companhia para proteger sua liquidez, garantir previsibilidade nos fluxos de caixa e preservar a rentabilidade dos investimentos no mercado de energia elétrica. ***b. Risco Regulatórios:*** O setor de energia é altamente regulado, e mudanças nas regulamentações ou nas políticas governamentais podem impactar diretamente a operação da Companhia. Isso inclui ajustes tarifários, novas exigências ambientais ou alterações nas concessões. Para mitigar esse risco, a Companhia acompanha de perto as mudanças regulatórias e adapta suas operações conforme necessário, mantendo um relacionamento constante com as autoridades reguladoras para garantir a conformidade e minimizar impactos adversos. ***c. Risco de Liquidez:*** A holding está exposta ao risco de não conseguir levantar recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras. Para mitigar esse risco, a Companhia possui uma gestão eficaz de fluxo de caixa, monitorando continuamente as necessidades de captação e os prazos de pagamento. A Companhia também mantém uma estrutura de endividamento balanceada e realiza projeções financeiras rigorosas para garantir que seus fluxos de caixa sejam adequados para cobrir as obrigações financeiras. ***d. Risco de Desvalorização de Ativos:*** A holding pode estar exposta ao risco de desvalorização de seus ativos, seja por obsolescência tecnológica, deterioração dos equipamentos ou mudanças no valor de mercado de suas usinas. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza avaliações periódicas de seus ativos e investe continuamente na manutenção e modernização de seus equipamentos, garantindo que suas operações se mantenham eficientes e competitivas no mercado. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais critérios contábeis: 2.1 Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. O Conselho de administração, em reunião realizada em 28 de março de 2025 autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e no encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.4 Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.5 Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas nos exercícios em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes estão incluídas nas notas explicativas: **Nota Explicativa nº 8 –** Ativo de contrato. **Nota Explicativa nº 10** - Investimento análise da redução do valor recuperável dos ativos. **Nota Explicativa nº 14 –** Provisão para processos judiciais. **Nota Explicativa nº 17 –** Imposto de renda e contribuição social diferidos. **3. Sumário das políticas contábeis materiais:** A administração aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As políticas contábeis materiais estão descritas em detalhes abaixo: **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, com prazo de vencimento de até três meses e com resgate em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor justo. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **(b) Ativo de contrato:** O Ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que a Companhia passa a ter direito incondicional ao recebimento. O valor do Ativo de contrato é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita de 9,77% a.a. que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. **(c) Reconhecimento e mensuração da receita:** As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47. A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo: **(d) Receita de construção:** A obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade definida pelo fluxo do ativo contratual aprovado no leilão pelo poder concedente. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos no resultado como ajustes de receita. **(e) Receita de remuneração:** Refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. **(f) Receita de operação e manutenção:** O seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pelo fluxo do ativo contratual aprovado no leilão pelo poder concedente. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. As receitas de construção e remuneração do Ativo de contrato estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante. **(g) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. **(h) Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros registrados ao custo amortizado e passivos financeiros registrados subsequentemente ao custo amortizado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio de resultado. **(j) Investimento em controlada em conjunto:** Nas demonstrações financeiras da Companhia as informações financeiras referentes à entidade controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28) utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seu investimento em controlada em conjunto, o valor do patrimônio líquido da investida com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia, inclusive quanto a avaliação de *impairment*. **Base de Consolidação:** ***Controladas:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(k) Imobilizado:** Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e são submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), quando existem indícios de possível perda de valor. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil ou à autorização, dos dois o menor, estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. ***i. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado:*** A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis da unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. De acordo com a avaliação da Companhia, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis da sua unidade geradora de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados por meio de suas operações futuras. **(l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. ***(i) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(m) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. ***i. Provisões para contingências:*** Uma provisão para contingência é reconhecida nos casos em que a probabilidade de perda é considerada provável, no caso da provisão ter uma probabilidade de perda possível existe a divulgação em nota explicativa, para os casos de perda remota é dispensada a apresentação de nota explicativa. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As avaliações são revisadas mensalmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais ou menores identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(n) Contas a pagar e fornecedores:** As obrigações sujeitas à atualização monetária e/ou cambial por força da legislação ou cláusulas contratuais foram efetuadas com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data do balanço. **(o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(p) Tributação de PIS e COFINS:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº

# EDF BRASIL HOLDING S.A.

**CNPJ 48.592.960/0001-14**

3.b. A investida EDF Oiti aderiu ao regime tributário lucro presumido a partir de janeiro de 2023, ajustando o seu saldo dos ativos da concessão para uma alíquota de 3,65%. **(q) Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e no ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a títulos de dividendos. De acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Desse modo, no encerramento do exercício social, caso a Companhia tenha apurado lucro no exercício após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício e registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório na rubrica dos dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido. No balanço os dividendos do ano se somam aos determinados nos anos precedentes e ainda não distribuídos. **(r) Receita operacional e contas a receber:** Refere-se principalmente a receita de serviços de gerenciamento e manutenção prestados pela empresa controlada EDF Norte Fluminense Serviços, com base no contrato de prestação de serviços de O&M, e receitas de construção e remuneração na fase de construção da linha de transmissão da empresa EDF Oiti. **(s) Receitas e despesas financeiras:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. **4. Nova norma contábil e interpretação ainda não efetiva:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia e suas controladas ainda não adotaram a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras. **a) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. Está em análise também o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

| Norma | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|---|---|---|
| CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis | IFRS 18 | 01.01.2027 |

**b) Outras Normas Contábeis**

| Norma | Correlação IFRS / IAS | Vigência a partir de |
|---|---|---|
| Instrumentos Financeiros | IFRS 9 e IFRS 7 | 01.01.2025 |

Não se espera que as normas novas e alteradas acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

**Caixa e Equivalentes de caixa**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Caixa e Bancos | 52 | 9.343 | 122 | 9.396 |
| Fundos de Investimentos (i) | 1.375.690 | - | 1.514.052 | 7.949 |
| **Total** | **1.375.742** | **9.343** | **1.514.174** | **17.345** |

(i) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de uma média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no valor de R$ 68.518 em 2024 (97% a 107% do CDI em 2024). No ano de 2023, as receita decorrentes de aplicações financeiras em fundo de investimento à variação média de 100% do CDI no valor de R$ 736. ( 97% a 103% do CDI em 2023). Os fundos de investimentos *são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor*, e *são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.* **6. Contas a receber:** A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação da Provisão para perda de crédito esperada (PCE), não tendo sido necessário provisões sobre os créditos existentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

| | Saldos vincendos | Controladora 31/12/2024 | Controladora 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Companhia Energética Sinop (a) | 30 | 30 | 137 | 62 | 2.159 |
| Marlim Azul (a) | - | - | - | 1.037 | 1.519 |
| | **30** | **30** | **137** | **1.099** | **3.678** |

(a) Representa o valor a receber referente aos serviços de operação e manutenção da usina. Os valores a receber tem vencimento não superior a 30 dias e não há valores em atraso.

**7. Partes relacionadas**

**I - Ativo e resultado**

**Principais informações sobre transações com partes relacionadas**

| | CONTROLADORA | | | | CONSOLIDADO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Resultado | | Ativo | | Resultado | |
| **Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte** | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Partes relacionadas x Compartilhamento de custos e despesas intragrupo - EDF Norte Fluminense S.A | 5.060 | 3.122 | 32.128 | 25.313 | 5.060 | 3.122 | 32.128 | 25.313 |
| Partes relacionadas x Compartilhamento de custos e despesas intragrupo - EDF NF Serviços | 427 | 253 | 3.787 | 2.720 | - | - | - | - |
| | **5.487** | **3.375** | **35.915** | **28.033** | **5.060** | **3.122** | **32.128** | **25.313** |

**II - Dividendos e JCP a receber controladora**

| | 31/12/2023 | | | Adição | | Recebimento | | 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dividendos e JCP a receber** | Dividendos | JCP | Total | Dividendos | JCP | Dividendos | JCP | Dividendos | JCP | Total |
| Partes relacionadas x Dividendos - EDF NF Serviços | - | - | - | 7.900 | - | - | - | 7.900 | - | 7.900 |
| Partes relacionadas x Dividendos - Companhia Energética Sinop | - | - | - | 6.157 | - | - | - | 6.157 | - | 6.157 |
| | **-** | **-** | **-** | **14.057** | **-** | **-** | **-** | **14.057** | **-** | **14.057** |

**III - Dividendos e JCP a receber consolidado**

| | 31/12/2023 | | | Adição | | Recebimento | | 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dividendos e JCP a receber** | Dividendos | JCP | Total | Dividendos | JCP | Dividendos | JCP | Dividendos | JCP | Total |
| Partes relacionadas x Dividendos - Companhia Energética Sinop | - | - | - | 6.157 | - | - | - | 6.157 | - | 6.157 |
| | **-** | **-** | **-** | **6.157** | **-** | **-** | **-** | **6.157** | **-** | **6.157** |

Dividendos de R$ 7.900 referente ao resultado da EDF NF Serviços de 2023, e dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R$ 6.157, referente ao resultado de 2024 da Companhia Energética SINOP.

**8. Ativo de contrato: Consolidado:**

| | |
|---|---|
| **Ativo de contrato em 31/12/2023** | **-** |
| Adição em 27/12/2024 (i) | 50.770 |
| Receita de construção | 12.905 |
| Remuneração dos ativos de concessão | 394 |
| Ajuste no fluxo do ativo de contrato | 660 |
| **Ativo de contrato em 31/12/2024** | **64.729** |

(i) Ativo de contrato da EDF Oiti Transmissora S.A. (notas explicativas 1 e 10)

**9. Depósitos judiciais:** A EDF OITI Transmissora S.A. efetuou depósitos em juízo no montante de R$ 915 em 2023, referente aos processos de desapropriações para a aquisição de área destinada à instalação da Subestação 345/138 kV Porto do Açu e seus ramais de transmissão, localizada no município de São João da Barra/RJ, conforme os processos nº 0802082-98.2023.8.19.0053 e nº 0802083-83.2023.8.19.0053. No entanto, após avaliação, a empresa decidiu desistir das ações judiciais, pois o local foi considerado inadequado para a instalação da subestação, em razão das características do terreno. A desistência foi formalizada nos processos judiciais mencionados. Com isso, a EDF OITI Transmissora S.A. aguarda a restituição dos valores depositados em juízo.

**10. Investimentos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| **Saldo Inicial** | **450.911** | **-** | **440.146** | **-** |
| Equivalência patrimonial | 31.190 | (21.099) | 25.925 | (23.903) |
| Reversão(provisão) para perda em investimento | 28.140 | - | 28.140 | - |
| Transferência de controle (a) | - | 472.010 | - | 464.049 |
| Distribuição de Dividendos | (14.057) | - | (6.157) | - |
| Subscrição de capital Hidro (b) | 10 | - | - | - |
| Aquisição de Investimento Oiti (c) | 44.309 | - | - | - |
| **Total** | **540.503** | **450.911** | **488.054** | **440.146** |

(a) Em 21 de setembro de 2023, as ações pertencentes a EDF Norte Fluminense S.A. da empresa Companhia Energética SINOP S.A. ("SINOP") (1.139.409.589 ações) e EDF Serviços (15.451.000 ações), foram transferidas para a EDF Brasil Holding. (b) Em abril de 2024, esse investimento foi constituído pela EDF Brasil Holding por meio de subscrição de capital particular de R$ 10 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. (c) Em dezembro de 2024, a Companhia recebeu por transferência as ações da investida EDF Oiti Transmissora S.A. ("EDF Oiti"), com base nas demonstrações financeiras encerradas em 27 de dezembro de 2024, no montante de R$ 44.309 (quarenta e quatro milhões e trezentos e nove mil) pela totalidade das ações adquiridas pela Companhia ("Preço de Transferência").

**Mutação do investimento**

**Controladora**

| | 31/12/22 | Transferência / capitalização (i) | Dividendos (ii) | Equivalência Patrimonial (iii) | Reversão para perdas (iv) | 31/12/23 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **EDF NF Serviços** | **-** | 15.451 | (7.500) | 2.804 | - | **10.755** |
| **EDF Rio Transmissora** | **-** | 10 | - | - | - | **10** |
| **Sinop** | **-** | 464.049 | - | (23.903) | - | **440.146** |
| | **-** | **479.510** | **(7.500)** | **(21.099)** | **-** | **450.911** |

| | 31/12/23 | Transferência / capitalização (i) | Dividendos (ii) | Equivalência Patrimonial (iii) | Reversão para perdas (iv) | 31/12/24 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **EDF NF Serviços** | **10.755** | - | (7.900) | 3.654 | - | **6.509** |
| **EDF Rio Transmissora** | **10** | - | - | - | - | **10** |
| **EDF Hidro** | **-** | 10 | - | - | - | **10** |
| **EDF Oiti** | **-** | 44.309 | - | 1.611 | - | **45.920** |
| **Sinop** | **440.146** | - | (6.157) | 25.925 | 28.140 | **488.054** |
| | **450.911** | **44.319** | **(14.057)** | **31.190** | **28.140** | **540.502** |

(i) **Aquisição de participação**: Em 18 de abril de 2024, a EDF Brasil Holding integralizou 10.000 ações na empresa EDF Hidro Participações S.A., e em 27 de dezembro de 2024 teve a transferência das ações pertencentes a EDF Norte Fluminense S.A. da empresa EDF OITI Transmissora S.A ("OITI") (40.000 ações). (ii) **Dividendos:** Dividendos a receber conforme deliberado na Ata da Assembleia Geral da EDF Serviços realizada em 30 de abril de 2024. (iii) **Equivalência patrimonial:** Valor da participação proporcional da Companhia no lucro das investidas, reconhecido no resultado da Companhia. (iv) **Reversão para perdas:** A Companhia avalia periodicamente a recuperabilidade de seus investimentos e, em 31 de dezembro de 2024, foi realizada uma reavaliação do investimento em Sinop, resultando em uma reversão parcial de impairment no valor de R$ 28.140 mil. **a. Quadro resumo com as principais informações financeiras das Investidas:**

| Sinop Energia | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | 233.073 | 210.141 |
| Ativo não circulante | 2.706.051 | 2.706.715 |
| | **2.939.124** | **2.916.856** |
| Passivo circulante | 182.707 | 143.063 |
| Passivo não circulante | 1.413.414 | 1.469.552 |
| Patrimônio Líquido | 1.343.003 | 1.304.241 |
| | **2.939.124** | **2.916.856** |

| Demonstração de Resultado | 31/12/2024 | 01/09/2023 até 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 50.833 | (46.908) |

| EDF Serviços | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | 16.810 | 12.363 |
| Ativo não circulante | 5.646 | 6.944 |
| | **22.456** | **19.307** |
| Passivo circulante | 15.630 | 8.476 |
| Passivo não circulante | 317 | - |
| Patrimônio Líquido | 6.509 | 10.831 |
| | **22.456** | **19.307** |

| Demonstração de Resultado | 31/12/2024 | 01/09/2023 até 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 3.655 | 2.804 |

| EDF Rio Transmissão | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | 10 | 10 |
| Ativo não circulante | - | - |
| | **10** | **10** |
| Passivo circulante | - | - |
| Passivo não circulante | - | - |
| Patrimônio Líquido | 10 | 10 |
| | **10** | **10** |

| Demonstração de Resultado | 31/12/2024 | 01/09/2023 até 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | - | - |

| EDF Hidro | 31/12/2024 |
|---|---|
| Ativo Circulante | 10 |
| Ativo não circulante | - |
| | **10** |
| Passivo circulante | - |
| Passivo não circulante | - |
| Patrimônio Líquido | 10 |
| | **10** |

| Demonstração de Resultado | 18/04/2024 até 31/12/2024 |
|---|---|
| Lucro líquido do exercício | - |

| EDF Oiti | 31/12/2024 |
|---|---|
| Ativo Circulante | 124.722 |
| Ativo não circulante | 65.665 |
| | **190.387** |
| Passivo circulante | 10.621 |
| Passivo não circulante | 133.845 |
| Patrimônio Líquido | 45.921 |
| | **190.387** |

| Demonstração de Resultado | 28/12/2024 até 31/12/2024 |
|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **1.611** |

**11. Ativo Imobilizado: 11.a Composição do saldo:**

**Controladora**

| | | 31/12/2023 | | | 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Composição do saldo** | Taxa de depreciação anual % | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Residual | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Residual |
| Maquinário e equipamento | 8 | 10 | - | 10 | 11 | (2) | 9 |
| Bens de informática | 20 | - | - | - | 621 | (11) | 610 |
| Outros | 10 | - | - | - | 26 | (1) | 25 |
| **TOTAL** | | **10** | **-** | **10** | **658** | **(14)** | **644** |

**Consolidado**

| | | 31/12/2023 | | | 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Composição do saldo** | Taxa de depreciação anual % | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Residual | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Residual |
| Maquinário e equipamento | 8 | 3.765 | (491) | 3.274 | 3.766 | (809) | 2.957 |
| Veículos | 20 | 2.152 | (598) | 1.554 | 2.219 | (1.071) | 1.148 |
| Bens de informática | 20 | 3.042 | (978) | 2.064 | 3.835 | (1.724) | 2.111 |
| Outros | 10 | 13 | - | 13 | 40 | (1) | 39 |
| **TOTAL** | | **8.972** | **(2.067)** | **6.905** | **9.860** | **(3.605)** | **6.255** |

**11.b Movimentação:**

**Controladora**

| Mutação do imobilizado | Maquinários e equipamentos | Equipamentos de informática | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2022** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Adições | 10 | - | - | **-** |
| **Saldo em 31/12/2023** | **10** | **-** | **-** | **-** |
| Adições | 1 | 621 | 26 | **648** |
| Depreciação | (2) | (11) | (1) | **(14)** |
| **Saldo em 31/12/2024** | **9** | **610** | **25** | **644** |

**Consolidado**

| | Maquinários e equipamentos | Equipamentos de informática | Veículos | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2022** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Itens transferidos em 31/08/2023 | 3.755 | 2.631 | 2.007 | 13 | **8.406** |
| Adições | 10 | 413 | 245 | - | **668** |
| Baixas | - | (2) | (100) | - | **(102)** |
| Itens transferidos em 31/08/2023 (depreciação) | (387) | (752) | (486) | - | **(1.825)** |
| Depreciação | (104) | (226) | (185) | - | **(515)** |
| Baixa de depreciação | - | - | 73 | - | **73** |
| **Saldo em 31/12/2023** | **3.274** | **2.064** | **1.554** | **13** | **6.905** |
| Adições | - | 796 | 306 | 27 | **1.129** |
| Baixas | - | (3) | (239) | - | **(242)** |
| Depreciação | (317) | (746) | (615) | (1) | **(1.679)** |
| Baixas de depreciação | - | - | 142 | - | **142** |
| **Saldo em 31/12/2024** | **2.957** | **2.111** | **1.148** | **39** | **6.255** |

**12. Contas a pagar e fornecedores:**

**CONTROLADORA**

| | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Suprimentos de Gás e energia | - | - | 28 | - |
| Outros | 1.759 | - | 354 | - |
| **Contas a pagar e fornecedores** | **1.759** | **-** | **382** | **-** |
| Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. | 24 | - | 477 | - |
| EDF Oiti Transmissora S.A. | 2 | - | - | - |
| **Fornecedores – Partes Relacionadas** | **26** | **-** | **477** | **-** |
| | **1.785** | **-** | **859** | **-** |

**CONSOLIDADO**

| | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Suprimentos de Gás e energia | - | - | 28 | - |
| Outros | 13.384 | - | 2.366 | - |
| **Contas a pagar e fornecedores** | **13.384** | **-** | **2.394** | **-** |
| Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. | 777 | - | 2.697 | - |
| EDF Internacional | 216 | - | - | - |
| **Fornecedores – Partes Relacionadas** | **993** | **-** | **2.697** | **-** |
| | **14.377** | **-** | **5.091** | **-** |

**13. Folha de pagamento e encargos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Salário e Encargos | 7.426 | 4.607 | 10.857 | 6.484 |
| Férias | 2.002 | 2.228 | 3.047 | 3.588 |
| Outros | 2.727 | 404 | 3.209 | 880 |
| | **12.155** | **7.239** | **17.113** | **10.952** |

**14. Provisões para processos judiciais:**

**CONSOLIDADO**

| | Provisões Trabalhistas |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **-** |
| Adições e reversões, líquido | - |
| Liquidação de processo | - |
| Atualização monetária | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **-** |
| Adições e reversões, líquido | 317 |
| Liquidação de processo | - |
| Atualização monetária | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **317** |

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. **a. Classificadas como perda provável:** ***Trabalhista:*** As ações trabalhistas da controlada EDF Serviços referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade trabalhistas com ex-funcionários e terceiros no montante de R$ 317 em 2024 (R$ 0 em 2023). **b. Classificadas como perda possível:** ***Trabalhista:*** As ações trabalhistas da Companhia e da controlada EDF Serviços referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade trabalhistas com ex-funcionários e terceiros no montante de R$ 1.346 em 2024 (R$ 741 em 2023).

**15. Empréstimos e Financiamentos:**

| Em milhares de Reais | Controladora 2024 | Controladora 2023 |
|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | |
| Empréstimo de parte relacionada | - | - |
| | - | - |
| **Passivo não circulante** | | |
| Empréstimo de parte relacionada | 1.050.222 | - |
| **Total** | **1.050.222** | **-** |

Em 27 de julho de 2024, foi formalizado entre a EDF International SAS e a EDF Brasil Holding S.A. um contrato de empréstimo de acionista no montante de R$ 1.000.000, com as seguintes condições principais: a. O empréstimo concedido estará sujeito a juros de 13,13% ao ano, com um adicional de 1% ao ano sobre o valor convertido em aumento de capital, totalizando 14,13% ao ano. Esses juros serão calculados e pagos proporcionalmente, com base na data de vencimento acordada e nas opções de pagamento estabelecidas no contrato, podendo ser pagos em dinheiro ou através de aumento de capital da empresa. b. Condições de Pagamento: O pagamento do empréstimo, com todos os juros acumulados, deverá ser realizado até 12 de julho de 2026 (Data de Vencimento), podendo ser realizado em dinheiro ou por meio da compensação de dívidas com a emissão de novas ações da EDF Brasil Holding, conforme decidido em Assembleia Geral de Acionistas. c. Conversão do Empréstimo em Capital Social: Caso a opção de conversão do empréstimo em capital social seja escolhida, será realizado um aumento de capital da EDF Brasil Holding, com a participação da EDF Internacional S.A.S proporcionalmente à sua participação acionária. Esse aumento de capital poderá ser ajustado conforme necessário, e qualquer saldo remanescente não compensado será pago em dinheiro.

**15.a Termos e cronograma de amortização da dívida:**

| | | Captação | | | Encargos Financeiros | 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Financiador** | **Moeda** | **Data da Assinatura** | **Valor contratado** | **recebido** | **Vencimento Final** | **Anuais** | **Principal** | **Juros** | **Total** | **Principal** | **Juros** | **Total** |
| EDF Internacional S.A.S. | R$ | 23/07/2024 | 1.000.000 | | 12/07/2026 | 13.13% + 1% | 1.000.000 | 50.222 | 1.050.222 | - | - | - |
| **Controladora e Consolidado** | | | | | | | **1.000.000** | **50.222** | **1.050.222** | **-** | **-** | **-** |
| **Circulante** | | | | | | | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Não Circulante** | | | | | | | **1.000.000** | **50.222** | **1.050.222** | **-** | **-** | **-** |

**15.b Movimentação dos empréstimos e financiamentos:**

| Movimentação dos empréstimos e financiamentos | Controladora 31/12/2024 | Controladora 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo Inicial** | - | - | - | - |
| (+) Nova cap tação | 1.000.000 | - | 1.000.000 | - |
| (+) Juros | 50.222 | - | 50.222 | - |
| (-) Amortização de principal | - | - | - | - |
| (-) Juros pagos | - | - | - | - |
| Saldo final | **1.050.222** | - | **1.050.222** | - |

**16. Debêntures:**

| | | | | | 31/12/2024 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Emissor** | **Quantidades** | **Eventos de Pagamentos** | **Remuneração** | **Emissão Vencimento** | **Custo a Apropriar** | **Principal** | **Juros e variações monetárias** | **Total** |
| Oliveira Trust | 128.000.000 | Amortizações semestrais e consecutivas em 46 parcelas, com primeira parcela em 16 de novembro de 2026. | IPCA + 6,8209% | 15/04/2024 16/05/2049 | (6.925) | 128.000 | 8.414 | 129.489 |
| | | | | | - | - | - | - |
| **Consolidado** | | | | | **(6.925)** | **128.000** | **8.414** | **129.489** |
| **Circulante** | | | | | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Não Circulante** | | | | | **(6.925)** | **128.000** | **8.414** | **129.489** |

a. Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 15 de abril de 2024 no valor total de R$ 128.000. Recursos utilizados para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura da implantação de uma subestação e uma linha de transmissão. Amortizações semestrais e consecutivas em 46 parcelas, com primeira parcela em 16 de novembro de 2026. b. Em abril de 2024, a Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento de índice financeiro anual a partir do completion, previsto para 2026 quando tem data de entrada em operação e recebimento de RAP prevista, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como: (i) Mudanças na Estrutura Societária: Qualquer alteração significativa na estrutura societária da Companhia, não prevista na escritura de emissão das debêntures, requer a anuência prévia dos debenturistas. (ii) Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio das debêntures devem ser aplicados conforme as finalidades especificadas na escritura de emissão. Qualquer desvio na destinação desses recursos deve ser comunicado aos debenturistas e, se necessário, divulgado como fato relevante. (iii) Distribuição de Dividendos: A distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório está condicionada ao cumprimento de índices financeiros específicos, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2. (iv) Endividamento Adicional: A contratação de novos empréstimos ou financiamentos que possam elevar o nível de endividamento além dos limites estabelecidos nos contratos vigentes necessita de aprovação prévia dos credores. O não cumprimento de qualquer uma dessas cláusulas pode acarretar a exigibilidade antecipada das obrigações financeiras, conforme previsto na escritura. Conforme definido pelo contrato firmado entre as partes as cláusulas restritivas relacionada a índice financeiro, só entrarão em vigor a partir de 2026 com a entrada de operação (completion) da Companhia.

**16.a A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:**

| Movimentações das Debêntures | Consolidado 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **Saldo Inicial** | - | - |
| (+) Nova emissões | 128.000 | - |
| (+) Juros e variações monetárias incorridos | 8.414 | - |
| (+) Apropriação de encargos | 183 | - |
| (-) Pagamento de principal | - | - |
| (-) Pagamento de juros | - | - |
| (-) Custo de transações (novas emissões) | (7.108) | - |
| (+) Amortização do custo de emissão | - | - |
| Saldo final | **129.489** | **-** |

**16.b As debêntures, classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:**

| | | Não Circulante | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Parcelas vencíveis por Emissor** | **Circulante** | **2026** | **2027** | **2028** | **2029** | **2030** | **Após 2030** | **Subtotal** | **Total** |
| Oliveira Trust | - | 8.469 | 3.781 | 4.289 | 5.327 | 5.827 | 108.721 | **136.414** | **136.414** |
| (-) Custo de emissão amortizar | - | (568) | (284) | (284) | (284) | (284) | (5.221) | **(6.925)** | **(6.925)** |
| | **-** | **7.901** | **3.497** | **4.005** | **5.043** | **5.543** | **103.500** | **129.489** | **129.489** |

**17. Impostos diferidos**

**CONSOLIDADO**

| | Consolidado 2024 | Consolidado 2023 |
|---|---|---|
| Ativo de contrato | 64.729 | - |
| **Base diferida** | **64.729** | **-** |
| PIS e COFINS (a) | 2.362 | - |
| IRPJ e CSLL (b) | 1.994 | - |
| | **4.356** | **-** |

a. Correspondem ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida). O diferimento do PIS e COFINS está descrito na nota 3. O valor de PIS/COFINS diferido está classificado na receita de construção, conforme detalhado na nota 19. b. O Imposto de renda e a Contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato e serão revertidos quando a EDF Oiti reconhecer a RAP (receita anual permitida). A alíquota do IRPJ e CSLL está detalhada na nota 3. **18. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social integralizado em 2024 é de R$ 844.732 (R$ 479.510 em 2023) representado por 844.732.001 ações ordinárias, (479.510.001 ações ordinárias em 2023) sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo: A EDF Internacional S.A.S realizou uma injeção de capital na Companhia no montante de R$ 365.222, através do ato societário realizado no dia 19 de julho de 2024.

| **a) Posição Acionária** | Controladora 2024 | Controladora 2023 |
|---|---|---|
| EDF Internacional S.A. | 844.732.000 | 479.510.000 |
| Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. | 1 | 1 |
| | **844.732.001** | **479.510.001** |

| **b. Reserva de lucro:** | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Reserva legal (c) | 1.886 | - |
| Reserva de retenção de lucros (d) | 26.872 | - |
| | **28.758** | **-** |

**c. Reserva legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **d. Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

| **e. Dividendos:** | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | 60.828 | (23.113) |
| Base de cálculo – Dividendos | 35.829 | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% e JCP | 8.957 | - |
| **Total do Passivo** | **8.957** | **-** |

Em conformidade com o estatuto social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado foi devidamente distribuído aos acionistas.

**19. Receita líquida:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receita de serviços (*) | 194 | 138 | 48.303 | 18.013 |
| Receita de construção (**) | - | - | 13.958 | - |
| Deduções sobre a receita (***) | (28) | (20) | (6.780) | (1.172) |
| | **166** | **118** | **55.481** | **16.841** |

**(*) Receita de serviços:** Refere-se principalmente a receita de serviços de operação e manutenção da usina (Marlim Azul e Sinop Energia). **(**) Receita de construção**: Refere-se a receita de construção e remuneração dos ativos de concessão da EDF Oiti. **(***) Deduções da receita bruta:** As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

## EDF BRASIL HOLDING S.A.
**CNPJ 48.592.960/0001-14**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| **Impostos e contribuições** | | | | |
| ICMS | - | (7) | - | (623) |
| PIS | (3) | (2) | (866) | (98) |
| COFINS | (15) | (11) | (3.988) | (451) |
| ISS | (10) | - | (1.926) | - |
| | **(28)** | **(20)** | **(6.780)** | **(1.172)** |

**20. Custos:**

| Descrição | Controladora 2024 | Controladora 2023 | Consolidado 2024 | Consolidado 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Custos com pessoal | - | - | (18.304) | (6.983) |
| Depreciação | (13) | - | (1.532) | (523) |
| Custos de serviços de terceiros | - | - | (8.112) | (1.085) |
| Manutenção e Engenharia | - | - | (1.312) | (2.714) |
| Custo de Construção | - | - | (10.342) | - |
| | **(13)** | **-** | **(39.602)** | **(11.305)** |

**21. Despesas gerais e administrativas:**

| Descrição | Controladora 2024 | Controladora 2023 | Consolidado 2024 | Consolidado 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Despesas de pessoal | (2.683) | (2.665) | (8.796) | (4.117) |
| Despesas administrativas | (197) | 290 | (2.845) | - |
| Outros | (476) | - | (465) | (485) |
| | **(3.356)** | **(2.375)** | **(12.106)** | **(4.602)** |

**22. Resultado financeiro:**

| Descrição | Controladora 2024 | Controladora 2023 | Consolidado 2024 | Consolidado 2023 |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Receita de aplicação financeira | 67.376 | 263 | 68.439 | 722 |
| Variação monetária ativa | - | 1 | 79 | 14 |
| Outros | 5 | - | 5 | - |
| | **67.381** | **264** | **68.523** | **736** |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Variação monetária passiva | (10) | | (312) | (21) |
| Juros sobre impostos | - | (4) | - | (9) |
| Impostos sobre aplicações financeiras | (3.133) | (13) | (3.200) | (38) |
| Juros e variações monetárias debentures | - | - | (478) | - |
| Juros sobre empréstimos | (50.222) | - | (50.222) | - |
| Outros | (9.005) | (3) | (9.019) | (3) |
| | **(62.370)** | **(21)** | **(63.231)** | **(71)** |
| **Resultado financeiro líquido** | **5.011** | **243** | **5.292** | **665** |

**23. Instrumentos financeiro: a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: **Nível 1 -** Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. **Nível 2 -** Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. **Nível 3 -** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. Em 31 de dezembro de 2024, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **(a) Numerário disponível -** Está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. **(b) Clientes -** Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e a ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor de mercado equivale ao valor contábil. **(c) Contas a pagar e fornecedores -** Corresponde a obrigações com fornecedores conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. O valor de mercado corresponde ao valor contábil. **(d) Empréstimos e financiamentos –** Corresponde ao contrato de empréstimo de acionista entre a EDF International SAS e a EDF Brasil Holding S.A., com o objetivo de reforçar a posição financeira da EDF Brasil Holding S.A., permitindo-lhe maior flexibilidade e continuidade em suas operações e investimentos estratégicos**.** visa garantir a estabilidade financeira e o fortalecimento do capital social da EDF Brasil Holding S.A., conforme as condições acordadas entre as partes envolvidas. **Debêntures –** A empresa EDF Oiti realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Os recursos obtidos destinam-se ao financiamento da implantação de uma subestação e linha de transmissão. As debêntures possuem amortização semestral e consecutiva em 46 parcelas, com a primeira parcela de pagamento em 16 de novembro de 2026, conforme nota 16. As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são como segue:

| CONTROLADORA | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Nível | Saldo contábil | Valor justo | Saldo contábil | Valor justo |
| **Ativos** | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de caixa | 2 | 1.375.742 | 1.375.742 | 9.343 | 9.343 |
| Contas a Receber | 2 | 30 | 30 | 137 | 137 |
| **Passivos** | | | - | | |
| Contas a pagar e fornecedores | 2 | 1.759 | 1.759 | 859 | 859 |
| Empréstimos e Financiamentos | 2 | 1.050.222 | 1.050.222 | - | - |

| CONSOLIDADO | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | Nível | Saldo contábil | Valor justo | Saldo contábil | Valor justo |
| **Ativos** | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de caixa | 2 | 1.514.174 | 1.514.174 | 17.345 | 17.345 |
| Contas a Receber | 2 | 1.099 | 1.099 | 3.678 | 3.678 |
| **Passivos** | | | | | |
| Contas a pagar e fornecedores | 2 | 13.384 | 13.384 | 5.091 | 5.091 |
| Empréstimos e Financiamentos | 2 | 1.050.222 | 1.050.222 | - | - |
| Debêntures | 2 | 129.489 | 125.033 | - | - |

**24. Seguros:**

| | Modalidade | Período de vigência |
|---|---|---|
| Ezze Seguros (i) | Seguro Garantia | 30 de março de 2023 até 29 de dezembro de 2026 |
| Allianz Seguros (ii) | Responsabilidade Civil Administradores | 31 de março de 2023 até 31 de março de 2025 |
| Axa Seguros (iii) | Responsabilidade Civil | 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2025 |

(i) Seguro garantia para fiel cumprimento, com apólice 1007507020185, emitido pela Ezze Seguros, tendo um limite máximo de indenização de R$ 17.902, e não há prêmio anual. (ii) Seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) com apólice 5177202453100000160, emitido pela Allianz Seguros, tendo um limite máximo de indenização de R$ 4.969 e um prêmio anual de R$ 17. (iii) Seguro de responsabilidade geral com apólice 02852.2024.0021.0351.0013862, emitido pela AXA Seguros S.A., tendo um limite máximo de indenização de R$ 56.585 e um prêmio anual de R$ 106.

**André Luiz Salgado** - Diretor Presidente
**Elisabeth Gameiro** - Diretora Financeira
**Suellen Pereira Cyrne** - Contadora - CRC/RJ 137090/0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Aos Acionistas da EDF Brasil Holding S.A.** - Rio de Janeiro - RJ
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDF Brasil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDF Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Milena dos Santos Rosa - Contador - CRC RJ-100983/O-7.

# Fitch confirma ratings da Klabin em BB+ e AAA

A Fitch Ratings afirmou os IDRs (Issuer Default Ratings - Ratings de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Estrangeira e Local 'BB+' e o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA (bra)' da Klabin S.A (líder no segmento de embalagens no Brasil). A agência também afirmou o rating 'BB+' das notas seniores da Klabin Austria Gmbh, com garantias da Klabin. A perspectiva dos ratings corporativos é estável.

De acordo com o relatório da agência de classificação de risco de crédito, os ratings da Klabin refletem a liderança da empresa no setor brasileiro de papel e embalagens e sua ampla base florestal, que lhe permite ter uma estrutura de baixo custo de produção e operações com elevada integração vertical. "A sólida posição de liquidez e o baixo risco de refinanciamento da companhia continuam sendo importantes considerações de crédito". A Fitch acredita que a geração de fluxo de caixa da Klabin continuará robusta, devido a seu baixo custo de produção na indústria e à forte demanda dos segmentos de papel e embalagens.

A perspectiva estável incorpora uma projeção de desalavancagem após a aquisição de 150.000 hectares de terra da Arauco (projeto Caeté), com a alavancagem líquida retornando para abaixo de 3,5 vezes em 2026. A Klabin não tem projetos de investimento significativos e chegou a acordos para monetizar parte dos ativos adquiridos, melhorando seu perfil de desalavancagem.

### Participação de mercado

A liderança no mercado brasileiro de embalagens e o alto nível de verticalização da Klabin fortalecem a flexibilidade de produtos no competitivo, porém fragmentado, mercado de embalagens. A empresa possui participação de 22% no mercado de papelão ondulado e de 40% no de cartões revestidos. No Brasil, é a única produtora de embalagens de papel-cartão para líquidos (LPB - Liquid Packaging Board) e a maior de kraftliner e sacos industriais, com participações 60% e 51%, respectivamente.

O negócio de papel e embalagens representou 59% do Ebitda da empresa em 2024, enquanto o de celulose 41%. A Fitch considera a vantagem competitiva sustentável devido à sua escala, alto nível de integração e diversificação da base de clientes no setor de alimentos, que é mais resiliente e representa 67% das vendas de papel e embalagens.

### Projeto Caetê

A Klabin anunciou a aquisição de 150 mil hectares, dos quais 85 mil são de terra produtiva, em 2024. A transação foi parte da estratégia da empresa de aumentar o percentual de madeira de eucalipto própria em seu processo produtivo para cerca de 75%. Isso terá um impacto positivo no custo caixa de produção, pois os principais blocos de terra adquiridos estão relativamente próximos às instalações da companhia, o que reduz o custo de colheita. A Klabin também chegou a um acordo para monetizar parte da base florestal enquanto mantém o controle operacional dos ativos. Isso resultará em uma entrada de caixa de R$1,8 bilhão durante 2025, que deverá ser usada para reduzir a dívida. Monetizações adicionais podem ocorrer a curto prazo com o mesmo propósito de fortalecer a estrutura de capital.

### Celulose em 2025

Os preços médios da celulose kraft branqueada de eucalipto para 2024 atingiram USD625 por tonelada, comparados a USD 85 por tonelada em 2023. A Fitch espera que os preços se mantenham em torno de USD600 por tonelada em 2025, considerando um ponto de partida baixo e um aumento gradual durante o ano. Após o início da operação da última fábrica da Suzano, não são esperados aumentos significativos de capacidade até 2028. Isso deve exercer pressão sobre os preços nos anos seguintes, apesar de um aumento mais suave na demanda projetado em comparação com anos anteriores.

A Fitch espera que a margem Ebitda da Klabin permaneça próxima a 40% no horizonte de classificação. A previsão é que a Klabin gere um Ebitda de R$ 8,5 bilhões e um fluxo de caixa das operações (CFFO) de R$ 5,8 bilhões em 2025 e R$ 9,7 bilhões e R$ 6,0 bilhões, respectivamente, em 2026. Isso se compara a R$ 8,2 bilhões de Ebitda e R$ 4,3 bilhões de CFFO em 2024. O FCF da Klabin deve voltar a ser positivo em 2025, devido a uma política de dividendos mais baixa e aos requisitos de investimento projetados, após atingir R$ 7,3 bilhões negativos em 2024.

As projeções do cenário base da Fitch consideraram dividendos anuais entre R$ 1,2 bilhão e R$ 1,5 bilhão em 2024 e 2025, e investimentos totais próximos a R$ 6,4 bilhões no período. A projeção do cenário base incorpora o desembolso para o projeto Caeté em 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa tinha BRL7,5 bilhões em caixa e BRL42,7 bilhões em dívida total, incluindo cerca de BRL 3,0 bilhões em operações de factoring, de acordo com os critérios da Fitch.

A empresa possui um perfil de amortização de dívida estendido, com BRL4,9 bilhões de dívida vencendo em 2025, incluindo BRL3,0 bilhões em operações de factoring, BRL2,4 bilhões em 2026 e BRL3,3 bilhões em 2027.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

# Rio registra mais de 1,4 gigawatt de potência na geração própria solar

O Rio de Janeiro registrou mais de 1,4 gigawatt (GW) de potência instalada na geração própria solar. De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o estado possui mais de 147 mil conexões operacionais de energia solar em telhados e pequenos terrenos, espalhadas por 92 cidades, ou 100% dos municípios da região. Atualmente são mais de 171 mil consumidores de energia elétrica que já contam com redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica.

Desde 2012, a modalidade já proporcionou ao Rio de Janeiro a atração de R$ 6,8 bilhões em investimentos, geração de mais de 42 mil empregos e a arrecadação de R$ 2 bilhões aos cofres públicos.

Para ampliar a sustentabilidade no estado, a Absolar recomenda a criação e ampliação de programas, políticas e mais incentivos locais para o avanço da energia solar, incluindo, por exemplo, a inclusão da tecnologia fotovoltaica nos prédios públicos em geral, nas casas populares e nos programas de universalização de acesso à eletricidade.

Uma medida crucial é, na visão da associação, a aprovação do Projeto de Lei nº 624/2023, que institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe). "Atualmente em tramitação nas comissões do Senado Federal, este PL é fundamental para a geração distribuída solar, pois resolve estruturalmente, via lei, o problema das negativas de conexão, feitas pelas distribuidoras sob alegação de inversão de fluxo de potência. Essas negativas estão impedindo milhares de consumidores brasileiros, entre residências, pequenos negócios, produtores rurais e gestores públicos, de exercer o seu direito de gerar a própria energia limpa e renovável, para reduzir sua conta de luz", aponta Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Absolar.

"Como o projeto atualiza a Lei nº 14.300/2022, o marco legal da geração própria renovável, as distribuidoras ficarão proibidas de impedir os consumidores de conectar sua microgeração distribuída, como já acontece em vários estados e pode chegar rapidamente no Rio de Janeiro. Se for necessário algum reforço na infraestrutura elétrica para receber esta microgeração, a distribuidora ficará responsável por fazer este investimento diretamente, em vez de repassar estes custos ao consumidor", acrescenta Camila Nascimento, coordenadora estadual da Absolar no Rio.

Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 2 de abril de 2025
Ano CVII ● Número 29.828
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

**GEOPOLÍTICA NO SÉC. 21: AMÉRICA LATINA**

Fragmentação latino-americana e impacto do neoliberalismo.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

**O TANGO DO DRAGÃO COM O ELEFANTE**

Parceria entre China e Índia marca 75º aniversário das relações diplomáticas.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

**'ADOLESCÊNCIA': POR QUE ASSUSTA TANTO?**

Minissérie tem suscitado debates sobre nossa impotência e vulnerabilidade.
Por Philipe Deschamps, **página 4**

**Na véspera de tarifaço,** | **Concentração: 15 bilionários têm** | **Vendas da indústria**

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

BANCO MASTER

# Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Introdução**

Apresentamos o Relatório da Diretoria do Banco Master S.A. ("Banco" ou "Master"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, acompanhado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações.

**Informações ao mercado**

Ao final do exercício social de 2024, o Banco Master apresenta crescimento patrimonial consistente, refletido nas suas Demonstrações Financeiras, impulsionado por seus resultados operacionais e sucessivas capitalizações. O patrimônio líquido atingiu R$ 4,7 bilhões (R$ 2,3 bilhões em 2023), o lucro líquido foi de R$ 1 bilhão (R$ 532 milhões em 2023) e o total de ativos alcançou R$ 63 bilhões (R$ 36 bilhões em 2023).

**Aquisições: Banco Voiter e Will Bank**

Em 2024, além do resultado expressivo apresentado nas Demonstrações Financeiras — o maior desta nova fase do Master — destacamos o ano como um marco de consolidação de operações, com a conclusão das aquisições das instituições financeiras Banco Voiter e Will Bank (CFI). Tais aquisições representam investimentos estratégicos, voltados à expansão sustentável das atividades e ao fortalecimento da presença no mercado, tanto no segmento de varejo quanto no atacado.

A aquisição do Banco Voiter foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em abril de 2024. O Voiter é uma instituição com reconhecida expertise em operações estruturadas e no segmento *corporate*. A aquisição tem como principal objetivo ampliar a atuação do Master no segmento de atacado, especialmente em operações relacionadas ao mercado de capitais.

A aquisição do Will Bank foi homologada pelo BACEN em agosto de 2024. O objetivo dessa operação é dar continuidade à estratégia de crescimento do Master no segmento de varejo, no qual já atuamos com forte expertise por meio do crédito consignado, especialmente com o produto CREDCESTA.

A integração com o Will Bank nos permite alcançar uma base de 10,5 milhões de clientes, alinhando-se a um dos principais pilares da nossa Administração: ampliar o acesso ao crédito e a benefícios para a população brasileira que enfrenta barreiras de inclusão financeira.

**Governança Institucional em 2024**

Em 2024, o Master intensificou os investimentos em sua governança institucional. Com o enquadramento da instituição no segmento regulatório "S3", o que exigiu a constituição de comitês específicos, a Administração implementou uma série de ações adicionais. Destacam-se a criação do Comitê de Auditoria e, como parte do planejamento estratégico de governança, a instituição de um Conselho Consultivo composto por profissionais de destaque no mercado.

Além da estruturação desses órgãos, o Master também investiu fortemente em capital humano, promovendo treinamentos ao longo do ano para todos os colaboradores (incluindo temas como LGPD, prevenção à fraude, entre outros). As equipes de compliance e riscos foram reforçadas, e foi criada uma área de auditoria interna própria — anteriormente realizada por prestadores terceirizados.

**Clima organizacional e reconhecimento GPTW**

Em linha com o crescimento do Master, que a cada ano consolida sua presença no mercado, destacamos que a instituição mantém uma política institucional voltada aos seus colaboradores, alinhada às diretrizes estratégicas da organização. A efetividade dessa política é confirmada pelo reconhecimento, pelo segundo ano consecutivo, como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo a certificação concedida pela consultoria global Great Place to Work.

**Reconhecimento do esforço coletivo e metas alcançadas**

O crescimento patrimonial e os resultados consistentes alcançados em 2024 estão em total alinhamento com o plano estratégico da instituição. Esses avanços só foram possíveis graças ao empenho conjunto de colaboradores, administradores e acionistas, o que tem contribuído significativamente para elevar o patamar do Master no mercado financeiro.

**Informação Relevante – Eventos subsequentes**

Em 28 de março de 2025, o BRB – Banco de Brasília S.A. ("BRB") anunciou, por meio de fato relevante, que seu Conselho de Administração aprovou a aquisição de participação acionária no Banco Master S.A. A transação compreende a aquisição de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, totalizando 58% do capital total do Banco Master.

O fato relevante publicado pelo BRB detalha as premissas da operação, o valor envolvido, as condições precedentes e as justificativas estratégicas da transação. O documento está disponível no site do BRB, na área de Relações com Investidores.

Informamos que a operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), além de outras condições previstas no contrato de compra e venda de ações firmado entre as partes.

**Áreas de atuação e portfólio de produtos e serviços**

O Master se apresenta ao mercado como uma solução completa para seus clientes e parceiros de negócios, operando como uma plataforma "full banking". De forma resumida, suas principais áreas de atuação são:

**Atacado**

O segmento de atacado envolve operações em ativos de crédito, como créditos *corporate*, CRIs e debêntures nos quais o Master investe. Esse segmento também inclui operações de mercado de capitais, conduzidas pela Master Corretora, que possui todas as certificações necessárias para suas atividades. O Banco Master de Investimento e o Voiter são as instituições responsáveis pelas operações estruturadas e de mercado de capitais.

**Varejo**

No mercado de varejo, atuamos prioritariamente no crédito consignado, com destaque para o cartão benefício CREDCESTA. Nossa carteira de crédito continua em expansão, com crescimento expressivo na base de crédito consignado federal (INSS), bem como na expansão regional em estados e municípios. Atualmente, o cartão benefício está presente em 24 estados (ante 20 em 2023) e 176 municípios (contra 130 em 2023).

Para sustentar essa expansão acelerada, mantemos um modelo de distribuição digital, permitindo a abertura de contas, contratação de crédito e acesso a outros serviços por meio das plataformas digitais do CREDCESTA e do Banco Master. Essa esteira é viabilizada por parcerias com fintechs, como a Jeitto, que já concedeu crédito de forma totalmente digital a 4 milhões de usuários.

Com a aquisição do Will Bank (CFI), nossa expectativa é atingir uma carteira de clientes superior a 10,5 milhões de pessoas. Assim, o Master se consolida como um agente relevante no mercado de varejo, ampliando o acesso ao crédito de forma ágil e acessível em diversas regiões do país.

**Seguros**

O Master investe no mercado securitário por meio da KOVRPAR, sua subsidiária integral. A KOVRPAR é a holding responsável pelas operações de seguros, previdência e capitalização, realizadas pelas empresas KOVR Seguradora S/A, KOVR Previdência S/A e KOVR Capitalização S/A.

***Corporate* e Operações Estruturadas**

As operações corporativas estruturadas integram o portfólio de mercado de capitais, com foco na geração de receitas adicionais através da estruturação e distribuição de produtos financeiros. No semestre, mantivemos operações nos segmentos de vestuário, turismo, educação, indústria e saúde.

Também identificamos oportunidades no setor imobiliário, gerando receitas de juros e serviços de estruturação e intermediação. Essas operações são registradas na carteira própria de crédito e, em alguns casos, estruturadas via FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), consolidando-se no balanço prudencial do Banco Master.

A aquisição do Voiter tem otimizado ainda mais essa estrutura, permitindo maior controle operacional e aprimoramento da governança das companhias clientes, gerando mais resultados e receitas para o Master.

**Serviços financeiros**

O Master presta serviços de câmbio varejista em parceria com a fintech Blue Transfer, alcançando resultados positivos após a substituição do antigo parceiro. No segmento de atacado, a mesa de operação corporativa de câmbio também segue em forte crescimento.

A Master Corretora continua sua expansão na administração fiduciária e, em 2024, retomou a atuação direta na Bolsa de Valores, devidamente certificada para essa atividade.

**Plano estratégico e de capitalização**

**Realizações e expectativas**

O crescimento contínuo e consistente ao longo dos anos demonstra a resiliência do Master em um mercado altamente competitivo. Nossa gestão inovadora tem sido fundamental para a obtenção desses resultados. Os números apresentados estão alinhados ao plano estratégico definido pela Administração, contando com o empenho essencial de nossos colaboradores. O planejamento está focado em resultados recorrentes das carteiras, serviços ativos e capitalização dos acionistas.

No exercício, o Master registrou um Lucro Líquido de R$ 1 bilhão (R$ 532 milhões em 2023) e um Patrimônio Líquido de R$ 4,7 bilhões (R$ 2,3 bilhões em 2023). Destacamos o aumento das receitas de intermediação financeira para R$ 7,2 bilhões (R$ 5,4 bilhões em 2023), contribuindo significativamente para o crescimento da performance da instituição. Esse desempenho reflete a qualidade do portfólio de produtos, com avanço contínuo nas atividades de crédito no varejo, *corporate*, operações estruturadas e serviços.

A gestão criteriosa dos ativos de crédito garante sua qualidade, evidenciada pela manutenção do índice de PDD em patamares adequados, mesmo com a expansão da base de crédito. No segmento *corporate*, a presença ativa na gestão das companhias clientes permite um controle operacional mais preciso, evitando crescimento excessivo da PDD e mantendo níveis conservadores de provisão na concessão de crédito.

O Master segue um ciclo de crescimento sustentável, consolidando sua posição como uma instituição inovadora e de destaque no mercado. As operações geram resultados consistentes, capacidade de ampliação de receitas adicionais e aderência ao plano estratégico, alinhado às expectativas dos acionistas.

**Aumento de capital e emissão de dívidas subordinadas**

Os acionistas realizaram um aumento de capital de R$ 1,6 bilhão em 2024, distribuído entre abril (R$ 1 bilhão) e maio (R$ 600 milhões), devidamente homologado pelo BACEN.

Para fortalecer o capital prudencial da instituição, emitimos dívidas subordinadas não conversíveis no montante de R$ 928 milhões. Em 2025, essas dívidas foram adquiridas pelos acionistas e estão em processo de aprovação junto ao BACEN para conversão em capital.

**Governança corporativa e gestão de riscos**

O Master estruturou seu "Conselho Consultivo", composto por profissionais de renome no mercado financeiro, e instituiu seu "Comitê de Auditoria", formado por membros com currículo e reconhecimento internacional.

Em 2024, foi criada a área de auditoria interna, permitindo um acompanhamento mais próximo das operações e atividades do dia a dia. Anteriormente, esse serviço era terceirizado.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do Master com a excelência nos processos de controle de riscos e governança, alinhando-se às melhores práticas do mercado e às exigências regulatórias. A instituição segue aprimorando seus processos internos de compliance, gestão de riscos e tecnologia para garantir um crescimento sustentável.

Todas as operações são monitoradas conforme os limites definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos, com auditorias internas regulares. O arcabouço de segurança é reforçado pelo Compliance e pelo Risco Operacional, garantindo conformidade com as normas regulatórias brasileiras, o Acordo da Basileia e as melhores práticas de governança corporativa.

Com essa abordagem, o Master fortalece seu gerenciamento de riscos, elevando consistentemente sua classificação de rating.

**Cenário Econômico**

O ano de 2024 trouxe surpresas positivas para a economia brasileira, mas também novos desafios. O PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo mercado de trabalho aquecido, expansão do crédito e o bom desempenho dos setores de serviços e agropecuária. No entanto, a inflação voltou a acelerar, fechando o ano em quase 5%, pressionada por alimentos e serviços.

A taxa Selic foi elevada para 12,25% a.a. no final de 2024. O Copom retomou o ciclo de altas diante das incertezas domésticas e da desvalorização do real, que atingiu R$ 6,30 por dólar. As expectativas de inflação para 2025 se distanciaram da meta de 3%, com projeção de 5,6% ao final do ano e 70% de probabilidade de estouro do teto da meta.

Nos EUA, o Federal Reserve deve iniciar cortes nos juros no segundo semestre, com previsão de duas reduções de 0,25 p.p. em 2025. A economia americana deve crescer 2% no período.

Para 2025, projeta-se uma desaceleração na economia brasileira, apesar da expectativa de crescimento de 6,5% no PIB agropecuário. A Formação Bruta de Capital Fixo deve crescer apenas 2,0%, refletindo menor dinamismo nos investimentos. O crédito também tende a desacelerar, com projeção de crescimento de 7,7% no ano. O Banco Central deve manter uma postura cautelosa, podendo elevar a taxa Selic para até 15% no primeiro semestre.

**Desempenho das Atividades**

As demonstrações financeiras do Master refletem um crescimento sustentável e contínuo, sustentado pelos seguintes pilares:

1. Capitalizações;

2. Crescimento sustentável de ativos, gerando resultados progressivos;

3. PDD controlada;

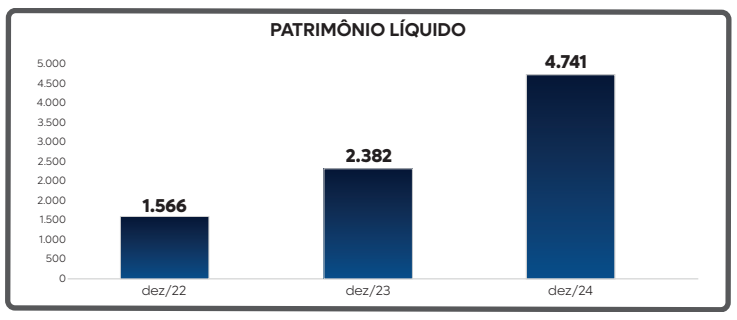
4. Alongamento da carteira de captação;

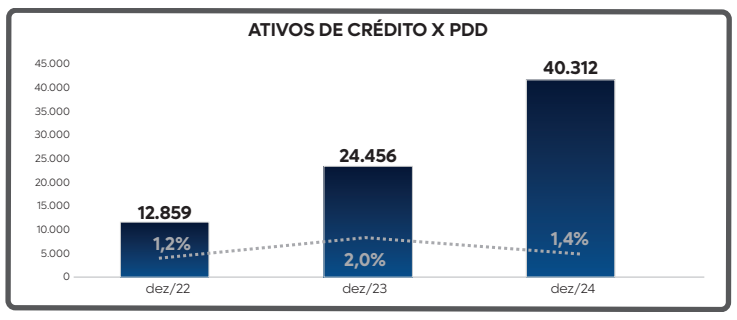
5. Crescimento recorrente da intermediação financeira;

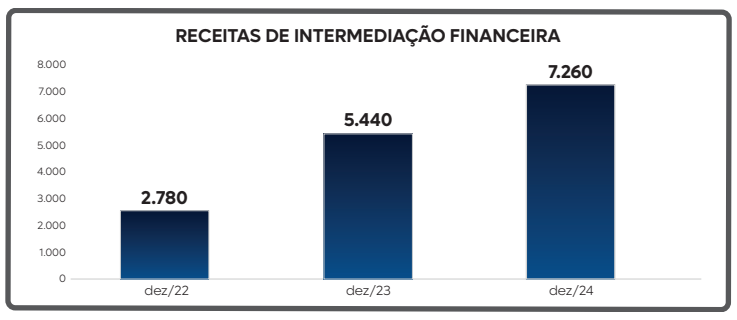
6. Expansão da receita de serviços.

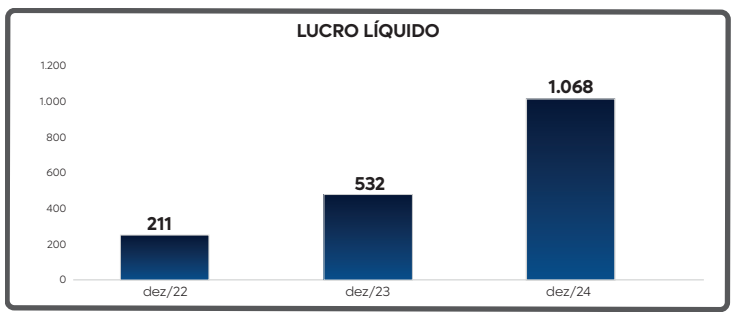
**Performance do Banco**

Os principais indicadores do desempenho do Banco são apresentados graficamente, comparando três semestres consecutivos. Os dados foram extraídos das demonstrações financeiras e complementados por informações gerenciais, expressas em milhões de reais.




O Master apresenta, em suas demonstrações financeiras de 2024, um resultado recorde nesta nova fase. Esse desempenho expressivo está alinhado às projeções estabelecidas em seu plano de negócios. Entre os principais destaques de nossa demonstração de resultados, ressalta-se o lucro líquido do ano, que atingiu R$ 1 bilhão em 2024 (comparado a R$ 532 milhões em 2023), representando um crescimento de 100%. Esse resultado equivale ao que o Master obteve em cada semestre de 2024 em relação ao total alcançado ao longo de 2023, evidenciando um crescimento consistente e assertivo conforme nossas projeções.

O desempenho alcançado no ano está diretamente relacionado à expansão do portfólio de crédito, à estruturação de operações, seja de forma direta ou por meio de veículos (Fundos de Investimentos – FIDC's, FIA's, FIM's), bem como às cessões de carteiras de crédito e aos investimentos e aquisições realizadas.

Após a reestruturação do modelo de negócio da área de câmbio, já se observam melhores resultados, com perspectivas promissoras para o futuro da unidade.

A melhora no resultado de participações em coligadas e controladas também se destaca, atingindo R$ 474 milhões em 2024 (frente a R$ 346 milhões em 2023), impulsionada pelas aquisições realizadas no período.

Entre os principais indicadores da demonstração de resultados de 2024, ressaltamos:

- Receita de crédito de R$ 4,2 bilhões (R$ 2,7 bilhões em 2023), crescimento de 54,16%;
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários de R$ 2,5 bilhões (R$ 1,7 bilhão em 2023), crescimento de 47,71%;
- Resultado das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, incluindo cessões de carteiras de crédito, que totalizou R$ 2,1 bilhões (R$ 827 milhões em 2023).

Esses resultados foram impactados positivamente, sobretudo, pelos fundos de investimentos – FIDC, FIM e FIA, utilizados como veículos para créditos *corporate* e operações estruturadas, otimizando a eficiência operacional.

O gráfico de ativos de crédito reflete a posição consolidada do Master, incluindo as carteiras dos FIDCs, que são incorporadas ao balanço prudencial. Os ativos de crédito são segmentados em carteira varejo, *corporate*, direitos creditórios e precatórios.

Apesar do crescimento da carteira de crédito, a qualidade dos ativos permitiu uma redução na despesa de provisões para crédito de R$ 263 milhões em 2024 (R$ 393 milhões em 2023). Destaca-se que o reposicionamento de algumas operações ativas resultou na redução de provisões anteriormente constituídas. O volume de provisões permanece alinhado com os índices dos anos anteriores, mantendo-se abaixo de 2%. Ao comparar a totalidade de ativos de crédito detidos pelo Banco com o total de ativos de crédito, observamos um índice de 1,40% em 2024 (2,00% em 2023).

Em relação ao crescimento das despesas, destacam-se as despesas de pessoal e administrativas, que totalizaram R$ 2 bilhões em 2024 (R$ 1,2 bilhão em 2023). Esse aumento significativo decorre da ampliação de novos produtos, do crescimento do quadro de colaboradores e dos investimentos em tecnologia e serviços terceirizados.

**Basileia**

O Master segue devidamente enquadrado em seus limites operacionais, com índice de Basileia (IB) de 11,51% em 2024 (11,52% em 2023) e um Patrimônio de Referência (PR) compatível com a capacidade de seus ativos.

**Conclusão**

Em 2024, o Master alcança um resultado recorde, consolidando a curva de crescimento de seus negócios de forma sustentável. Ao longo desta trajetória, a instituição tem acertado em suas estratégias, promovendo a expansão de ativos saudáveis e rentáveis. Esse forte crescimento ocorre dentro de suas principais linhas de negócio – varejo, *corporate* estruturado, serviços e participação em controladas –, garantindo a continuidade das atividades com manutenção dos níveis de PDD e apresentação consistente de resultados.

O Master tem desempenhado um papel cada vez mais relevante no mercado brasileiro, oferecendo crédito a pessoas físicas e jurídicas com uma estrutura diferenciada de distribuição, participando de reestruturações empresariais, recuperação de empresas, readequação da estrutura de capital, melhoria na estrutura de crédito e fortalecimento da saúde financeira de seus clientes. Como resultado, a instituição segue apresentando crescimento sustentável e rentabilidade sólida, atingindo um ROE de 28,50% em 2024 (comparado a 29,10% em 2023).

BANCO MASTER

# Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00

## BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$)

| ATIVO | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **Disponibilidades** | 5. | **82.019** | **179 034** |
| **Instrumentos financeiros** | | **54.335.270** | **32.584.885** |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | 6. | **384.511** | **601.002** |
| Aplicações em operações compromissadas | | 64.997 | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 319 514 | 559 856 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | | - | 41.146 |
| **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** | | **29.472.932** | **14.654 634** |
| Títulos e valores mobiliários | 7. a | 29.137.252 | 14.452.294 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7. c | 335.680 | 202.340 |
| **Relações interfinanceiras** | | **2.575.379** | **1.700.343** |
| Transações de pagamentos instantâneos | | 3.699 | 19 460 |
| Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil | 8. | 2.571.680 | 1.680 882 |
| **Operações de crédito e títulos com risco de crédito** | | **21.902.448** | **15.628.907** |
| Operações de crédito | 9. a | 13.129.779 | 8.305.299 |
| Operações de crédito vinculadas a cessão | 9. a | 186.062 | 455 |
| Títulos e créditos a receber | 9. a | 9.165.469 | 7.818.276 |
| (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 9. c | (578.862) | (495.123) |
| **Ativos fiscais** | | **980.459** | **488.492** |
| Ativos fiscais correntes | 15. a | 53 577 | 117 555 |
| Ativos fiscais diferidos | 15. a | 926.882 | 370.937 |
| **Outros ativos** | | **5.868.224** | **2.122.965** |
| **Outros créditos** | | **5.231.730** | **1.657.462** |
| Carteira de câmbio | 10. a | - | 7.312 |
| Rendas a receber | 11. | 29.558 | - |
| Negociação e intermediação de valores | | 19 357 | 2 493 |
| Devedores por depósito em garantia | 22. c | 11.564 | 6.704 |
| Diversos | 12. a | 5.171.251 | 1 640 953 |
| **Outros valores e bens** | | **636.494** | **465.503** |
| Ativos não financeiros mantidos para venda | 13. | 421.572 | 403.538 |
| (-) Provisões para desvalorização de ativos não financeiros | | (7.562) | (7.998) |
| Despesas antecipadas | 14. | 222.484 | 69.963 |
| **Permanente** | | **1.748.720** | **766.210** |
| **Investimentos em participações em coligadas e controladas** | 16. a/b | **1.636.107** | **761.375** |
| Imobilizado de uso | 17. | 112.613 | 4.835 |
| Direitos de uso | | 10.845 | 10.845 |
| Outras imobilizações de uso | | 117.039 | 7.995 |
| (-) Depreciações acumuladas | | (15.271) | (14.005) |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **63.014.692** | **36.141.586** |

| PASSIVO | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **Instrumentos financeiros** | | **55.585.145** | **33.115.659** |
| **Depósitos** | 18. | **49.859.524** | **30.534.128** |
| Depósitos à vista | | 612.123 | 561.630 |
| Depósitos interfinanceiros | | 18.373.297 | 3.156 197 |
| Depósitos a prazo | | 30.874.104 | 26.796 301 |
| **Captações no mercado aberto** | 19. a | **1.765.040** | **925.025** |
| **Recursos de aceites e emissão de títulos** | 20 | **2.292.196** | **1.251.013** |
| Recursos de letras financeiras, imobiliárias, de crédito e similares | | 2.292.196 | 1.251.013 |
| **Relações interfinanceiras** | | **66.439** | **44.590** |
| Transações de pagamento | | 66.439 | 44.590 |
| **Relações interdependências** | | **256.766** | **224.489** |
| Ordens de pagamento em moedas estrangeiras | | 256 766 | 224 489 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | 7. c | **1.345.180** | **136.414** |
| **Passivos fiscais** | 15. b | **960.037** | **308.912** |
| Passivos fiscais correntes | | 303.930 | 143.590 |
| Passivos fiscais diferidos | | 656.107 | 165.322 |
| **Provisão para passivos contingentes** | 22. c | **13.137** | **4.514** |
| **Outros passivos** | | **1.715.660** | **330.055** |
| Negociação e intermediação de valores | | 64 | 6.060 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 16.023 | 45.444 |
| Carteira de câmbio | 10. a | 15 | 7.466 |
| **Diversos** | | **1.699.558** | **271.085** |
| Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros | | 187.443 | 2.442 |
| Outros | 12. b | 549.787 | 251 667 |
| Instrumentos de dívida elegíveis a capital | 21. | 962.328 | 16 976 |
| **Patrimônio líquido** | 23. | **4.740.713** | **2.382.446** |
| Capital social | | 2.760.885 | 1.452.885 |
| Reserva de lucros | | 2.015.061 | 964.550 |
| Outros resultados abrangentes | | (35.233) | (34.989) |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **63.014.692** | **36.141.586** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

| | Nota | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas da intermediação financeira** | | **4.198.769** | **7.259.519** | **5.439.630** |
| Operações de crédito | 25. | 2.394.936 | 4.173.516 | 2.707.189 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 7. b | 1.231.517 | 2.458.891 | 1.664.721 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 7. d | (982.620) | (1.638.413) | 170 141 |
| Resultado de operações de câmbio | 10. b | 99.959 | 182.258 | 70.770 |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | 24. | 1.454.977 | 2.083.267 | 826.809 |
| **Despesas da intermediação financeira** | | **(2.603.190)** | **(4.712.268)** | **(3.544.468)** |
| Operações de captação no mercado | 19. b | (2.603.190) | (4 712.268) | (3.544.468) |
| **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** | | **171.538** | **(262.603)** | **(392.953)** |
| (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 9. g | 171.538 | (262.603) | (392.953) |
| **Resultado bruto da intermediação financeira** | | **1 767.117** | **2 284.648** | **1.502.210** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | **(966.241)** | **(1.137.775)** | **(849.537)** |
| Receitas de prestação de serviços | | 53.954 | 92.678 | 63.913 |
| Rendas de tarifas bancárias | | 708 | 2.314 | 14.249 |
| Despesas de pessoal | 26. | (101.869) | (190.476) | (145.554) |
| Outras despesas administrativas | 27. | (1.023.478) | (1 853.130) | (1.074.250) |
| Despesas tributárias | 28. | (170.528) | (241.908) | (115.290) |
| Resultado de participação em coligadas e controladas | 16. a | 187 734 | 474.387 | 346.034 |
| Outros resultados operacionais | 29. | 87.238 | 578.360 | 61.361 |
| **Resultado operacional** | | **800.876** | **1.146.873** | **652.672** |
| **Resultado não operacional** | | **2.065** | **2.329** | **(766)** |
| **Resultado antes oos tribuitos e participações** | | **802.941** | **1.149.202** | **651.906** |
| **Provisão para imposto de renda e contribuição social** | 30. | **(224.873)** | **(46.546)** | **(84.933)** |
| Provisão para imposto de renda | | (64.802) | (64.802) | (44.723) |
| Provisão para contribuição social | | (52.099) | (52.099) | (36.765) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (107.972) | 70.355 | (3.445) |
| **Participações no resultado** | | **(11.309)** | **(35.145)** | **(35.185)** |
| **Resultado líquido** | | **566.759** | **1.067.511** | **531.788** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **Resultado líquido** | **566.759** | **1.067.511** | **531.788** |
| **Outros resultados abrangentes do exercício** | **3.012** | **(244)** | **(18.843)** |
| **Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado** | | | |
| Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | 12.323 | 11.547 | (12.929) |
| Efeito tributário | (5.545) | (5.196) | 5.818 |
| Outros resultados abrangentes em controladas | (3.766) | (6.595) | (11.732) |
| **Resultado abrangente** | **569.771** | **1.067.267** | **512.945** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

| | Nota | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| **Atividades operacionais** | | | | |
| **Resultado líquido** | | **566.759** | **1.067.511** | **531.788** |
| **Ajustes ao lucro líquido** | | **137.040** | **(560.971)** | **(291.614)** |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 8.g | (171.536) | 262.604 | 390.372 |
| Provisões/Reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - FIDC | | (115.733) | (112.471) | (49.323) |
| Depreciações | 27 | 452 | 1.266 | 2.904 |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários | | 494.156 | 248.341 | (334.243) |
| Resultado de participação em controladas | 16 | (187.734) | (474.387) | (346.034) |
| Ativo e passivo fiscal diferido | 30 | 107.972 | (70.355) | 3.445 |
| Participações no resultado | | 11.309 | 35.145 | 35.566 |
| Outras provisões | | 4.099 | 1.551 | 3.327 |
| (Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda | | (1.830) | (1.832) | (876) |
| Constituição / (reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas | 22.d | 1.379 | 8.623 | (2.927) |
| Aquisição coligadas e/ou investimentos | | - | (435.555) | - |
| Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa | | (5.494) | (23.901) | 6.175 |
| **Resultado ajustado** | | **703.799** | **506.540** | **240.174** |
| **Variação de ativos e passivos** | | **(1.499.241)** | **(2.718.845)** | **(742.307)** |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 185.313 | 240.342 | (187.336) |
| Títulos e valores mobiliários | | (8.615.821) | (14.816.109) | (7.092.043) |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (50.949) | 30.284 | 33.489 |
| Operações de crédito e títulos com risco de crédito | | (1.487.429) | (6.536.144) | (6.369.207) |
| Outros ativos | | (2.127.454) | (4.620.013) | (1.640.339) |
| Depósitos | | 9.899.567 | 20.377.366 | 12.768.850 |
| Captações no mercado aberto | | 85.821 | 840.015 | 417.231 |
| Recursos de aceites e emissões de títulos | | (416.364) | 95.831 | 1.062.492 |
| Obrigações fiscais e previdenciárias | | 247.406 | 265.000 | 139.466 |
| Outros passivos | | 780.669 | 1.404.583 | 125.090 |
| **Caixa líquido aplicado em atividades operacionais** | | **(795.442)** | **(2.212.305)** | **(502.133)** |
| Impostos pagos | | - | (40.683) | (94.624) |
| **Atividades de investimento** | | | | |
| Aquisição de imobilizado de uso | | (98.611) | (109.044) | (1.395) |
| Aquisição coligadas e/ou investimentos | | - | - | (17.492) |
| Aumento de capital em controladas | | (45.000) | (45.000) | (2.181) |
| Dividendos | | 58.061 | 58.061 | (15.340) |
| Alteração de participação | | (5.936) | 15.554 | 5.609 |
| **Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento** | | **(91.486)** | **(80.429)** | **(30.799)** |
| **Atividades de financiamento** | | | | |
| Aumento de capital | 23.a | - | 1.308.000 | 500.000 |
| Integralização de capital | | - | - | (183.000) |
| Juros sobre o capital próprio | | (17.000) | (17.000) | (91.900) |
| Emissão de letra financeira subordinada | | 694.773 | 945.352 | - |
| **Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento** | | **677.773** | **2.236.352** | **225.100** |
| **Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa** | 5 | **(209.155)** | **(97.065)** | **(402.456)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 350.677 | 220.180 | 628.811 |
| Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa | | 5.494 | 23.901 | (6.175) |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 147.016 | 147.016 | 220.180 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

| | | Capital social | | Reserva de lucros | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Capital social | Capital social a integralizar | Reserva Legal | Reserva especial de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | **1.160.885** | **(25.000)** | **53.515** | **393.032** | **(16.146)** | **-** | **1.566.286** |
| Aumento de capital | 22. a | 500.000 | (183.000) | - | - | - | - | 317.000 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - | (18.843) | - | (18.843) |
| Resultado líquido | | - | - | - | - | - | 531.788 | 531.788 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | 22. c | - | - | | 78.115 | - | (91.900) | (13.785) |
| Reserva | | - | - | 21.994 | 417.894 | - | (439.888) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | | **1.660.885** | **(208.000)** | **75.509** | **889.041** | **(34.989)** | **-** | **2.382.446** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | | **1.660.885** | **(208.000)** | **75.509** | **889.041** | **(34.989)** | **-** | **2.382.446** |
| Cancelamento de aumento de capital | 22. a | (500.000) | 208 000 | | | - | - | (292.000) |
| Aumento de capital | | 1.600.000 | - | - | - | - | - | 1.600.000 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - | (244) | - | (244) |
| Resultado líquido | | - | - | - | - | - | 1.067.511 | 1.067.511 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | 22. c | - | - | - | 101 000 | - | (118.000) | (17.000) |
| Reserva | 22. b | - | - | 53.376 | 896.135 | - | (949.511) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | | **2.760.885** | **-** | **128.885** | **1.886.176** | **(35.233)** | **-** | **4.740.713** |
| **Saldos em 30 de junho de 2024** | | **2.760.885** | **-** | **100.547** | **1.364.755** | **(38.245)** | **-** | **4.187.942** |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - | 3.012 | - | 3.012 |
| Resultado líquido | | | - | - | - | - | 566.759 | 566.759 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | 22. c | - | - | - | 101.000 | - | (118.000) | (17.000) |
| Reserva | 22. b | - | - | 28.338 | 420.421 | - | (448.759) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | | **2.760.885** | **-** | **128.885** | **1.886.176** | **(35.233)** | **-** | **4.740.713** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Master S.A. ("Banco Master", "Banco", "Master" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") que desenvolve as atividades de banco comercial por meio das carteiras comerciais e de câmbio. Suas controladas atuam em diversos segmentos do mercado com destaques para as atividades de gestão de recursos, operações no mercado de câmbio e de corretagem na B3, constituído na forma de sociedade anônima fechada, sediado na Pr. Botafogo, 228, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, e o local principal de seus negócios em São Paulo - SP. Em 2024, o Banco passou a ser parte do segmento S3 do Banco Central. Essa mudança alinha a instituição às diretrizes regulatórias para bancos de porte médio, com exigências proporcionais de capital e liquidez. Com essa transição, reforça sua posição no mercado financeiro, mantendo seu compromisso com inovação e solidez para atender melhor seus clientes.

**2. PLANO DE CAPITALIZAÇÃO**

Em 2024 o Banco Master realizou aumento de capital no montante de R$ 1.6 bilhões, sendo através de AGE realizada em 22 de abril 2024 – R$ 1 bilhão e AGE de 31 maio de 2024 – R$600 Milhões, estando a totalidade destes aumentos de capital homologado até a data da divulgação das demonstrações financeiras. O Banco Master captou ao longo do ano 2024 o montante de R$ 928 milhões em dívida subordinada – não conversível, de capital nível II. A captação tem como objetivo o reforço do capital prudencial. Informamos, que em 2025, as dívidas subordinadas emitidas ao mercado foram adquiridas pelos acionistas e estão em aprovação junto ao BACEN para conversão em capital. Os acionistas mantêm esforços para o contínuo ritmo de capitalizações nos próximos anos, para que seja possível o plano de expansão do Master, impulsionado pelo crescimento dos ativos e pelas aquisições em curso. Destacamos, na nota 34 – Eventos Subsequentes, maiores explicações sobre a venda de participação acionária do Master para o Banco de Brasilia S/A - BRB.

**3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras do Banco Master são de responsabilidade da Administração e foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A demonstrações financeiras do Banco Master foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Na data da emissão das presentes demonstrações financeiras individuais, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco Master de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Conforme divulgado, na nota explicativa 2 – plano de capitalização, o controlador do Banco Master já promoveu aumento de capital e, possui compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento do Banco e suas controladas, bem como, caso a operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, por pelo menos um ano após 31 de março de 2025. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi dada pela Diretoria em 01 de abril de 2025.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis utilizadas são: **a) Moeda funcional.** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. **b) Apuração do resultado.** A apuração de resultado é realizada pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser apropriadas aos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **c) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Master para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **e) Títulos e valores mobiliários.** De acordo com a Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Banco são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento". Para negociação: são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título. Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a instituição tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular nº 3.068/01. **f) Mensuração do valor justo.** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção ("hedge") e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme a seguir: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **g) Instrumentos financeiros derivativos.** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção *(hedge)*, seguindo as premissas da Circular BCB nº 3.082/2002. As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados. ***Hedge* de risco de mercado.** O Master possui estratégias de hedge de risco de mercado. A Instituição documenta, no início da transação de hedge, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, bem como seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco. O hedge é avaliado em base contínua determinando como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual foi designado. Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas: • O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado. • O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado. Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado

BANCO MASTER

# Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00

no resultado. **h) Requisitos mínimos no processo de apreçamento de instrumentos financeiros (Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos).** Resolução CMN nº 4.277/13, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem: • Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular BCB nº 3.068/01; • Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular BCB nº 3.082/02; e • Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução nº 4.557, de 23/2/2017. De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **i) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.** A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/99, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros ativos financeiros em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída. A classificação das operações com características de operações de crédito é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de rating H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. **j) Títulos e crédito a receber - precatórios.** Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor, extensão e rastreabilidade dos documentos e informações dos títulos e suas transferências. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente. A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores. O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deduzido do valor do deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso. **k) Baixa de ativos financeiros.** Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias: • **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. • **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e • **Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios:** devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. As provisões para operações de crédito seguem os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 1 de janeiro de 2025, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos classificadas como "retenção substancial dos riscos e benefícios" permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. Os créditos cedidos sem "retenção substancial dos riscos e benefícios" são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão vide nota explicativa 23. **l) Despesas antecipadas.** São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas". **m) Outros ativos.** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. • **Operações de câmbio** - Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. • **Negociação e intermediação de valores** - Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor. **n) Permanente.** É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: **Investimentos em participações em controladas e coligadas.** Investimentos que possuem controle ou influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Há a presunção de influência significativa em investimentos onde há participação de 20% ou mais no capital votante e controle onde há participação de 50% ou mais no capital votante. **Imobilizado de uso.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: edificações, 4%, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10% e sistema de processamento de dados, 20%. **o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. **p) Captações no mercado aberto.** Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captações no mercado aberto". **q) Obrigações por empréstimos e repasses.** As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. **r) Outros passivos.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. **s) Provisões, ativos e passivos contingentes.** reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma: **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos contingentes** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. **Provisão para imposto de renda e contribuição social.** Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido. O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração do resultado em imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: o imposto sobre a mensuração ao valor justo de títulos disponíveis para venda. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos. Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na demonstração do resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica outras despesas administrativas. As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 29. **t) Uso de estimativas.** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. **u) Resultados não recorrentes.** A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 32. **v) Adoção de Novas Normas e Interpretações. Normas e interpretações com vigência após 31 de dezembro de 2024.** Nas demonstrações financeiras preparadas na data-base de 31 de dezembro de 2024, as normas e interpretações a seguir, com data de adoção efetiva posterior à data-base destas demonstrações financeiras e ainda não adotadas pelo Banco Master S.A. ("Banco Master", "Banco" ou "Master"), incluem a Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 e quaisquer normas complementares. Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, aproximadas aos princípios estabelecidos no International Financial Reporting Standards ("IFRS") 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do BACEN que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores duvidosos, como a Resolução CMN nº 2.682/99 – que estabelecia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo BACEN), aplicáveis aos títulos e valores mobiliários. A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos com base no conceito de perda esperada, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a mensurar em períodos subsequentes. Em 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias: - Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros. - Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. - Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras. - Reconhecimento de custos de transação imateriais. - Apropriação de receita. Essas resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros. **1) Modelo Proposto da Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlatas. a) Classificação de Instrumentos Financeiros.** O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá, tanto do modelo de negócio para sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias: **i. Custo Amortizado ("CA"):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. **ii. Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. **iii. Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** utilizada para ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias acima. As orientações existentes de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado permaneceram inalteradas, sem a introdução de novas designações. Os ativos financeiros classificados nas categorias especificadas acima não geraram efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual. Os impactos decorrentes da adoção da Resolução quanto à classificação dos ativos e passivos financeiros estão detalhados no quadro **"Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21"** na seção abaixo. A partir de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos utilizando o método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"). Isso significa considerar receitas e despesas de originação para a apropriação dos juros dos instrumentos financeiros. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência. Referente as operações de créditos classificadas na categoria custo amortizado, o Banco Master optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método completo de apropriação às receitas contratuais; e, adicionalmente, com o reconhecimento dos custos imateriais no período, conforme disposto no art. 13 da Resolução BCB nº 352/23. **b) Modelo de perda esperada por risco de crédito.** A Resolução CMN nº 4.966/21 institui o conceito de perda esperada para a mensuração da provisão para perdas de crédito, diferentemente da norma vigente até 31 de dezembro de 2024 que utiliza o conceito de perdas incorridas, aplicando-se um percentual sobre o saldo em aberto conforme a classificação em níveis de rating (AA para menor risco, até H para maior risco). A norma indica duas formas de cálculo para a perda esperada: completa ou simplificada. O Banco Master está enquadrado no segmento S3 na classificação prudencial instituída pelo Banco Central, desta forma a metodologia a ser aplicada é a completa, não sendo alcançado pelo disposto no Art. 50 da CMN nº 352/23. Os eventos de perda devem afetar adversamente os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, os quais podem ser estimados com confiabilidade, ou seja, as perdas incorridas são avaliadas com base em informações razoáveis e sustentáveis sobre eventos passados e condições atuais. De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, a expectativa de eventos futuros e condições econômicas também devem ser consideradas de forma quantitativa e qualitativa na mensuração das provisões para perda dos instrumentos financeiros. A norma, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio da forma a seguir: • Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses; • Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e • Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito. Neste sentido, a administração avaliou que há evidências objetivas quanto a perda pelo valor recuperável em operações que possuem atraso igual ou superior a 90 dias. O escopo de aplicação do modelo de perda esperada tem aplicação mais extensiva do que o modelo de perda incorrida utilizado até dezembro de 2024, aplicando-se sobre instrumentos financeiros classificados nas categorias Custo Amortizado e sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. **c) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual**. De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 um ativo é considerado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando incorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Adicionalmente, devido a um dos indicadores de ativo problemático ser o atraso superior a 90 dias, entende-se que é explicitamente vedado o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a esses ativos após o período de atraso indicado. Este critério será aplicado prospectivamente, sem efeitos materiais na adoção inicial. **d) Baixa de Ativo Financeiro.** Um ativo financeiro deve ser baixado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966, quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro encerrarem ou quando o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa. ***e) Hedge Accounting.*** Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para a gestão das exposições que afetam os resultados da entidade. Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo: • Hedge de valor justo; • Hedge de fluxo de caixa; • Hedge de investimento líquido no exterior. **f) Impostos Correntes e Diferidos.** A Lei nº 14.467, publicada em 16 de novembro de 2022, estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 2025. Desta forma, os artigos 9º, 9ºA e 10 a 12 da Lei n.º 9.430/1996 não serão mais se aplicáveis às instituições financeiras, no que se refere a dedutibilidade das perdas, aos encargos financeiros de créditos vencidos e aos créditos recuperados. **2) Resolução CMN nº 4.975/21 – Arrendamentos**. A Resolução CMN nº 4.975/21 em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece critérios sobre a classificação, mensuração e contabilização de operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na condição de arrendadora e de arrendatária. A norma autoriza a aplicação do CPC 06 R2 – Arrendamentos para as instituições financeiras e faculta a sua aplicação para contratos com início anterior a data de entrada em vigor da norma. Dessa forma, O Banco Master optando pela faculdade permitida pela norma, não incorrerá em ajustes de adoção inicial neste tema. **3) Resolução CMN nº 5.146 de 26/6/2024.** Esta altera a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **4) Instrução Normativa BCB nº 464.** Esclarece os critérios a serem observados na estimação dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que tratam a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023. A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais. **Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas.** sestimativas dos impactos da implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/21 sobre o resultado e a posição financeira da instituição são apresentadas pelos quadros a seguir:

| Conciliação do Patrimônio Liquido | |
|---|---|
| **Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 - 31/12/2024** | 4.741 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (398) |
| **Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 - 01/01/2025** | 3.343 |
| **Provisão para Perdas** | |
| R$ milhões | 2.385 |
| Saldo da provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024 | 1.663 |
| **Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966** | 722 |

**Novo Padrão Contábil – COSIF:** A partir de 1º de janeiro de 2025, o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF será reformulado através do novo plano de contas, com as novas rubricas elencadas nas Instruções Normativas BCB nºs 426 a 433, alteradas pelas Instruções Normativas BCB nºs 493 a 500. Além disso, a Resolução BCB nº 390 de 12 de junho de 2024 revisou a Resolução BCB nº 92 e prevê novas regras para o plano de contas COSIF a partir de 1º de janeiro de 2030.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O Banco define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Disponibilidades** | **82.019** | **179.034** |
| Caixa | 421 | 557 |
| Reserva bancária | 678 | 6.711 |
| Moeda estrangeira (i) | 80.920 | 171.766 |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | **64.997** | **41.146** |
| **Total** | **147.016** | **220.180** |

(i) Valores depositados no exterior prioritariamente nas moedas dólar e euro.

**6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

| | 2024 | | | | 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Papel/Vencimento** | **Até 3 meses** | **De 3 a 12 meses** | **De 1 a 3 anos** | **Valor de mercado (contábil)** | **Até 3 meses** | **De 3 a 12 meses** | **De 1 a 3 anos** | **Valor de mercado (contábil)** |
| **Aplicações em operações compromissadas** | **64.997** | **-** | **-** | **64.997** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Posição bancada** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Posição Bancada - Letras financeiras do tesouro - LFT | 7.561 | - | - | 7.561 | - | - | - | - |
| **Posição financiada** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Posição Financiada - Letras financeiras do tesouro - LFT | 57.436 | - | - | 57.436 | - | - | - | - |
| **Aplicações em depósitos interfinanceiros** | **-** | **14.454** | **305.060** | **319.514** | **-** | **100.131** | **459.725** | **559.856** |
| **Aplicações em moedas estrangeiras** | **-** | **-** | **-** | **-** | **41.146** | **-** | **-** | **41.146** |
| **Total** | **64.997** | **14.454** | **305.060** | **384.511** | **41.146** | **100.131** | **459.725** | **601.002** |
| Circulante | | | | 79.451 | | | | 141.277 |
| Não circulante | | | | 305.060 | | | | 459.725 |

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Os títulos privados estão registrados e custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos registrados e custodiados na SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. **a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

| | | | | | | | | 2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Papel/Vencimento** | **Nível** | **Até 3 meses** | **De 3 a 12 meses** | **De 1 a 3 anos** | **De 3 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Valor de mercado (contábil)** | **Custo amortizado** |
| **Títulos para negociação** | | | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimento - FIDCs (i) | 2 | 761.303 | 2.224.176 | 5.832.459 | 85.983 | 1.298.386 | 10.202.307 | 10.202.307 |
| Cotas de fundos de investimento FIM | 2 | 2.324.437 | 1.192.267 | 2.705.493 | 1.976.121 | - | 8.198.318 | 8.198.318 |
| Cotas de fundos de investimento - FIA | 2 | 568.891 | - | 257.695 | - | - | 826.586 | 826.586 |
| Cotas de fundos de investimento - FII | 2 | - | - | 292.925 | - | - | 292.925 | 292.925 |
| Cotas de fundos de investimento - FIP | 2 | - | - | 39.595 | - | - | 39.595 | 39.595 |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | 1 | 47.335 | 48.023 | 397.261 | 65.151 | 1.066.006 | 1.623.776 | 1.624.037 |
| Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior | 2 | 1.924.806 | - | - | - | - | 1.924.806 | 1.924.806 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 1 | 90 | - | 676.655 | 149.643 | 193.627 | 1.020.015 | 1.075.323 |
| Notas do tesouro nacional - NTN | 1 | - | 88.827 | 942 | 4.942 | 547.110 | 641.821 | 677.046 |
| Ações de companhias abertas | 1 | 18.024 | - | - | - | - | 18.024 | 18.024 |
| **Total de títulos para negociação** | | **5.644.886** | **3.553.293** | **10.203.025** | **2.281.840** | **3.105.129** | **24.788.173** | **24.860.943** |
| **Títulos mantidos até o vencimento** | | | | | | | | |
| Certificados de recebíveis imobiliários - CRI | 2 | - | - | 2.676.657 | - | 1.672.422 | 4.349.079 | 4.349.078 |
| **Títulos mantidos até o vencimento** | | **-** | **-** | **2.676.657** | **-** | **1.672.422** | **4.349.079** | **4.349.078** |
| **Total de títulos e valores mobiliários** | | **5.644.886** | **3.553.293** | **12.879.682** | **2.281.840** | **4.777.551** | **29.137.252** | **29.210.021** |
| Circulante | | | | | | | 9.198.179 | |
| Não circulante | | | | | | | 19.939.073 | |

| | | | | | | | | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Papel/Vencimento** | **Nível** | **Até 3 meses** | **De 3 a 12 meses** | **De 1 a 3 anos** | **De 3 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Valor de mercado (contábil)** | **Custo amortizado** |
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | | | |
| Debêntures | 2 | - | 36.394 | - | - | - | 36.394 | 36.913 |
| **Total de títulos disponíveis para venda** | | **-** | **36.394** | **-** | **-** | **-** | **36.394** | **36.913** |
| **Títulos para negociação** | | - | - | - | - | - | - | - |
| Cotas de fundos de investimento FIDCs (i) | 2 | 1.488.284 | 851.453 | 2.529.848 | 892.451 | 775.025 | 6.537.061 | 6.537.061 |
| Cotas de fundos de investimento - FIM | 2 | 2.297.194 | 122.290 | 8.504 | 1.800.974 | - | 4.228.962 | 4.228.962 |
| Cotas de fundos de investimento - FIA | 2 | 436.547 | - | - | - | - | 436.547 | 436.547 |
| Cotas de fundos de investimento FII | 2 | 245.066 | - | - | 18.229 | - | 263.295 | 263.295 |
| Cotas de fundos de investimento - FIP | 2 | 39.645 | - | - | - | - | 39.645 | 39.645 |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | 1 | 25.428 | 205.597 | 273.869 | 693.421 | 98.744 | 1.297.059 | 1.297.025 |
| Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior | 2 | 1.085.283 | - | - | - | - | 1.085.283 | 1.085.283 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | 1 | 10.680 | 76.095 | 315.848 | - | - | 402.623 | 401.225 |
| Notas do tesouro nacional - NTN | 1 | - | 379 | - | 45.441 | 79.605 | 125.425 | 125.042 |
| **Total de títulos para negociação** | | **5.628.127** | **1.255.814** | **3.128.069** | **3.450.516** | **953.374** | **14.415.900** | **14.414.085** |
| **Total de títulos e valores mobiliários** | | **5.628.127** | **1.292.208** | **3.128.069** | **3.450.516** | **953.374** | **14.452.294** | **14.450.998** |
| Circulante | | | | | | | 6.920.335 | |
| Não circulante | | | | | | | 7.531.959 | |

BANCO MASTER

# Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00

(i) Em 31 de dezembro de 2024 incluem provisões adicionais para perdas esperadas no montante de R$ 22.720 (R$ 18.379 em 31 de dezembro de 2023). **b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.** Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Rendas de fundos de investimento - FIM | 599.587 | 872.231 | 216.166 |
| Rendas de fundos de investimento - FIDCs | 553.164 | 885.557 | 1.174.127 |
| Rendas de fundos de investimento - FIA | 289.257 | 289.257 | - |
| Rendas de fundos de investimento - FII | 1.023 | 2.003 | 2.742 |
| Rendas de fundos de investimento - FIP | 50 | (17) | (30.687) |
| Títulos e valores mobiliários no exterior | 220.783 | 425.821 | (55.103) |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez | 29.289 | 64.834 | 57.318 |
| Títulos de renda fixa | 69.424 | 97.904 | (32.691) |
| Títulos de renda variável | (531.060) | (178.700) | 332.849 |
| **Total** | **1.231.517** | **2.458.891** | **1.664.721** |

**c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos. I. Gerenciamento.** O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: *Value at risk* (VAR), sensibilidade, risco de liquidez e cenários de *stress*. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela administração. Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global, em especial, a administração da exposição cambial. **II. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado.** Para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, o Master utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pelas bolsas especializadas. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados base para utilização nos modelos de apuração dos valores justos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão e títulos pouco líquidos.

**III. Composição da carteira por vencimento** — **2024**

| | Nível | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | Valor justo | Valor de Referência |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | | | |
| *Swap* | 2 | - | 32.160 | 303.448 | - | - | 335.608 | 838.443 |
| *NDF* | 2 | 72 | - | - | - | - | 72 | 1.062 |
| **Total** | | **72** | **32.160** | **303.448** | **-** | **-** | **335.680** | **839.505** |
| Circulante | | - | - | - | - | - | 32.232 | - |
| Não circulante | | - | - | - | - | - | 303.448 | - |
| **Passivo** | | | | | | | | |
| *Swap* | 2 | 1.327 | 187.543 | 334.540 | 488.806 | 309.033 | 1.321.249 | 6.255.052 |
| *NDF* | 2 | 23.931 | - | - | - | - | 23.931 | 1.710.278 |
| **Total** | | **25.258** | **187.543** | **334.540** | **488.806** | **309.033** | **1.345.180** | **7.965.330** |
| Circulante | | | | | | | 212 801 | |
| Não circulante | | | | | | | 1.132.379 | |

**2023**

| | Nivel | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | Valor justo | Valor de Referência |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | | | |
| *Swap* | 2 | - | 32.979 | 24.612 | 123.732 | 17.764 | 199.087 | 2.303.422 |
| *NDF* | 2 | 3.253 | - | - | - | - | 3.253 | 212.060 |
| **Total** | | **3.253** | **32.979** | **24.612** | **123.732** | **17.764** | **202.340** | **2.515.482** |
| Circulante | | - | - | - | - | - | 36.232 | - |
| Não circulante | | - | - | - | - | - | 166.108 | - |
| **Passivo** | | | | | | | | |
| *Swap* | 2 | - | 1.142 | 48.346 | 81.094 | 1.163 | 131.745 | 1.132.308 |
| *Opções* | 2 | - | 4.669 | - | - | - | 4.669 | 1.000.000 |
| **Total** | | **-** | **5.811** | **48.346** | **81.094** | **1.163** | **136.414** | **2.132.308** |
| Circulante | | | | | | | 5.811 | |
| Não circulante | | | | | | | 130.603 | |

**IV. Composição da carteira por indexador**

| | 2024 Valor de Referência | 2024 Valor justo | 2023 Valor de Referência | 2023 Valor justo |
|---|---|---|---|---|
| **Swap - Risco de mercado** | | | | |
| **Ativo** | | | | |
| IPCA x CDI | - | - | 51.808 | 713 |
| Pré x CD | 838.443 | 178.702 | 2.051.512 | 165.395 |
| CDI | - | 1 56.906 | 200.102 | 32.979 |
| **Passivo** | | | | |
| IPCA x CDI | 381.483 | 35.461 | 391.866 | 8.978 |
| Pré x CD | 5.873.569 | 1.162.930 | 740.442 | 122.767 |
| CDI | **-** | **122.858** | **-** | **-** |
| **Opções** | | | | |
| **Passivo** | | | | |
| CDI | - | - | 1.000.000 | 4.669 |
| **NDF** | | | | |
| **Ativo** | | | | |
| Índice - DOL* | 1.062 | 72 | - | - |
| **Passivo** | | | | |
| Índice - DOL* | 1.710.278 | 23.931 | 212.060 | 3.253 |
| **Total ativo** | **839.505** | **335.680** | **2.515.482** | **202.340** |
| **Total passivo** | **7.965.330** | **1.345.180** | **2.132.308** | **136.414** |

* Contrato em US$. ***V. Hedge accounting.*** *Hedge* de risco de mercado: *Hedge* da carteira de captação – CDB. O Master possui estruturas de *hedge* de risco de mercado. Estas posições são estruturas de *hedge* das exposições de captações indexadas a juros pré-fixados e ao IPCA, a fim de converter estas posições ao CDI. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo o ganho ou perda reconhecido no resultado. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações reconhecida no resultado. Quando o instrumento de *hedge* expirar ou for negociado ou em caso de descontinuação do *hedge* contábil, qualquer ajuste do objeto de *hedge* é contabilizado diretamente no resultado. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido pela Circular nº 3.082/02. O Master mantém a sua estrutura de hedge seguindo os requisitos dessa norma.

**2024**

| | Valor de referência | Valor de Curva | Valor de mercado | Ajuste a mercado |
|---|---|---|---|---|
| **Instrumento de *Hedge*** | | | | |
| Contratos de *swap* Pré x DI | 5.739.019 | (23.864) | (976.409) | (952.544) |
| Contratos de *swap* - IPCA x DI | 381.482 | (16.980) | (35.461) | (18.481) |
| **Total** | **6.120.501** | **(40.844)** | **(1.011.870)** | **(971.025)** |
| **Objeto de *Hedge*** | | | | |
| Captações | | (6.948.021) | (5.983.461) | 964.560 |
| **Total** | | **(6.948.021)** | **(5.983.461)** | **277.788** |

**2023**

| | Valor de referência | Valor de Curva | Valor de mercado | Ajuste a mercado |
|---|---|---|---|---|
| **Instrumento de *Hedge*** | | | | |
| Contratos de *swap* -Pré x DI | 2.235.636 | (18.500) | 60.793 | 79.293 |
| Contratos de *swap* - IPCA x DI | 443.674 | (16.567) | (8.265) | 8.302 |
| **Total** | **2.679.310** | **(35.067)** | **52.528** | **87.595** |
| **Objeto de *Hedge*** | | | | |
| Captações | | (2.859.350) | (2.946.760) | (87.410) |
| **Total** | | **(2.958.350)** | **(2.946.760)** | **(87.410)** |

**d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| *Swap* | (746.774) | (1.129.346) | 106.935 |
| NDF | (108.527) | (244.847) | 29.230 |
| Opções | (71.150) | (137.848) | (38.590) |
| Futuro | (55.769) | (126.372) | 72.566 |
| **Total** | **(982.520)** | **(1.638.413)** | **170.141** |

**8. DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Recursos a prazo | 2.559.805 | 1.674.342 |
| Operações de microfinanças | 10.875 | 5.540 |
| Depósitos de moeda eletrônica | 1.000 | 1.000 |
| **Total** | **2.571.680** | **1.680.882** |
| Circulante | 2.571.680 | 1.680.882 |
| Não circulante | - | - |

**9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO**

**a) Composição da carteira por tipo de operação**

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Empréstimos *(Corporate)* | 10.049.706 | 4.593.428 |
| Títulos e crédito a receber (1) | 8.748.751 | 7.645.415 |
| Consignado | 919.506 | 2.551.226 |
| Crédito pessoal | 1.079.002 | 583.613 |
| Cartão de crédito | 1.056.002 | 497.691 |
| Conta garantida | 559.578 | 179.138 |
| Financiamentos habitacionais | 15.617 | 34.362 |
| *Home Equity* | 28.186 | 15.873 |
| Financiamento de BNDU | 15.406 | 15.406 |
| Financiamento imobiliário | 4.656 | 7.423 |
| Cessão carteira FIDC | 355 | 455 |
| Outros Créditos | 4.545 | - |
| **Total** | **22.481.310** | **16.124.030** |
| Circulante | 3.547.619 | 2.686.101 |
| Não circulante | 18.933.691 | 13.437.929 |

(i) Carteira com maior volume de cessão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

| **a.1) Títulos e crédito a receber - precatórios** | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Direitos creditórios** | **8.571.904** | **7.478.242** |
| Federal | 8.571.904 | 7.478.242 |
| **Precatórios** | **158.842** | **148.698** |
| Estadual | 96.729 | 92.935 |
| Municipal | 62.113 | 55.763 |
| **Total** | **8.730.745** | **7.626.940** |

(1) Títulos e créditos a receber está composto prioritariamente por valores a receber oriundos de precatórios e de direitos creditórios adquiridos pelo Banco. Os títulos adquiridos possuem laudos periciais jurídicos e contábil, que suportam os registros contábeis e compõem a análise interna atrelada, sobretudo a questões processuais e avaliação de risco do cedente, para a aquisição e definição do preço. O valor presente contábil é apresentado pelo custo amortizado, e está calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa à correção objeto da ação, descontando o deságio, bem como dos índices de atualização monetária (indexador Selic conforme Lei nº 14.375/22), e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso. Na carteira de títulos e crédito a receber - precatórios do Banco Master existem créditos que encontram-se em fase de discussões, no entanto, todos os processos possuem decisões favoráveis transitadas em julgado, não sendo processualmente viável, em obediência ao ordenamento jurídico, qualquer discussão que modifique o que foi decidido pelo Poder Judiciário competente. Dessa forma, os processos estão em fase de Cumprimento de Sentença ou Liquidação de Sentença, possuindo laudos técnicos emanados por Peritos Judiciais que atestam a existência de valores indenizáveis, inclusive homologados por decisão do Poder Judiciário. Portanto, o Banco Master possui em seu balanço créditos que possuem legitimidade, viabilidade e materialidade.

**b) Composição da carteira por vencimento** — **2024**

| Prazo | A vencer Valor | A vencer % | Vencidos Valor | Vencidos % | Total Valor | Total % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Até 3 meses | 1.044.447 | 4,7 | 135.560 | 47,2 | 1.180.007 | 5,2 |
| De 3 a 12 meses | 2.219.121 | 10,0 | 148.493 | 51,7 | 2.367.614 | 10,5 |
| De 1 a 3 anos | 5.593.079 | 25,2 | 3.197 | 1,1 | 5.596.276 | 24,9 |
| De 3 a 5 anos | 4.552.025 | 20,5 | - | - | 4.552.025 | 20,2 |
| De 5 a 15 anos (i) | 8.785.388 | 39,7 | - | - | 8.785.388 | 39,2 |
| **Total** | **22.194.060** | **100** | **287.250** | **100** | **22.481.310** | **100** |

**2023**

| Prazo | A vencer Valor | A vencer % | Vencidos Valor | Vencidos % | Total Valor | Total % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Até 3 meses | 1.196.420 | 7,5 | 55.622 | 39,8 | 1.252.042 | 7,8 |
| De 3 a 12 rneses | 1.363.327 | 8,5 | 70.732 | 50,6 | 1.434.059 | 8,9 |
| De 1 a 3 anos | 3.271.239 | 20,5 | 13.472 | 9,6 | 3.284.711 | 20,4 |
| De 3 a 5 anos | 2.190.117 | 13,7 | - | - | 2.190.117 | 13,6 |
| De 5 a 15 anos (i) | 7.963.101 | 49,8 | - | - | 7.963.101 | 49,4 |
| **Total** | **15.984.204** | **100** | **139.826** | **100** | **16.124.030** | **100** |

(i) Composto principalmente por precatórios e direitos creditórios representados em a.1.

**c) Composição da carteira de crédito por nível de risco** — **2024**

| Nível de risco | % Provisão | A vencer | Vencidos | Total | Provisão |
|---|---|---|---|---|---|
| AA | 0,0% | 8.571.903 | - | 8.571.903 | - |
| A | 0,5% | 2.074.902 | 5.296 | 2.080.198 | 11.986 |
| B | 1,0% | 2.219.410 | 47.707 | 2.267.117 | 20.906 |
| C | 3,0% | 8.894.714 | 111.434 | 9.006.148 | 270.184 |
| D | 10,0% | 231.445 | 7.733 | 239.178 | 23.918 |
| E | 30,0% | 44.436 | 13.932 | 58.368 | 17.510 |
| F | 50,0% | 19.042 | 10.980 | 30.022 | 15.011 |
| G | 70,0% | 19.698 | 10.398 | 30.096 | 21.067 |
| H | 100,0% | 118.510 | 79.770 | 198.280 | 198.280 |
| **Total** | | **22.194.060** | **287.250** | **22.481.310** | **578.862** |

**2023**

| Nível de risco | % Provisão | A vencer | Vencidos | Total | Provisão |
|---|---|---|---|---|---|
| AA | 0,0% | 7.496.718 | - | 7.496.718 | - |
| A | 0,5% | 2.810.941 | 6.048 | 2.816.989 | 14.079 |
| B | 1,0% | 483.904 | 7.360 | 491.264 | 4.912 |
| C | 3,0% | 4.385.891 | 16.517 | 4.402.408 | 132.072 |
| D | 10,0% | 391.378 | 6.857 | 398.235 | 39.823 |
| E | 30,0% | 252.691 | 13.997 | 266.688 | 80.006 |
| F | 50,0% | 23.761 | 7.708 | 31.469 | 15.734 |
| G | 70,0% | 28.469 | 10.737 | 39.206 | 27.444 |
| H | 100,0% | 110.451 | 70.602 | 181.053 | 181.053 |
| **Total** | | **15.984.204** | **139.826** | **16.124.030** | **495.123** |

**d) Composição da carteira de crédito por setor econômico**

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Público (i) | 8.730.745 | 7.626.940 |
| Financeiro | 3.177.636 | 1.186.286 |
| Pessoa Física | 3.149.792 | 3.401.916 |
| Serviços | 2.174.604 | 913.578 |
| Construção | 1.658.768 | 1.206.665 |
| Industria | 1.472.293 | 1.176.553 |
| Comércio | 1.111.218 | 409.729 |
| Educação | 512.856 | - |
| Outros | 493.398 | 202.363 |
| **Total** | **22.481.310** | **16.124.030** |

(i) Composto por precatórios e direitos creditórios, conforme detalhamento na Nota a.1.

**e) Composição da carteira de crédito por indexador**

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Pré fixada + Pós fixada | 8.792.664 | 5.250.744 |
| Pós fixada | 8.400.699 | 7.627.132 |
| Pré fixada | 5.287.947 | 3.246.154 |
| **Total** | **22.481.310** | **16.124.030** |

**f) Composição da carteira de crédito por concentração - exceto carteira de precatórios**

| | 2024 Saldo | 2024 % Carteira | 2023 Saldo | 2023 % Carteira |
|---|---|---|---|---|
| 10 maiores devedores | 5.365.454 | 39,0 | 3.417.897 | 40,2 |
| 11 - 20 maiores devedores | 3.670.697 | 26,7 | 1.353.366 | 15,9 |
| 21 - 50 maiores devedores | 2.527.450 | 18,1 | 537.712 | 6,3 |
| 51 - 100 maiores devedores | 139.237 | 1,0 | 237.548 | 2,8 |
| Demais clientes | 2.047.728 | 15,0 | 2.950.567 | 34,7 |
| **Total** | **13.750.566** | **100** | **8.497.090** | **100** |

**g) Movimentação das provisões para operações de crédito e outros créditos, conforme Resolução nº 2.682/99**

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **820.505** | **495.123** | **227.722** |
| Constituição/reversão | (171.520) | 262.621 | 390.372 |
| Créditos baixados como prejuízo | (70.123) | (178.882) | (53.155) |
| **Saldo final** | **578.862** | **578.862** | **495.123** |

**h) Recuperação de crédito.** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$ 19.528 (R$ 6.689 em 31 de dezembro de 2023). **i) Renegociação de contratos.** Em 31 de dezembro de 2024 existiam contratos renegociados no valor de R$ 337.698, e R$ 185.395 no 2º semestre de 2024 (R$ 384.286 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito.

**10. CARTEIRA DE CÂMBIO**

**a) Composição da carteira**

| | Outros ativos 2024 | Outros ativos 2023 | Outros passivos 2024 | Outros passivos 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Direitos sobre venda de câmbio | - | 4.895 | - | - |
| Câmbio comprado a liquidar | - | 2.517 | - | - |
| Adiantamentos em moeda nacional recebidos | - | (100) | - | - |
| Câmbio vendido a liquidar | - | - | - | 4 947 |
| Obrigações por compras de câmbio | - | - | - | 2.507 |
| Valores em moedas estrangeiras a pagar | - | - | 15 | 12 |
| **Total** | **-** | **7.312** | **15** | **7.466** |
| Circulante | - | 7.312 | 15 | 7.466 |
| Não circulante | - | - | - | - |

**b) Resultado de operações de câmbio.** Os valores líquidos dos ganhos e perdas com operações de câmbio registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Rendas de disponibilidades em moedas estrangeiras | 65.316 | 145.787 | 87.665 |
| Financeiro | 19.919 | 25.617 | 1.938 |
| Importação | 21 | 43 | 123 |
| Exportação | 5 | 16 | 14 |
| Variações e diferenças de taxas | 14.699 | 10.796 | (18.970) |
| **Total** | **99.959** | **182.258** | **70.770** |

**11. RENDAS A RECEBER**

| | 2024 |
|---|---|
| Dividendos a receber (i) | 29.558 |
| **Total** | **29.558** |
| Circulante | 29.558 |
| Não circulante | - |

(i) Dividendos a receber provenientes da participação na controlada NK 031 Holding, controladora do Banco Voiter, adquirido pelo Banco Master em 2024.

**12. ATIVOS E OUTROS PASSIVOS – DIVERSOS**

| **a) Outros ativos – diversos** | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Valores a receber de vendas de ativos de crédito (i) | 3.658.460 | 1.227.766 |
| Devedores diversos - país e exterior (iii) | 1.415.823 | 336.795 |
| Aquisição de participação (ii) | 57.910 | 63.987 |
| Adiantamentos para pagamento por nossa conta | 38.584 | 12.146 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 474 | 259 |
| **Total** | **5.171.251** | **1.640.953** |
| Circulante | 5.171.251 | 1.640.953 |
| Não circulante | - | - |

(i) Refere-se prioritariamente a venda de ativos de crédito quais sejam, carteiras de crédito consignados e outros créditos, e precatórios, cujo recebimentos encontram-se em curso. Os saldos apresentados encontram-se líquidos de Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R$ 262.886 (R$ 107.374. em 31 dezembro de 2023). (ii) Refere-se ao pagamento inicial para aquisição do BNI – BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A. Em 22 de agosto de 2023, o Banco Master enviou um comunicado ao Banco de Portugal comunicando a desistência da intenção de aquisição de participação no BNI. Em 20 de fevereiro de 2024 as partes assinaram um acordo de revogação, no qual o BNI obrigou-se a restituir os recursos ao Banco Master em duas parcelas que serão quitadas em abril 2025. (iii) Composto principalmente por contas de liquidações de operações com cartão de crédito de curto prazo.

| **b) Outros passivos – diversos** | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Repasses financeiros (i) | 255.930 | 71.371 |
| Repasses de parcelamento cartão | 176.533 | 79.110 |
| Credores diversos - país | 63.866 | 43.724 |
| Provisão despesas de pessoal | 10.152 | 16.509 |
| Provisão instrumento particular de ações - Kovr Participações | 2.020 | 13.592 |
| Diferimento de comissão fiança | 1.061 | 5.610 |
| Valores a repassar - Seguro Prestamista | - | 2.857 |
| Precatórios a pagar | 114 | 263 |
| Outras provisões | 40.111 | 18.631 |
| **Total** | **549.787** | **251.667** |
| Circulante | 547.767 | 238.075 |
| Não circulante | 2.020 | 13.592 |

(i) Composto principalmente por valores a repassar sobre operações conveniadas.

**13. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA**

| **Bens não de uso próprio** | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Imóvel residencial | 177.504 | 159.640 |
| Terreno rural | 124.013 | 124.013 |
| Imóvel comercial | 118.406 | 118.236 |
| Terreno urbano | 1.649 | 1.649 |
| **Total** | **421.572** | **403.538** |
| Circulante | - | - |
| Não circulante | 421.572 | 403.538 |

**14. DESPESAS ANTECIPADAS**

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Comissões na colocação de empréstimos (i) | 202.534 | 33.331 |
| Comissões captação | 19.950 | 36.632 |
| **Total** | **222.484** | **69.963** |
| Circulante | - | - |
| Não circulante | 222.484 | 69.963 |

(i) Serviços pagos antecipadamente para apoio operacional de convênios.

**15. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS**

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Banco constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade do Banco, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

| **a) Ativos fiscais** | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| **Ativos fiscais correntes** | **53.577** | **117.555** |
| Imposto de renda *a* compensar | 37.434 | 71.566 |
| Contribuição social a compensar | 16.074 | 45.331 |
| Outros impostos a compensar | 69 | 658 |
| **Ativos fiscais diferidos** | **926.882** | **370.937** |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 746.757 | 362.813 |
| Ajuste ao valor de mercado | 166.988 | 2.403 |
| Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuições | - | - |
| Provisão para contingências | 13.137 | 2.031 |
| Participações sobre lucros | - | 3.690 |
| **Total** | **980.459** | **488.492** |
| Circulante | 67.940 | 221.247 |
| Não circulante | 912.519 | 267.245 |

BANCO MASTER

# Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00

**b) Passivos fiscais**

| | 2024 | 202 31 |
|---|---|---|
| **Passivos fiscais correntes** | **303.930** | **143.590** |
| Impostos e contribuições sobre lucros | 133.600 | 114.260 |
| PIS e COFINS a recolher | 134.570 | 6.917 |
| Impostos e Contribuições Sobre Salários | 10.271 | 8.480 |
| Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros | 8.105 | 8.257 |
| Outros passivos fiscais | 17.384 | 5.676 |
| **Passivos fiscais diferidos** | **656.107** | **165.322** |
| Ajuste ao valor de mercado - Passivo | 656.107 | 165.322 |
| **Total** | **960.037** | **308.912** |
| Circulante | 960.037 | 308.912 |
| Não circulante | - | - |

**c) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos**

| | 2024 | |
|---|---|---|
| | Ativo diferido | Passivo diferidoj |
| **Saldo inicial em 31 de dezembro** | **370.937** | **165.322** |
| Constituição | 555.945 | 490.785 |
| **Saldo final em 31 de dezembro** | **926.882** | **656.107** |

**d) Previsão de realização dos ativos diferidos**

| | 2024 | |
|---|---|---|
| | Ativos diferidos | Valor presente (i) |
| Até 1 ano | 14.363 | 12.523 |
| De 1 a 2 anos | 59.712 | 45.396 |
| De 2 a 3 anos | 72.181 | 47.848 |
| De 3 a 4 anos | 158.141 | 91.403 |
| De 4 a 5 anos | 371.047 | 186.994 |
| De 5 a 10 anos | 251.438 | 89.271 |
| **Total** | **926.882** | **473.435** |

(i) O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação do Banco Master.

**16. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS**

**a) Controladas**

| | | | | | | | | | 2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Banco Master Múltiplo S.A. (iii) | Banco Master de Investimento S.A. | Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (v) | Master Patrimonial Ltda. (ii) | Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. | Kovr Participações S.A. | NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (iv) | JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (iv) | Total |
| Participação - % | 100,0 | 100,0 | 0,0 | 99,99 | 100,0 | 68,14 | 100,0 | 100,00 | |
| Quantidade de cotas/ações possuídas | 3.946.167.305 | 97.274.711 | - | 37.205.043 | 26.750.000 | 18.096.730 | 26.890 | 291.726.684 | |
| Capital social | 1.167.479 | 121.203 | - | 37 205 | 26.750 | 37.205 | 765.201 | 125.047 | |
| Patrimônio líquido | 501.095 | 16.323 | - | 208.285 | 122 | 225.816 | 512.422 | 234.621 | |
| Valor do investimento | 501.095 | 16.323 | - | 208.264 | 122 | 153.870 | 512.422 | 234.621 | **1.626.717** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 191.303 | (59.287) | 797 | (51.545) | (94) | 51.779 | 122.664 | 218.770 | **474.387** |

| | | | | | | | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. (i) | Banco Master de Investimento S.A. | Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. | Master Patrimonial Ltda. (ii) | Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. | Kovr Participações S.A. | Total |
| Participação - % | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 99,99 | 99,5 | 76,91 | |
| Quantidade de cotas/ações possuídas | 3.946.167.305 | 5.919.842 | 1.755.147 | 37.205.043 | 26.750.000 | 20.423.248 | |
| Capital social | 1.167.479 | 47.000 | 43.588 | 37 205 | 26.750 | 150.949 | |
| Patrimônio líquido | 309.792 | 1.406 | 31.840 | 259.836 | 216 | 193.631 | |
| Valor do investimento | 309.792 | 1.406 | 31.840 | 59.810 | 215 | 148.922 | **751.985** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 292.300 | (22.296) | (7) | 37.083 | (717) | 39.671 | **346.034** |

(i) Em 19 de julho de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário do Banif para o Banco Master S.A., conforme contrato de compra e venda firmado em 12 de novembro de 2021. No período anterior à aquisição havia saldos de créditos tributários não ativados pois não existia expectativa de lucros tributários, e em 2023 com a transferência do controle acionário para o Banco Master e plano de negócio com expectativas de resultados, esses créditos foram ativados. (ii) Empresa do Grupo Master habilitada a prestar serviços de assessoria e consultoria financeira. Em 31 de dezembro de 2024, o faturamento dos serviços prestados foi de R$ 12.478 (R$ 75.000 em 2023). (iii) Em 7 de novembro de 2023, foi solicitada a alteração da denominação social do Banco de Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. para Banco Master Múltiplo S.A., que foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2024. Em 21 de agosto de 2024 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, a aquisição da Will Holding pelo Banco Master Múltiplo. (iv) Aquisição das Holding's NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. controladora do Banco Letsbank S.A aprovado pelo Banco Central em 11 de abril de 2024. Em 15 de fevereiro de 2024 aprovada pelo Banco Central, o aumento de capital do Banco Master de Investimento S.A. no montante de R$ 29.203 mediante a emissão de 8.180.020 novas ações ordinárias da Companhia, via incorporação da totalidade das ações de emissão da Master Corretora. b) Coligadas. Em março de 2022, ocorreu a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio líquido foi incorporado em uma nova CIP S.A., com fins lucrativos. O Master possui uma participação de 0,4902% e o valor do investimento de acordo com o laudo de avaliação é de R$ 9.390 (R$ 9.390 em 31 de dezembro de 2023).

**17. IMOBILIZADO DE USO**

| | | 2024 | | | 2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Depreciação Anual - % | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Líquido |
| Instalações | 10 | 3.188 | (1.693) | 1.495 | 3.182 | (1.374) | 1.808 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10 | 21.512 | (1.584) | 19.928 | 3.277 | (1.248) | 2.029 |
| Direitos de uso | 10 | 10.845 | (10.836) | 9 | 10.845 | (10.402) | 443 |
| Sistema de processamento de dados | 20 | 1.108 | (904) | 204 | 1.043 | (816) | 227 |
| Sistema de comunicação | 10 | 385 | (169) | 216 | 307 | (99) | 208 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10 | 90.846 | (85) | 90.761 | 186 | (67) | 120 |
| **Total** | | **127.884** | **(15.271)** | **112.613** | **18.840** | **(14.005)** | **4.835** |

**18. DEPÓSITOS**

**a) Depósitos**

| | | | | 2024 | | | | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Depósitos á vista | Depósitos a prazo (i) | Depósitos interfinan-ceiros | Total | Depósitos à vista | Depósitos a prazo (i) | Depósitos interfinan-ceiros | Total |
| Sem vencimento | 612.123 | - | - | 612.123 | 581.630 | - | - | 581.630 |
| Até 30 dias | - | 337.639 | 1.299.198 | 1.636.837 | - | 293.804 | - | 293.804 |
| De 31 a 60 dias | - | 333.417 | 1.720.293 | 2.053.710 | - | 281.742 | 28.603 | 310.345 |
| De 61 a 90 dias | - | 502.879 | 1.746.227 | 2.249.106 | - | 240.592 | 50.214 | 290.806 |
| De 91 a 180 dias | - | 979.599 | 745.960 | 1.725.559 | - | 1.281.091 | 231.549 | 1.512.640 |
| De 181 a 360 dias | - | 3.145.970 | 1.490.952 | 4.636.922 | - | 2.478.435 | 141.582 | 2.620.017 |
| Acima de 360 dias | - | 25.574.600 | 11.370.667 | 36.945.267 | - | 22.220.637 | 2.704.249 | 24.924.886 |
| **Total** | **612.123** | **30.874.104** | **18.373.297** | **49.859.524** | **581.630** | **26.796.301** | **3.156.197** | **30.534.128** |
| Circulante | - | - | - | 12.914.257 | - | - | - | 5.609.242 |
| Não circulante | - | - | - | 36.945.267 | - | - | - | 24.924.886 |

(i) CDBs são emitidos com taxas praticadas em operações pós fixadas entre 100% e 140% do DI, (80% e 140% em 31 de dezembro de 2023), em operações prefixadas entre 3,5% e 17,8% (3,5% e 16,9% em 31 de dezembro de 2023) e em operações híbridas sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 1,50% e 9,40% (2,25% e 9,48% em 31 de dezembro de 2023).

**b) Depósitos interfinanceiros**

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Depósitos com instituições financeiras ligadas | 17.949.760 | 2.982.108 |
| Depósitos com demais instituições financeiras | 423.537 | 174.089 |
| **Total** | **18.373.297** | **3.156.197** |

**19. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

**a) Composição da carteira**

| | 2024 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|
| | Até 3 meses | Total | Até 3 meses | Total |
| **Carteira própria** | | | | |
| Letras financeiras do tesouro | 69.698 | 69.698 | 623.374 | 623.374 |
| Letras do tesouro nacional | 1.009.599 | 1.009.599 | 236.974 | 236.974 |
| Notas do tesouro nacional | 628.307 | 628.307 | 64.678 | 64.678 |
| **Carteira de terceiros** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Letras financeiras do tesouro | 57.437 | 57.437 | - | - |
| **Total** | **1.765.040** | **1.765.040** | **925.025** | **925.025** |
| Circulante | - | 1.765.040 | - | 925.025 |
| Não circulante | - | - | - | - |

**b) resultado de operações de captação no mercado**

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Despesas de depósitos a prazo | (1.288.395) | (2.741.478) | (3.035.710) |
| Despesas de depósitos interfinanceiros | (1.026.825) | (1.457.856) | (103.529) |
| Despesas de contribuições ao fundo garantidor de créditos | (26.798) | (94.246) | (137.406) |
| Despesas de operações compromissadas | (129.931) | (192.331) | (81.016) |
| Despesas de letras financeiras | (119.775) | (173.755) | (5.924) |
| Despesas de letras imobiliárias | (11.465) | (52.602) | (180.883) |
| **Total** | **(2.603.190)** | **(4.712.268)** | **(3.544.468)** |

**20. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**

| | | | | | | 2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Letras de crédito imobiliário - LCI | - | 165.547 | 16.194 | - | - | 181.741 |
| Letra financeira - LF | 25.112 | - | 64.160 | 1.296 | 2.019.887 | 2.110.455 |
| **Total** | **25.112** | **165.547** | **80.354** | **1.296** | **2.019.887** | **2.292.196** |
| Circulante | - | - | - | - | - | 190.659 |
| Não circulante | - | - | - | - | - | 2.101.537 |

| | | | | | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Letras de crédito imobiliário - LCI | 3.945 | 597.107 | 163.474 | - | 764.526 |
| Letra financeira - LF | - | - | 22.307 | 464.180 | 486.487 |
| **Total** | **3.945** | **597.107** | **185.781** | **464.180** | **1.251.013** |
| Circulante | - | - | - | - | 601.052 |
| Não circulante | - | - | - | - | 649.961 |

As LCIs são emitidas com taxas praticadas em operações pós fixadas entre 95% e 103% do DI, (92% e 103% em 31 de dezembro de 2023), e em operações prefixadas entre 9,30% e 11,95% (9,30% e 12,7% em 31 de dezembro de 2023). As LFs são emitidas em operações pós fixadas entre 115% e 150% do CDI (115% do CDI em 31 de dezembro de 2023) e em operações híbridas sendo 100% do IPCA, e taxa prefixada entre 6,5% e 8,35% (6,5% e 8,00% em 31 de dezembro de 2023).

**21. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL REGULATÓRIO**

| | 2024 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|
| | Acima de 5 anos | Total | Acima de 5 anos | Total |
| Letra financeira subordinada | 962.328 | 962.328 | 16.976 | 16.976 |
| **Total** | **962.328** | **962.328** | **16.976** | **16.976** |
| Circulante | - | - | - | - |
| Não circulante | - | 962.328 | - | 16.976 |

**22. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

**a) Ativos contingentes.** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam ativos contingentes. **b) Obrigações legais.** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam obrigações legais**. c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e totalizam:**

| | Provisão | | Depósitos judiciais | |
|---|---|---|---|---|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Contingências cíveis | 12.709 | 2.802 | 9.696 | 4.192 |
| Contingências trabalhistas | 428 | 1.712 | 1.004 | 505 |
| Contingências fiscais | - | - | 865 | 828 |
| Contingências administrativas | - | - | - | 1.179 |
| **Total** | **13.137** | **4.514** | **11.564** | **6.704** |
| Circulante | - | - | - | - |
| Não circulante | 13.137 | 4.514 | 11.564 | 6.704 |

**d) Movimentação das provisões passivas**

| | | | 2024 | | | | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Traba-lhistas | Cíveis | Total | Traba-lhistas | Cíveis | Admis-trativas | Total |
| **Saldo inicial** | **1.712** | **2.802** | **4.514** | **1.887** | **2.610** | **2.944** | **7.441** |
| Constituições líquidas de (reversões e baixas) | - | 9.907 | 9.907 | 1.276 | 3.325 | - | 4.601 |
| Baixas | (1.284) | - | (1.284) | (1.451) | (3.133) | (2.944) | (7.528) |
| **Saldo final** | **428** | **12.709** | **13.137** | **1.712** | **2.802** | **-** | **4.514** |

**e) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis**

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Fiscais | 28.581 | 79.653 |
| Cíveis | 9.648 | 64.242 |
| Trabalhistas | 1.350 | 39.493 |
| Administrativas | - | 316 |
| **Total** | **39.579** | **183.704** |

Os principais processos cíveis (possíveis) são: - Ação visando a anulação do procedimento de execução extrajudicial da garantia fiduciária consolidada pelo Banco para liquidação da dívida dos devedores; - Ação visando a revogação de ordem de penhora recaída sobre garantia do Banco. - Ações repetitivas visando a revisão de juros de consignado em processos que versam sobre direito do consumidor. Os principais processos fiscais (possíveis) são: - Execução fiscal referente a cobrança de multa por atraso na entrega da declaração do CPMF; - Procedimento administrativo instaurado pela Receita Federal para controlar os débitos de IRPJ e CSLL supostamente incidentes sobre a indenização a ser paga pela CEEE; - Supostos débitos de PIS e COFINS (Desmutualização BM&F); - Auto de Infração lavrado para exigência de IRRF, relativo a operações de câmbio.

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social.** Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 2.760.885 mil que corresponde a um total de 181.910.294 ações nominativas, divididas em 142.265.490 ações ordinárias e 39.644.804 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R$ 1.660.885 mil que corresponde a um total de 176.537.848 ações nominativas, divididas em 140.828 ações ordinárias e 35.709.754 ações preferenciais todas sem valor nominal. Sendo nesta data, o total integralizado de R$ 1.452.885 mil. **b) Reservas de lucros**. A conta de reserva de lucros do Banco Master é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco Master, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco Master não possui outras reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Banco Master deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco Master. Reserva especial de lucros - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de lucros do Banco Master é de R$ 2.015.061 (R$ 964.550 em 31 de dezembro de 2023). **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio.** Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 foram deliberados R$ 118.000 (R$ 91.900 em 31 de dezembro de 2023) de remuneração proposta dos juros sobre o capital próprio.

**24. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS**

Refere-se ao resultado apurado pela venda de ativos de crédito com a transferência de riscos e benefícios definitiva em 31 de dezembro de 2024 R$ 2.239.662 de carteira de consignado (R$ 549.691 em 31 de dezembro de 2023), e R$ (156.395) de carteira de precatório (R$ R$ 277.188 em 31 de dezembro de 2023).

**25. RENDAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Rendas de empréstimos | 1.643.120 | 2.970.548 | 1.722.436 |
| Rendas de direitos creditórios descontados | 737.725 | 1.179.263 | 974.341 |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo | 11.997 | 19.548 | 6.747 |
| Rendas de financiamentos habitacionais | 1.535 | 3.112 | 1.980 |
| Rendas de financiamentos de empreendimentos imobiliários | 559 | 1.045 | 766 |
| Rendas de outros financiamentos | - | - | 919 |
| **Total** | **2.394.936** | **4.173.516** | **2.707.189** |

**26. DESPESAS DE PESSOAL**

| | 2º semestre | 2024 | 20231 |
|---|---|---|---|
| Proventos | (62.138) | (114.138) | (84.079) |
| Encargos sociais | (20.483) | (38.953) | (29.732) |
| Benefícios | (14.747) | (27.590) | (21.647) |
| Despesas de honorários da diretoria | (3.638) | (8.156) | (8.534) |
| Outras despesas de pessoal | (863) | (1.639) | (1.562) |
| **Total** | **(101.869)** | **(190.476)** | **(145.554)** |

**27. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Serviços do sistema financeiro (i) | (363.476) | (642.422) | (372.212) |
| Serviços técnicos especializados (ii) | (308.946) | (580.650) | (334.605) |
| Processamento de dados (iii) | (91.526) | (166.254) | (120.175) |
| Propaganda e publicidade | (81.972) | (118.773) | (29.720) |
| Serviços de terceiros | (69.063) | (120.857) | (101.540) |
| Viagens | (24.463) | (48.231) | (43.040) |
| Aluguéis | (20.116) | (30.073) | (8.320) |
| Seguros | (10.320) | (23.839) | (25.357) |
| Depreciações | (452) | (1.266) | (2.904) |
| Outras despesas administrativas | (53.144) | (120.764) | (36.377) |
| **Total** | **(1.023.478)** | **(1.853.130)** | **(1.074.250)** |

(i) Aumento composto principalmente por serviços de consultoria jurídica, pagamento de comissões e desenvolvimento e manutenção de sistemas. (ii) Aumento composto principalmente por serviços de consultoria jurídica. (iii) Aumento composto principalmente por serviços desenvolvimento e manutenção de sistemas.

**28. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

| | 2º semestre | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| COFINS | (133.410) | (183.137) | (77.746) |
| PIS | (21.679) | (29.760) | (12.634) |
| Tributos federais | (4.600) | (11.325) | (4.225) |
| Tributos municipais | (4.404) | (5.839) | (7.224) |
| ISS | (3.730) | (6.034) | (4.012) |
| IOF | (2.189) | (4.905) | (3.590) |
| Outras despesas tributárias | (516) | (908) | (5.859) |
| **Total** | **(170.528)** | **(241.908)** | **(115.290)** |

**29. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

| | 2º semestre | 2024 | 20231 |
|---|---|---|---|
| Rendas de depósitos compulsórios vinculados ao BACEN | 119.933 | 214.468 | 96.127 |
| Variação monetária | 2.817 | 21.665 | 1.998 |
| Reversão/constituição de perda esperada sob fundos de direitos creditórios - adicional (ii) | 116.333 | 120.418 | 68.013 |
| Reversão/constituição de provisão de valores a receber | (54.000) | (31.227) | 28.500 |
| Perda esperada associada ao risco de crédito sob valores a receber - adicional (ii) | (32.858) | (40.913) | (129.451) |
| Multas | (26.893) | (76.992) | (29.377) |
| Despesas de custeio | (11.526) | (22.385) | (16.397) |
| Reversão de perda esperada sob valores a receber - adicional (i) | (4.540) | (4.964) | 78.254 |
| Reversão/constituição para contingências | (1.379) | (8.623) | 2.927 |
| Provisão instrumento particular de ações - Kovr | (353) | (4.852) | (13.592) |
| Ganho por compra vantajosa (Nota 33) | - | 435.556 | - |
| Despesas de cessão de crédito | - | - | (1.053) |
| Outras receitas / (despesas) operacionais | (20.296) | (23.791) | (24.589) |
| **Total** | **87.238** | **578.360** | **61.361** |

(i) Reversões de provisionamento ocorridas por liquidação das operações de valores a receber. (ii) Constituição de provisionamento de crédito com base em probabilidade de perda esperada das operações. (iii) Multas pagas são principalmente referentes a parcelamentos administrativos de impostos e contribuições.

**30. DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

| | 2º semestre | 2024 | 20231 |
|---|---|---|---|
| Resultado antes dos tributos | 791.632 | 1.114.057 | 616.721 |
| JCP - Juros de capital próprio | (118.000) | (118.000) | (91.900) |
| Resultado do período antes dos efeitos do IRPJ e de CSLL | 673.632 | 996.057 | 524.821 |
| Alíquota vigente - IRPJ | 25% | 25% | 25% |
| Alíquota vigente - CSLL | 20% | 20% | 20% |
| Expectativa de despesa de IRPJ | (168.408) | (249.014) | (131.205) |
| Expectativa de despesa de CSLL | (134.726) | (199.211) | (104.964) |
| **Diferenças permanentes** | **78.261** | **401.679** | **151.236** |
| Equivalência patrimonial | 84.480 | 213.474 | 155.715 |
| Ganho por compra vantajosa | - | 196.000 | - |
| Outros ajustes | (6.219) | (7.795) | (4.479) |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **(224.873)** | **(46.546)** | **(84.933)** |

**31. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**

Partes relacionadas ao Banco são coligadas e controladas, seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, consolidada pela Resolução nº 4.818/20. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração da administração foi de R$ 8.156 (R$ 8.533 em 31 de dezembro de 2023). O Banco Master não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações. As operações realizadas entre partes relacionadas no exercício são:

| | 2024 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|
| | Coligadas e controladas (i) | Pessoal chave da administração | Coligadas e controladas | Pessoal chave da administração |
| **ATIVO** | **205.589** | **1.935** | **6.269** | **32.626** |
| Operações de crédito | 984 | 746 | - | 2.484 |
| Despesas antecipadas | - | 1.189 | - | 30.142 |
| Outros ativos - diversos | 175.047 | - | 6.269 | - |
| Rendas a receber - Dividendos | 29.558 | - | - | - |
| **PASSIVO** | **18.164.008** | **1.142.632** | **3.112.828** | **200.983** |
| Depósitos à vista | 203.315 | 2.536 | 118.232 | 10.502 |
| Depósitos interfinanceiros | 17.949.761 | - | 2.982.107 | - |
| Depósitos a prazo | 10.932 | 177.768 | 12.489 | 173.505 |
| Instrumentos de dívida elegíveis a capital | - | 962.328 | - | 16.976 |

| | 2º semestre | | 2024 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **RESULTADO** | **(1.017.122)** | **(35.053)** | **(1.430.341)** | **(129.617)** | **(112.872)** | **(85.726)** |
| Operações de captação no mercado - DI | (1.017.122) | - | (1.430.341) | - | (86.128) | - |
| Operações de captação no mercado - CDB | - | (10.980) | - | (18.678) | (26.744) | (9.883) |
| Operações de captação no mercado - LF | - | (1.059) | - | (2.499) | - | (2.400) |
| Outras despesas administrativas | - | (23.014) | - | (108.440) | - | (73.443) |

(i) Operações com empresas controladas: Banco Master de Investimento; Banco Master Múltiplo; Master Corretora; Banco Voiter; Will crédito, financiamento e investimento; Master Patrimonial.

BANCO MASTER

# Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00

**32. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL**

**a) Introdução e visão geral.** O Conglomerado Prudencial Master (instituição líder Banco Master) está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além de riscos de natureza não financeira, os quais são continuamente monitorados, informados e geridos por equipes específicas, e Comitês da Alta Administração. **Estrutura de gerenciamento de risco.** A estrutura de gerenciamento de riscos do Conglomerado Master está de acordo com as regulamentações no Brasil, e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição, socioambiental é realizado de forma centralizada, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos pela Administração. O objetivo do controle centralizado é prover aos administradores, ao comitê executivo, e comitê de auditoria, uma visão integrada das exposições do Banco Master, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. **b) Risco operacional.** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O departamento de risco operacional é responsável pela criação e manutenção de um processo de gestão de risco de forma integrada nas empresas pertencentes ao conglomerado prudencial e prevê dentre outras funções, a execução de controles como políticas, processos e treinamento com objetivo de acompanhar riscos associados às empresas do conglomerado. O Departamento de Risco Operacional é estabelecido por uma área independente e atua com objetivo de implementar comitês, processos e assegurar a utilização de controles robustos de acordo com a complexidade de cada departamento. A área de risco operacional possui base de perdas incorridas para identificação de falhas e pontos de vulnerabilidade, dessa forma atua em conformidade com a Resolução CMN 4.557/17 e suas atualizações. **c) Risco de crédito. Definição.** Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Conglomerado Prudencial Master. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. **Gerenciamento do risco de crédito. Atribuições:** • Desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco Master para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito. • Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco Master, no gerenciamento do risco de crédito. **Análise e concessão de crédito:** • Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas. • Formular políticas de crédito em conjunto com todas as unidades do Master, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias. • Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito. • Revisar e avaliar o risco de crédito. A área de crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão. • Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país. **Controles e gestão de riscos de crédito:** • Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do planejamento estratégico do Master. **d) Risco de liquidez. Definição.** É definido como a possibilidade de incapacidade de honrar as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, na forma contratada e que podem resultar em perdas financeiras e não financeiras significativas. O risco de liquidez é avaliado a partir da diferença entre os preços de oferta e de compra dos ativos. **Gestão de risco de liquidez.** A gestão de liquidez é executada pela área de riscos financeiros de forma independente e visa proteger o Banco Master de possíveis movimentos de mercado que gerem impactos negativos ao fluxo de liquidez. Nesse sentido, o Banco Master monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos. É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens: • O acompanhamento de vencimentos entre os pagamentos e os recebimentos de todo conglomerado conforme abaixo demonstrado;

| Ativo | Até 1 ano | 1 a 2 anos | 2 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Títulos e valores mobiliários | 6.149.250 | 3.468.300 | 384.511 | - | 10.002.062 |
| Crédito | 4.044.285 | 6.070.644 | 20.590.305 | 9.673.659 | 40.378.893 |
| Compulsório | 2.575.380 | - | - | - | 2.575.380 |
| Disponibilidades | 2.006.826 | - | - | - | 2.006.826 |
| Outros créditos | 3.560.149 | 1.207.206 | 1.876.388 | - | 6.643.744 |
| Total Geral | 18.335.890 | 10.746.151 | 22.851.204 | 9.673.659 | 61.606.905 |
| **Passivo** | **Até 1 ano** | **1 a 2 anos** | **2 a 3 anos** | **Acima de 5 anos** | **Total** |
| CDI | 7.028.641 | 3.985.226 | 4.079.627 | 3.279.802 | 18.373.297 |
| CDB | 5.356.630 | 4.816.362 | 16.046.657 | 4.654.455 | 30.874.104 |
| Compromissadas | 1.765.040 | - | - | - | 1.765.040 |
| Depósito à vista | 612.123 | - | - | - | 612.123 |
| Instrumentos de derivativos | 233.388 | 209.848 | 699.150 | 202.794 | 1.345.180 |
| LCI / LF | 190.659 | 80.354 | 1.296 | 3.002.455 | 3.274.765 |
| Depósito a prazo conversíveis em ações | - | - | - | 962.328 | 962.328 |
| Outras obrigações | 881.435 | - | 185.707 | - | 1.067.142 |
| Total | 16.067.915 | 9.091.791 | 21.012.438 | 12.101.835 | 58.273.979 |
| Fluxo de caixa acumulado | 2.267.975 | 3.922.335 | 5.761.101 | 3.332.925 | - |

• O percentual dos depósitos com liquidez diária representa 1,79% do total de suas emissões; A estrutura de gerenciamento de riscos dispõe de aplicação de cenários para testes de estresse caracterizado por um conjunto de processos e rotinas, cujo objetivo principal é de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. A fim de cumprir com os cenários de testes de estresse, são realizados exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos sobre a liquidez e valor de portfólios específicos. Nesses, estão incluídos análise de cenários, possibilitando avaliar o impacto derivado de variações simultâneas em um conjunto de parâmetros relevantes. Os testes de stress são divulgados diariamente para a administração. **e) Risco de mercado Definição.** Riscos de mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas de ativos financeiros negociados nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas. A gestão de riscos de mercado que o conglomerado está exposto é monitorado de forma centralizada pela área de riscos financeiros, que considera a complexidade e a natureza das operações. A área de riscos financeiros atua de forma totalmente independente e é responsável pelos controles dos limites constantes da RAS (Risk Appetite Statement). A área é responsável pela elaboração, revisão e controle dos limites estabelecidos nas políticas, que por sua vez são aprovados pela Diretoria do grupo. O controle de risco de mercado é feito com a elaboração de índices baseados em metodologias técnicas seguindo padrões internacionais de cálculo. Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. As modalidades apresentam volatilidades específicas as quais são determinadas por seus fatores de risco primários, o que associados as exposições assumidas geram potenciais riscos de perdas financeiras. Dentre os processos da gestão de risco de mercado estão as análises de sensibilidade e os testes de estresses. Estes testes indicam qual o potencial de perda em caso de variações no mercado. Nos quadros abaixo temos os valores potenciais bem como os cenários utilizados:

| | | | | 2024 |
|---|---|---|---|---|
| **Fatores de Risco** | **Descrição** | **Cenário 1** | **Cenário 2** | **Cenário 3** |
| Moeda Estrangeira | Exposições sujeitas à variação cambial | 1.409.466 | 3.523.665 | 7.047.330 |
| Taxa de Juros em Reais | Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas | (714.373) | (71.437.346) | (142.874.692) |
| Cupom de IPCA | Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IPCA | (432.959) | (43.295.871) | (86.591.742) |
| Cupom de IGPM | Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IGPM | - | - | - |
| **Total** | | **262.134** | **(111.209.552)** | **(222.419.105)** |

| | | | | 2023 |
|---|---|---|---|---|
| **Fatores de Risco** | **Descrição** | **Cenário 1** | **Cenário 2** | **Cenário 3** |
| Moeda Estrangeira | Exposições sujeitas à variação cambial | (393.461) | (983.653) | (1.967.307) |
| Taxa de Juros em Reais | Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas | 53.011 | 5.301.079 | 10.602.158 |
| Cupom de IPCA | Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IPCA | 31.831 | 3.183.109 | 6.366.217 |
| Cupom de IGPM | Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índice de preço IGPM | - | - | - |
| **Total** | | **(308.620)** | **7.500.534** | **15.001.069** |

**Premissas para os fatores de riscos:**

| Cenário | Curva de juros e cupom cambial | Câmbio 1 |
|---|---|---|
| 1 | Choque paralelo de 0,01 % (1 bp) na curva de mercado | Aumento de 10% nas taxas de câmbio |
| 2 | Choque paralelo de 1,00% (100 bps) na curva de mercado | Aumento de 25% nas taxas de câmbio |
| 3 | Choque paralelo de 2,00% (200 bps) na curva de mercado | Aumento de 50% nas taxas de câmbio |

**f) Limites operacionais - Índice de Basileia.** Em cumprimento à regulamentação vigente e aos conceitos do Comitê de Basileia, o Conglomerado Prudencial Master possui estrutura de gestão de capital realizada pela área de riscos financeiros. A área atua de forma integrada com objetivo de manter a compatibilidade do capital com o modelo de negócios, complexidade e natureza das operações. A gestão de capital prevê a elaboração de projeção de capital de acordo com os planos e metas definidos no planejamento de negócios ("Business Plan") com a finalidade de verificar os possíveis impactos e a adequação dos níveis de capital estabelecidos pelo regulador e pelas políticas internas do Conglomerado. Os impactos relacionados à adoção inicial da resolução 4.966/21 do CMN serão computadas a partir de Janeiro de 2025 em contrapartida ao Patrimonio Liquido. O Impacto estimado no Patrimonio de Referência será de reconhecido de forma progressiva alinhada com as determinações da Resolução BCB 448/24. O Banco Master em 31 de dezembro de 2024, atingiu o Índice de Basileia de 11,51% (11,52% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do "Conglomerado Prudencial", superando o Índice de Basileia mínimo requerido (10,5%).

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)** | **5.519.421** | **2.107.422** |
| **Capital Principal** | **4.557.092** | **2.090.446** |
| Capital Social | 2.760.885 | 1.160.885 |
| Reservas de capital, reavaliação e de lucros | 2.046.703 | 964.550 |
| Lucros acumulados deduzido do capital principal exceto ajustes prudenciais | (35.234) | (34.989) |
| Ajustes prudenciais | (215.261) | - |
| Capital complementar | 17.811 | 16.976 |
| Patrimônio de Referência Nivel II | 944.517 | - |
| **Rwa (Risk weighted assets)** | **47.921.860** | **18.286.621** |
| RWA - Risco de Crédito | 41.773.986 | 14.694.276 |
| RWAsp - (Instituições de Pagamento) | 269.242 | - |
| RWA - Risco de Mercado | 1.727.318 | 1.416.268 |
| RWA - CVA - Resolução BCB 229 | 104.561 | 210.415 |
| RWA- DRC - Resolução BCB 313 | 161.787 | - |
| RWA - Risco Operacional | 3.884.965 | 1.965.662 |
| **Índice de Basileia** | **11,51%** | **11,52%** |
| **Índice de Basileia (Mínimo Requerido)** | **10,50%** | **10,50%** |
| **Índice de Capital Principal** | **9,50%** | **11,43%** |
| **Índice de Capital Principal (Mínimo Requerido)** | **4,50%** | **4,50%** |

O Conglomerado divulga semestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. **g) Risco socioambiental e climático**. A gestão de risco socioambiental e climático está estabelecida através de mecanismos de avaliação fundamentados no arcabouço regulatório cujo procedimentos adotados possibilitam a identificação e mitigação de riscos associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil dentre outros, em atendimento à Resolução CMN nº 4.945/21 e dos objetivos do conglomerado. A atuação para mitigação e identificação de riscos socioambientais e climáticos, é realizada em conjunto e de forma integrada com as três linhas de defesa em ações que visam monitorar o alinhamento com os fundamentos da lei anticorrupção e regulação específica sob o contexto da responsabilidade social, com ênfase em padrões éticos nas relações de trabalho. Esta estrutura visa mitigar os riscos relacionados a Impactos Reputacionais e Perdas Financeiras. A estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático abrange os riscos associados ao Conglomerado Master, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade, a seguir: Relevância: Estabelece como critério de relevância o segmento de maior representatividade no seu portfólio de produtos; Proporcionalidade: Estabelece como critério de proporcionalidade, as operações de crédito do Segmento Empresa (considerado de maior relevância), cuja atividade econômica possa apresentar maior risco de causar danos sociais, ambientais e climáticos associado ao valor total do endividamento do cliente junto à Instituição. **h) Comitê de Auditoria.** O Conglomerado Master entende que o Comitê de Auditoria é um importante instrumento de controle, para a Gestão Integrada de Riscos. O Comitê monitora e dá diretrizes, periodicamente, aos sistemas de gerenciamentos de riscos, como parte do processo de auditoria interna da Instituição, incluindo as atividades das unidades de negócios, abordando no mínimo os seguintes aspectos: As estratégias, políticas e procedimentos, a estrutura organizacional e; os processos de aprovação dos modelos de gestão. **i) Índice de Imobilização.** De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21 do Bacen, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de imobilização foi de 10,97% (20,15% em 31 de dezembro de 2023).

**33. RESULTADOS NÃO RECORRENTES**

| | 2º semestre | 2024 | 2023\| |
|---|---|---|---|
| **Resultado líquido** | **566.759** | **1.067.511** | **531.788** |
| **Eventos não recorrentes** | | | |
| Ganho por compra vantajosa (i) | - | 435.556 | - |
| **Resultado líquido recorrente** | **566.759** | **631.955** | **531.788** |

(i) Ganho por compra vantajosa na aquisição das Holding's NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. controladora do Banco Letsbank S.A. Os laudos de combinação de negócio estão em avaliação serão concluídos dentro prazo estabelecido pela norma.

**34. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 28 de março de 2025, o BRB – Banco de Brasília S.A. ("BRB") anunciou, por meio de fato relevante, que seu Conselho de Administração aprovou a aquisição de participação acionária no Banco Master S.A. A transação compreende a compra de 49% das ações ordinárias, 100% das ações preferenciais, totalizando 58% do capital total do Banco Master ("Operação"). Como consequência da Operação, haverá uma reorganização societária do Banco Master, de modo que tanto a estrutura societária quanto a composição de ativos da instituição sofrerão alterações. O Banco terá como controladas somente as seguintes sociedades: Banco Master Múltiplo S.A. (e suas controladas Will Holding Financeira S.A., Will Financeira S.A. – Crédito Financiamento e Investimento e Will Produtos Ltda.) e Maximainvest Securitizadora S.A.. As empresas manterão as estruturas apartadas (stand alone), com compartilhamento de governança, expertise, sinergias e coordenação estratégica e operacional. A Operação tem por pilares estratégicos a complementariedade de negócios; a solidez, liquidez, capital e rentabilidade do novo conglomerado prudencial; a conformidade regulatória, com o aumento do capital regulatório combinado do conglomerado. A operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes, incluindo o Banco Central do Brasil ("BACEN") e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), além de outras condições precedentes especificadas no contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros na situação patrimonial e financeira decorrentes da segregação de ativos e passivos entre as partes envolvidas, bem como na governança e em suas estruturas operacionais.

**ASSINATURAS**

**A DIRETORIA**

**Angelo Antonio Ribeiro da Silva -** Contador CRC-RJ-081.990/O-2

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Administradores do Banco Master S.A.**
*São Paulo - SP*

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Master S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Master S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa 34 – Eventos Subsequentes, em 28 de março de 2025 o Banco e o BRB
divulgaram os termos gerais do Contrato de compra e venda de ações que as partes pretendem celebrar ("Operação"). A Operação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), demais aprovações regulatórias, e outras condições precedentes. Como as partes envolvidas na Operação ainda não finalizaram os seus termos (estrutura societária, ativos e passivos envolvidos, estrutura de governança, estrutura operacional e aspectos regulatórios, entre outros) e sua concretização está sujeita às condições precedentes e autorizações regulatórias informadas acima, neste momento, não foi possível para a Administração determinar os impactos futuros da Operação na situação patrimonial e financeira do Banco, de suas controladas e de outras entidades resultantes da segregação de ativos e passivos entre as partes envolvidas. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota Explicativa 3, o acionista controlador do Banco (pessoa física) declarou o compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento do Banco e suas controladas, bem como, caso a Operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, nas condições da referida nota. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos.** Veja as notas 4e, 4f, 4h e 7 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria.** Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possuía aplicações em fundos de investimentos ("Fundos") no valor de R$ 19.559.731, cuja mensuração a valor de mercado se dá pela atualização do valor das cotas dos Fundos divulgada pelos respectivos administradores, ajustada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com destaque para a provisão para perdas esperadas mensurada pelo Banco. Esses Fundos investem substancialmente em ativos que não são ativamente negociados. A determinação dos valores de mercado dos ativos investidos pelos fundos de investimentos, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, está sujeita a um nível maior de incerteza, especialmente em relação à definição do risco de crédito e de realização de tais ativos. Consideramos a mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes e às incertezas envolvidas na determinação do risco de crédito e da realização futura dos ativos investidos pelos Fundos. **Como auditoria endereçou esse assunto**. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Envolvemos nossos especialistas de precificação de instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, para avaliar o risco de crédito dos ativos investidos pelo Fundo, por meio da inspeção, com base em amostragem, de documentação suporte, incluindo contratos de créditos, relatórios de *rating*, garantias, informações financeiras e indicadores de solvência. • Recalculamos, com base em amostragem, o valor de mercado dos ativos investidos pelos fundos de investimentos, considerando as premissas avaliadas por nossos especialistas. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração a valor de mercado dos fundos de investimentos, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.** Veja as notas 4i e 9c das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria.** O Banco registrou em 31 de dezembro de 2024 provisões para perdas esperadas para as operações de crédito, no valor total de R$ 578.862, que compreendem as operações de empréstimos e financiamentos ("*corporate*"), consignado e outros créditos com características de concessão de crédito. Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("*ratings*"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como: situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, atrasos nos pagamentos e, especificamente para as operações de longo prazo efetuadas com carência nos pagamentos de principal e juros, o período de carência, as renegociações e postergações de prazos e, especialmente, as características das garantias existentes, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação quanto aos *ratings*, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Consideramos a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes, e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas em sua mensuração. **Como auditoria endereçou esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Para análise individual de clientes, com base em amostragem, analisamos os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como: a proposta de liberação de crédito, informações contábeis e cadastrais, formalização e avaliação das garantias vinculadas à operação e seu nível de relevância na avaliação, entre outros fatores, verificando a aderência desta atribuição de *rating* em relação às políticas internas do Banco. Para os clientes avaliados de forma massificada, analisamos, com base em amostragem, a atribuição das classificações de *ratings* de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. • Recalculamos a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como *ratings* mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior *rating* para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. • Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. • Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

**Mensuração e avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios.** Veja as notas 4j e 9.a das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria.** Em 31 de dezembro de 2024 o Banco detinha direitos creditórios e precatórios, no valor de R$ 8.730.745, que são precificados com base na previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. A mensuração dos direitos creditórios e precatórios envolve o preço de aquisição deduzido do valor do deságio e incertezas sobre o andamento dos processos e performance de pagamento de cada ente devedor, que podem impactar na estimativa do valor do ativo. Adicionalmente, a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios pode ser complexa devido a vários aspectos, incluindo questões processuais, a extensão e rastreabilidade dos documentos, as transferências dos títulos, cuja atualização pode não ser tempestiva e o acesso às informações. Consideramos a mensuração e a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios como um principal assunto para a nossa auditoria, devido à relevância dos montantes e dos julgamentos envolvidos quanto aos aspectos formais e processuais atrelados à titularidade dos direitos creditórios e precatórios, bem como para mensuração do ativo, além das incertezas de suas realizações futuras. **Como auditoria endereçou esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Com o auxílio dos nossos especialistas de *legal services* com conhecimento e experiência no setor, avaliamos: (i) os aspectos formais e processuais atrelados aos direitos creditórios e precatórios, com base nas confirmações obtidas dos assessores jurídicos externos do Banco; (ii) o andamento dos processos e a performance de pagamento de cada ente devedor; e (iii) a titularidade dos direitos creditórios e precatórios, por meio da inspeção de documentação suporte, que comprovam as cessões de todos os direitos creditórios e precatórios. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e a avaliação da titularidade dos direitos creditórios e precatórios, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

**Efeitos de transações relacionadas aos investimentos em participações em coligadas e controladas.** Veja as notas 4n, 16 e 33 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria.** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Banco, após a obtenção das aprovações do Banco Central do Brasil, concluiu as aquisições de investimentos em controladas diretas e indiretas, sendo: (i) NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK 031"), controladora do Banco Voiter S.A. e coligadas e JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("JK 031") controladora do Banco Letsbank S.A aprovado pelo Banco Central do Brasil em 11 de abril de 2024; e (ii) Will Holding Financeira Ltda., controladora da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Will Produtos Ltda. aprovado pelo Banco Central do Brasil em 21 de agosto de 2024. A aquisição de investimentos exige sua avaliação no momento inicial, considerando determinados aspectos contábeis, que levaram o Banco a reconhecer ganho por compra vantajosa no montante de R$ 435.556, decorrente da aquisição dos investimentos na NK 031 e JK 031, e cujo o laudo de alocação do preço de compra (PPA) está em elaboração. Além disso, foi reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultado de participação em coligadas e controladas no montante R$ 474.387, decorrente de operações realizadas por estas investidas, principalmente relacionadas as operações de crédito, aplicações

BANCO MASTER

# Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

em cotas de fundos de investimento e reconhecimento de ativo fiscal diferido. Consideramos os efeitos de transações relacionadas aos investimentos em participações em coligadas e controladas como um principal assunto para nossa auditoria, devido à relevância dos montantes envolvidos para o resultado do Banco no exercício e aos julgamentos realizados nas avaliações dos impactos contábeis decorrentes das combinações de negócios. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação dos contratos relacionados às aquisições concluídas no período, bem como a documentação que suportou a conclusão sobre o registro de ganho por compra vantajosa; • Recálculo dos efeitos reconhecidos como resultado de participação em coligadas e controladas; • Avaliamos o planejamento do escopo de trabalho de auditoria realizado na companhia investida, com o objetivo de determinar os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos, assim como os resultados alcançados. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável os efeitos de transações relacionadas aos investimentos em participações em coligadas e controladas, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP
Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Coaud" ou "Comitê") do Banco Master S.A. ("Banco" ou "Master") é um órgão estatutário criado pela Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2023, rerratificada pelas Assembleias de 26 de fevereiro e 26 de março de 2024, com seu Regimento Interno aprovado pela Diretoria em 03 de abril de 2024. O Comitê é um órgão auxiliar da Diretoria e independente dos demais órgãos da administração e/ou gestão, regido pelo Estatuto Social do Master, Resolução CMN nº 4.910/21 e seu Regimento Interno.

Atualmente é composto por três membros, dentre eles, dois membros independentes, eleitos pela Diretoria e homologados pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 29 de abril de 2024, com mandato de 05 (cinco) anos e que se encontram em pleno exercício de seus mandatos. São membros do Comitê: Sr. Erich Schumann (coordenador do Coaud e membro independente), Sr. Leandro Marra Romani (membro qualificado e independente) e Sr. Luiz Antônio Bull.

Estão sujeitos às deliberações e às recomendações do Comitê de Auditoria, as instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial do Banco Master, assim como os seus respectivos administradores, gestores, colaboradores, prestadores de serviços e parceiros. As atribuições do Coaud estão elencadas no seu Regimento Interno em conformidade com as exigências previstas na Resolução CMN nº 4.910/21 e no Estatuto Social do Master.

Atividades do Comitê de Auditoria no ano de 2024

O Comitê reuniu-se regularmente com os responsáveis pelas principais áreas do Banco e com as auditorias interna e independente, com vistas a dar cumprimento às suas atribuições.

Recomendações, orientações e acompanhamentos

O Comitê atua com autonomia no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento à Diretoria do Master no que concerne ao controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras, visando a confiabilidade e integridade das informações e nos controles internos, apresentando ações para melhoria nos controles e redução de riscos. Em cada uma das reuniões o Comitê apresentou recomendações, orientações e realizou acompanhamentos nas principais áreas operacionais e de governança do Banco. Ressalta-se que apenas uma parte das recomendações feitas à administração foi efetivamente implementada, reiteramos a importância da adoção integral dessas recomendações, considerando seu impacto na robustez do ambiente de controles e na governança da instituição.

Conclusões e recomendações referentes às demonstrações financeiras

Os membros do Coaud, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Master S.A., Banco Master de Investimento S.A., Banco Master Múltiplo S.A., Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Voiter S.A., Banco Letsbank S.A. e Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, acompanhadas do parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando as informações prestadas pela administração e pela KPMG e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados referentes às Demonstrações Financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o Relatório da Administração, refletem as posições patrimoniais e financeiras das empresas, recomendando a manifestação favorável a Diretoria da Companhia em relação aos referidos documentos.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.
Erich Schumann - Coordenador do Comitê de Auditoria e membro independente
Leandro Marra Romani - Membro independente do Comitê de Auditoria
Luiz Antônio Bull - Membro do Comitê de Auditoria

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

# Ampliar faixa de isenção do IR estimulará emprego com carteira

## Especialistas falam de impacto de 0,3 ponto percentual no PIB

***Por Gilmara Santos, especial para o Monitor***

Na avaliação do economista Luís Ricardo Melo, a proposta do Governo Federal de ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para R$ 5 mil, e assim reduzir a tributação, contribui para uma parcela significativa da população ter uma renda maior para o consumo.

Segundo Melo, a medida sinaliza uma preocupação crescente com a retomada do crescimento econômico, mesmo que isso implique riscos adicionais sobre a trajetória da inflação no curto prazo. "A nova tributação do Imposto de Renda deve gerar um impacto positivo no PIB. Por outro lado, é necessário ter cuidado com um possível aumento da inflação", destacou o economista.

Para Melo, a proposta do governo também poderá resultar em um incentivo à formalização das relações de trabalho. "Ao aliviar a carga tributária sobre quem se mantém na formalidade, o Governo cria um estímulo indireto para que trabalhadores e empresas optem por contratos regidos pela CLT, frequentemente evitada pelos custos tributários. Essa mudança pode contribuir para reduzir a informalidade, ampliando a base de contribuintes e fortalecendo o sistema de proteção social", explicou.

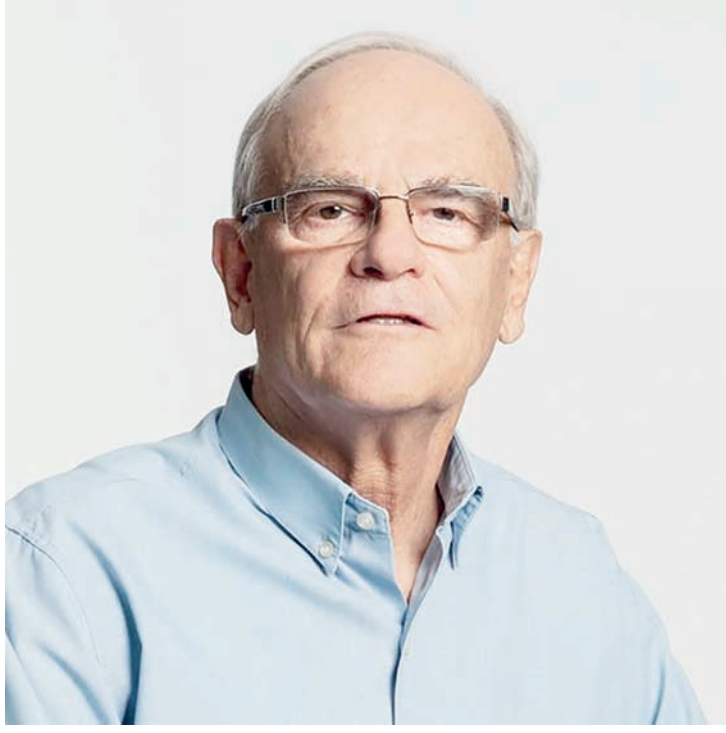
O economista também destaca que a proposta garante isenção total para quem recebe até R$ 5 mil mensais, mas cria também uma zona de transição entre R$ 5 mil e R$ 7 mil, justamente para mitigar o chamado efeito "cliff" – pequeno aumento na renda que provoca uma tributação desproporcional.

Dessa maneira, o governo protege uma parcela importante da classe média brasileira, ao mesmo tempo em que busca recuperar popularidade diante dos desafios políticos e econômicos recentes.

Na avaliação de Melo, a proposta reforça a narrativa de que o Governo pretende recalibrar o sistema tributário, aliviando a base da pirâmide e, inevitavelmente, pressionando o topo. A agenda inclui temas como tributação dos super-ricos e cobrança de impostos sobre dividendos, ambos citados desde a campanha como instrumentos de justiça fiscal.

"No fundo, mais do que uma simples alteração na tabela do IRPF, a proposta escancara um dilema fiscal conhecido: como expandir o consumo e o crescimento sem renunciar à arrecadação. Resta saber se o governo terá força política para avançar na tributação do topo da pirâmide, sem a qual a conta dificilmente fecha", enfatizou o economista.

O presidente do Corecon-SP (Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo), Odilon Guedes, concorda que as mudanças vão expandir o consumo. "Essas pessoas, em vez de pagar o IR para o governo, ficarão com esse dinheiro, o que permitirá um aumento no consumo de produtos e serviços, como por exemplo, compra de eletrodomésticos, passeios. O mercado de trabalho será ampliado e, um detalhe fundamental, o governo arrecadará mais, pois os produtos consumidos têm impostos embutidos. Assim, o governo poderá investir mais na infraestrutura do país", diz Guedes.



**Odilon Guedes**

# Isenção de IR até R$ 5 mil pode elevar PIB em 0,3 ponto percentual

"Sob o ponto de vista do mercado, a mudança é inicialmente vista como positiva, pois fomenta o consumo. Conforme dados divulgados pelo Ministério da Fazenda, a medida alcança mais de 10 milhões de brasileiros e a renúncia fiscal ultrapassará R$ 25 bilhões, ficando tal valor disponível para a poupança, mas principalmente para o consumo das famílias brasileiras. A medida também auxilia na formalização do mercado de trabalho, dada a redução dos encargos tributários sobre a relação de trabalho formal", diz Victor Hugo Rocha, diretor jurídico do movimento Destrava Brasil.

Rocha cita estudo do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em que a isenção do IR até R$ 5.000 pode contribuir para o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) em 0,3 ponto em 2026. "Porém, em contrapartida, economistas têm alertado quanto ao impacto da proposta sobre a inflação, que pode aumentar pela repentina injeção de dinheiro no mercado."

"Por sua vez, há o contraponto da mudança quanto à tributação das altas rendas. Conforme a proposta, para equilibrar a perda de arrecadação advinda da isenção, as altas rendas serão submetidas a uma tributação mínima, mesmo quando, pela sua natureza, sejam isentas. Assim, lucros e dividendos que ultrapassem R$ 50 mil por mês (ou R$ 600 mil por ano) serão tributados, com alíquotas progressivas, que podem chegar a 10%", diz Rocha.

Reprodução Instagram

**Victor Hugo Rocha, diretor jurídico do Destrava Brasil**

Para Rocha, essa transformação acarretará um desincentivo para que as empresas distribuam lucros, de modo que os ganhos sejam direcionados em maior proporção a manutenção e expansão da atividade. Ocorre que, neste caso, coloca-se em "xeque" a expectativa de equilíbrio da arrecadação em relação à isenção dos trabalhadores, podendo afetar severamente as contas públicas.

"Inclusive, a tributação dos lucros e dividendos tem sido criticada em razão de não ser acompanhada da redução da tributação do Imposto de Renda sobre as empresas. Na década de 90, o Brasil adotou a isenção dos lucros e dividendos recebidos por pessoas física, sob a premissa de uma maior tributação da pessoa jurídica. Porém, agora, reinstitui-se, ainda que em menor proporção, a tributação dos dividendos, sem a efetiva redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, mas apenas uma medida compensatória, que poderá limitar a tributação mínima das altas rendas."

# Como funcionará a ampliação da isenção do IR

O Governo Federal, ao ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), coloca em prática uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Projeto de lei neste sentido foi enviado ao Congresso Nacional.

A proposta do governo tem como principal mudança a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas para quem recebe até R$ 5 mil mensais. O projeto prevê ainda isenção parcial para aqueles que ganham entre R$ 5 mil e R$ 7 mil, além de redistribuir as faixas de alíquotas progressivas do IRPF para as rendas que ultrapassem estes limites.

"A principal alteração proposta refere-se à isenção do Imposto de Renda para pessoas que recebem até R$ 5 mil mensais, a partir de 2026, medida que ainda depende da aprovação pelo Congresso Nacional para que se torne válida", reforça Vitória Dequech Gonçalves, advogada tributarista no Ballstaedt Gasparino Advogados e no Grupo Nimbus.

De acordo com Vitória, atualmente, a isenção do Imposto de Renda abrange rendimentos de até R$ 2.824,00 mensais. A nova proposta, diz a advogada, amplia essa isenção, conforme os seguintes critérios:

- Rendimentos até R$ 5 mil: Isenção total do Imposto de Renda, resultando em uma economia anual de R$ 4.356,89.
- Rendimentos entre R$ 5.000,01 e R$ 5.500,00: Isenção de 75%, proporcionando uma economia anual de R$ 3.367,68.
- Rendimentos entre R$ 5.500,01 e R$ 6 mil: Isenção de 50%, com economia anual de R$ 2.350,79.
- Rendimentos entre R$ 6.000,01 e R$ 6.500,00: Isenção de 25%, gerando uma economia anual de R$ 1.333,90.
- Rendimentos superiores a R$ 7 mil: As alíquotas progressivas de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5% continuam aplicáveis, sem alterações.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444